



Olivia do Céu Barbosa Fernandes Vieira

A Educação Sexual na Escola Pública Portuguesa: Um olhar a partir da experiência de alunos do 10º ano



Universidade do Minho

Instituto de Educação e Psicologia

Olívia do Céu Barbosa Fernandes Vieira

**A Educação Sexual na Escola Pública
Portuguesa: Um olhar a partir da
experiência de alunos do 10º ano**

Tese de Mestrado em Educação
Área de Especialização em Sociologia da Educação
e Políticas Educativas

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Carlos Alberto Gomes

DECLARAÇÃO

Nome: Olívia do Céu Barbosa Fernandes Vieira

Endereço Electrónico: net_olivia@hotmail.com

Telefone: 253493841

Número do Bilhete de Identidade: 11672082

Título da Dissertação: A Educação Sexual na Escola Pública Portuguesa: Um olhar a partir da experiência de alunos do 10.º ano.

Orientador: Professor Doutor Carlos Alberto Gomes

Ano de Conclusão: 2009

Designação do Mestrado: Mestrado em Educação, Área de Especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, 07/2009

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho beneficiou da participação de muitas pessoas que colaboraram com os seus conhecimentos e experiência. Assim, gostaria de exprimir os meus reconhecidos agradecimentos:

Ao Professor Doutor Carlos Gomes, pela orientação, pelo apoio, pelo profissionalismo, pela disponibilidade sempre demonstrada, pelas sugestões sempre muito pertinentes e sobretudo pela sua paciência.

Ao meu marido pela compreensão, amor e incentivo.

À minha família, aos meus amigos pelo apoio, pela paciência e encorajamento constantes que me deram em momentos de maior desânimo.

A todos os professores e alunos que colaboraram neste estudo e à direcção da escola, que autorizou a recolha de dados.

À Daniela e à Marina pelo incentivo prestado.

RESUMO

Este trabalho consiste num estudo desenvolvido numa escola secundária portuguesa e teve como temática central a análise das experiências, perspectivas e discursos de um grupo de alunos do 10.º ano de escolaridade a propósito da sua experiência lectiva sobre a educação sexual. Assim, o principal objectivo prendeu-se com a compreensão e interpretação das aspirações e das necessidades que estes alunos sentem relativamente a esta temática.

A presente dissertação, faz uma abordagem da evolução das orientações educativas oficiais referentes a esta matéria em Portugal, e de reflexões relacionadas com o tema do estudo, destacando-se as questões relacionadas com a adolescência, sexualidade na adolescência e a educação sexual.

Assim, as principais questões do estudo consistiram em avaliar se para os jovens inquiridos faz sentido abordar a educação sexual na escola pública portuguesa; verificar se existe alguma correspondência entre as orientações do Ministério da Educação relativamente à educação sexual e aos problemas evidenciados pelos jovens; apurar o que pensam os jovens inquiridos sobre a implementação curricular da educação sexual na escola pública portuguesa; e qual a experiência lectiva que estes jovens tiveram nesta matéria, ao longo do seu percurso escolar.

Participaram no estudo 91 alunos do 10.º ano de escolaridade de uma escola secundária pública portuguesa. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário.

Os resultados obtidos nesta investigação revelaram uma elevada concordância, por parte dos alunos, sobre a necessidade de na escola pública portuguesa se tratar com profundidade a educação sexual, entendendo-a como essencial para a sua formação, construção de identidade, bem como uma mais-valia para a solução de futuros problemas que possam surgir nesta matéria. Estes resultados revelaram ainda que os alunos, consideram globalmente positiva, toda a experiência lectiva tida ao longo do seu percurso escolar. Contudo, constatamos que os alunos (inquiridos) reivindicam uma disciplina para abordar a temática da educação sexual na escola. No que concerne à educação sexual, apuramos ainda que a resposta, que é proposta pela tutela (Ministério de Educação) nomeadamente nos conteúdos e temas a abordar em educação sexual, está de acordo com os problemas evidenciados pelos jovens inquiridos.

ABSTRACT

This written work consists of a study developed in a Portuguese high school and has the experience, points of view and statement analysis of a group of 10th grade students, concerning the term program on sexual education, as its central focus. Thus, the main goal of this work was to understand and interpret the real aspirations and needs the students experience concerning this subject.

The present dissertation elaborates an approach on the evolution of the official educational guidelines on this subject in Portuguese schools, and other reflections on the subject, pointing out the issues related with adolescence, adolescent sexuality and sexual education.

Therefore, the main questions of this study were due to assess the young students about the relevance of sexual education in Portuguese public school system; verify if a connection between the guidelines of the Portuguese Ministry of Education, concerning the sexual education, and the problems pointed out by the students does exist; understand the opinion of the students on what relates to the implementation of sexual education in Portuguese public schools, and assess their real academic year experience on this subject.

The study had 91 10th grade students as sample, from a Portuguese public school. Data has been assembled through a questionnaire.

The results of this investigation indicate the strong sense of agreement the students have according to the need of a thorough program of sexual education in Portuguese public schools, the great importance it has on personality formation, identity construction and how it is a valuable asset for the resolution of future issues concerning this subject.

These results show furthermore that the students consider their academic experience globally positive. However, we noticed that students feel the need of a subject dedicated to sexual education at school. Concerning sexual education, we noticed as well that the response proposed by the Portuguese Ministry of Education, on the contents and themes that should be addressed at the sexual education subject, coincide with the problems showed by the students who participated in this study.

ÍNDICE

| | |
|-------------------|----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
|-------------------|----|

CAPÍTULO I - A EDUCAÇÃO SEXUAL EM PORTUGAL – EVOLUÇÃO

| | |
|--|----|
| 1. A Educação Sexual e a Reforma de Veiga Simão – A visão cristã da sexualidade | 18 |
| 2. Pós 25 de Abril | 19 |
| 2.1. Lei n.º 3/84 (IX Governo Constitucional) | 19 |
| 2.1. Lei 46/86- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (X Governo Constitucional) | 21 |
| 2.3. Decreto-Lei n.º 286/89 (XI Governo Constitucional) | 22 |
| 2.4. Lei n.º 48/90 – Lei de Bases da Saúde (XI Governo Constitucional) | 22 |
| 2.5. Despacho n.º 172/ME/93 (XII Governo Constitucional) | 23 |
| 2.6. Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98 (XIII Governo Constitucional) | 23 |
| 2.7. Resolução da Assembleia da República n.º 51/98 (XIII Governo Constitucional) | 25 |
| 2.8. Despacho Conjunto n.º 271/98 (XIII Governo Constitucional) | 25 |
| 2.9. Despacho n.º 12 782/98 (2.ª série) (XIII Governo Constitucional) | 26 |
| 2.10. Portaria n.º 370-A/98 (2.ª série) (XIII Governo Constitucional) | 26 |
| 2.11. Resolução de Conselho de Ministro n.º 7/99 (XIII Governo Constitucional) | 26 |
| 2.12. Lei n.º 120/99 (XIII Governo Constitucional) | 26 |
| 2.13. Despacho n.º 15587/99 (2.ª série) (XIII Governo Constitucional) | 28 |
| 2.14. Decreto-Lei 259/2000 (XIV Governo Constitucional) | 28 |
| 2.15. Linhas Orientadoras da Educação Sexual em Meio Escolar/2000 (XIV Governo Constitucional) | 29 |
| 2.16. Despacho Conjunto n.º 734/2000 (XIV Governo Constitucional) | 33 |
| 2.17. Decreto-Lei n.º 6/2001 (XIV Governo Constitucional) | 33 |
| 2.18. Despacho n.º 6/2005 (XVI Governo Constitucional) | 34 |
| 2.19. Parecer do Conselho Nacional de Educação (XVI Governo Constitucional) | 34 |
| 2.20. Despacho n.º 19737/2005 (2.ª Série) (XVI Governo Constitucional) | 39 |
| 2.21. Relatórios do Grupo de Trabalho de Educação Sexual (XVI Governo Constitucional) | 39 |
| 2.22. Relatório Preliminar (RP) | 40 |
| 2.23. Relatório Final (RF) | 42 |

CAPÍTULO II – OS ADOLESCENTES E A SEXUALIDADE: CONCEITOS RELEVANTES

| | |
|---|----|
| 1. A Adolescência | 48 |
| 1.1. Puberdade/Pubescência | 48 |
| 1.2. Conceito de Adolescência | 50 |
| 1.3. Etapas da Adolescência | 52 |
| 2. Sexualidade | 53 |
| 2.1. Conceito de Sexualidade | 53 |
| 2.2. Os Problemas (riscos) dos Adolescentes em Matéria de Sexualidade | 55 |
| 3. Agentes de Socialização | 58 |
| 3.1. A Família | 59 |
| 3.2. A Escola | 59 |
| 3.3. O Grupo de Pares | 61 |
| 3.4. Os Meios de Comunicação | 62 |
| 4. Educação Sexual | 62 |
| 4.1. Conceito de Educação Sexual | 62 |
| 4.2. Tipologias de Educação Sexual | 63 |
| 4.2.1. Informal | 63 |
| 4.2.2. Não formal e Formal | 64 |
| 4.3. Modelos de Educação Sexual | 65 |
| 4.3.1. Impositivo Conservador | 65 |
| 4.3.2. Liberal e Revolucionário | 65 |
| 4.3.3. Médico-Preventivos | 66 |
| 4.3.4. Desenvolvimento Pessoal | 66 |

CAPÍTULO III - A PESQUISA EMPÍRICA E OPÇÕES METODOLÓGICAS

| | |
|---|----|
| 1. Problemática da Investigação | 68 |
| 2. Opções Metodológicas | 69 |
| 3. Planeamento e Organização | 69 |
| 3.1. A Selecção do Objecto Empírico da Investigação | 69 |
| 3.2. Os Contactos com a Escola | 70 |
| 3.3. Questões Orientadoras | 70 |

| | |
|---|----|
| 4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados | 71 |
| 4.1. Pesquisa Documental | 71 |
| 4.2. Inquérito por Questionário | 71 |
| 5. O Processo de Recolha de Dados | 71 |
| 6. Tratamento e Obtenção de Resultados | 72 |
| 7. Apresentação e Análise dos Resultados de Investigação | 72 |
| 7.1. Dimensão 1 - Utilidade da Educação Sexual na Escola Pública Portuguesa | 72 |
| 7.2. Dimensão 2 - Experiência dos Jovens | 72 |
| 7.3. Dimensão 3 - Família e Educação Sexual | 72 |
| 7.4. Dimensão 4 - Políticas de Educação Sexual | 72 |

CAPITULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

| | |
|--|-----|
| 1. A Amostra Produtora de Resultados | 74 |
| 1.1. Breve Caracterização das Turmas | 74 |
| 1.1.1. <u>GERAL</u> | 75 |
| 1.1.2. <u>TURMA A</u> | 76 |
| 1.1.3. <u>TURMA B</u> | 77 |
| 1.1.4. <u>TURMA C</u> | 78 |
| 1.1.5. <u>TURMA D</u> | 79 |
| 1.2. Resultados de Investigação: as respostas e as perspectivas dos alunos | 80 |
| 1.2.1. Dimensão 1: Utilidade da Educação Sexual na Escola Pública Portuguesa | 80 |
| 1.2.2. Dimensão 2 - Experiência Lectiva dos Jovens | 104 |
| 1.2.3. Dimensão 3 - Família e Educação Sexual | 112 |
| 1.2.4. Dimensão 4 - Políticas de Educação Sexual | 130 |

CONCLUSÕES

| | |
|----------------------|-----|
| CONCLUSÕES | 143 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 144 |

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

| | |
|---|-----|
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 146 |
| OUTRA DOCUMENTAÇÃO | 149 |
| 1. Legislação Consultada | 149 |
| 1.1. Leis | 149 |
| 1.2. Despachos | 150 |
| 1.3. Decretos-Lei | 151 |
| 1.4. Portarias | 151 |
| 1.5. Resolução de Ministros/Assembleia da República | 151 |
| 1.6. Outra Legislação | 152 |
| 2. Outra Bibliografia Consultada | 152 |

ANEXOS

| | |
|---|-----|
| Anexos I – Guião do Inquérito por Questionário | 156 |
|---|-----|

ÍNDICE DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Género 1 | 75 |
| Quadro 2 – Idade | 75 |
| Quadro 3 – Idade | 76 |
| Quadro 4 – Género | 76 |
| Quadro 5 - Local Residência | 76 |
| Quadro 6 - Nível de Instrução | 76 |
| Quadro 7 – Idade | 77 |
| Quadro 8 – Género | 77 |
| Quadro 9 - Local Residência | 77 |
| Quadro 10 - Nível de Instrução | 77 |
| Quadro 11 – Idade | 78 |
| Quadro 12 – Género | 78 |
| Quadro 13 - Local Residência | 78 |
| Quadro 14 - Nível de Instrução | 78 |
| Quadro 15 – Idade | 79 |
| Quadro 16 – Género | 79 |
| Quadro 17 - Local Residência | 79 |
| Quadro 18 - Nível de Instrução | 79 |
| Quadro 19 - Dados Globais da Questão 2.2. | 83 |
| Quadro 20 - Dados das Raparigas da Questão 2.2. | 83 |
| Quadro 21 - Dados dos Rapazes da Questão 2.2. | 83 |
| Quadro 22 - Dados dos Rapazes da Turma A da Questão 2.2. | 84 |
| Quadro 23 - Dados das Raparigas da Turma A da Questão 2.2. | 84 |
| Quadro 24 - Dados dos Rapazes da Turma B da Questão 2.2. | 84 |
| Quadro 25 - Dados das Raparigas da Turma B da Questão 2.2. | 84 |
| Quadro 26 - Dados dos Rapazes da Turma C da Questão 2.2. | 85 |
| Quadro 27 - Dados das Raparigas da Turma C da Questão 2.2. | 85 |
| Quadro 28 - Dados dos Rapazes da Turma D da Questão 2.2. | 85 |
| Quadro 29 - Dados das Raparigas da Turma da Questão 2.2. | 85 |
| Quadro 30 - Dados Globais da Questão 3.1. | 90 |
| Quadro 31 - Dados dos Rapazes da Questão 3.1. | 90 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 32 - Dados das Raparigas da Questão 3.1. | 90 |
| Quadro 33 – Dados dos Rapazes e de acordo com o nível de instrução da Questão 3.1. | 91 |
| Quadro 34 – Dados das Raparigas e de acordo com o nível de instrução da Questão 3.1. | 91 |
| Quadro 35 - Dados Globais da Questão 3.3. | 102 |
| Quadro 36 - Dados Globais dos Rapazes da Questão 3.3. | 102 |
| Quadro 37 - Dados das Raparigas da Questão 3.3. | 102 |
| Quadro 38 - Dados Globais da Questão 6.3. | 103 |
| Quadro 39 - Dados dos Rapazes da Questão 6.3. | 103 |
| Quadro 40 - Dados das Raparigas Questão 6.3. | 103 |
| Quadro 41 - Dados Globais da Questão 4.1. | 104 |
| Quadro 42 - Dados dos Rapazes da Questão 4.1. | 105 |
| Quadro 43 - Dados das Raparigas da Questão 4.1. | 105 |
| Quadro 44 – Dados dos Alunos do Nível de Instrução Elevado da Questão 4.1. | 106 |
| Quadro 45 - Dados dos Alunos do Nível de Instrução Médio Alto da Questão 4.1. | 106 |
| Quadro 46 - Dados dos Alunos do Nível de Instrução Médio-Médio da Questão 4.1. | 106 |
| Quadro 47 – Dados dos Alunos do Nível de Instrução Médio-Baixo da Questão 4.1. | 107 |
| Quadro 48 - Dados dos Alunos do Nível de Instrução Baixo da Questão 4.1. | 107 |
| Quadro 49 – Dados dos Alunos relativamente ao Ano de Escolaridade da Questão 6.1. | 108 |
| Quadro 50 – Dados dos Alunos relativamente à Disciplina da Questão 6.1. | 108 |
| Quadro 51 - Dados dos Alunos relativamente aos Temas da Questão 6. | 108 |
| Quadro 52 - Dados dos Rapazes da Turma A da Questão 6.2. | 109 |
| Quadro 53 - Dados das Raparigas da Turma A da Questão 6.2 | 109 |
| Quadro 54 - Dados dos Rapazes da Turma B da Questão 6.2. | 110 |
| Quadro 55 - Dados das Raparigas da Turma B da Questão 6.2. | 110 |
| Quadro 56 - Dados dos Rapazes da Turma C da Questão 6.2. | 110 |
| Quadro 57 - Dados das Raparigas da Turma C da Questão 6.2. | 111 |
| Quadro 58 - Dados dos Rapazes da Turma D da Questão 6.2. | 111 |
| Quadro 59 - Dados das Raparigas da Turma D da Questão 6.2. | 111 |
| Quadro 60 - Dados dos Alunos da Questão 5.1. | 112 |
| Quadro 61 - Dados dos Rapazes da Questão 5.1. | 112 |
| Quadro 62 - Dados das Raparigas da Questão 5.1. | 112 |
| Quadro 63 - Dados dos Alunos da Questão 5.2. | 112 |
| Quadro 64 - Dados dos Rapazes da Questão 5.2. | 113 |

| | |
|--|-----|
| Quadro 65 - Dados das Raparigas da Questão 5.2. | 113 |
| Quadro 66 - Dados dos Alunos da Questão 5.3. | 121 |
| Quadro 67 - Dados dos Rapazes da Questão 5.3. | 121 |
| Quadro 68 - Dados das Raparigas da Questão 5.3. | 121 |
| Quadro 69 - Dados dos Alunos da Questão 6.4. | 130 |
| Quadro 70 - Dados dos Rapazes da Questão 6.4. | 130 |
| Quadro 71 - Dados das Raparigas da Questão 6.4. | 130 |
| Quadro 72 - Dados dos Rapazes da Turma A da Questão 6.5. | 131 |
| Quadro 73 - Dados das Raparigas da Turma A da Questão 6.5. | 131 |
| Quadro 74 - Dados dos Rapazes da Turma B da Questão 6.5. | 132 |
| Quadro 75 - Dados das Raparigas da Turma B da Questão 6.5. | 132 |
| Quadro 76 - Dados dos Rapazes da Turma C da Questão 6.5. | 132 |
| Quadro 77 - Dados das Raparigas da Turma C da Questão 6.5. | 132 |
| Quadro 78 - Dados dos Rapazes da Turma D da Questão 6.5. | 133 |
| Quadro 79 - Dados das Raparigas da Questão 6.5. | 133 |
| Quadro 80 - Dados dos Alunos da Questão 6.6. | 134 |
| Quadro 81 - Dados dos Rapazes da Questão 6.6. | 134 |
| Quadro 82 - Dados das Raparigas da Questão 6.6. | 134 |
| Quadro 83 - Dados dos Alunos da Questão 6.7. | 135 |
| Quadro 84 - Dados dos Rapazes da Questão 6.7. | 135 |
| Quadro 85 - Dados das Raparigas da Questão 6.7. | 135 |
| Quadro 86 - Dados dos Alunos da Questão 6.8. | 136 |
| Quadro 87 - Dados dos Rapazes da Questão 6.8. | 136 |
| Quadro 88 – Dados das Raparigas da Questão 6.8. | 136 |
| Quadro 89 - Dados dos Alunos da Questão 6.9. | 137 |
| Quadro 90 - Dados dos Rapazes da Questão 6.9. | 137 |
| Quadro 91 - Dados das Raparigas da Questão 6.9. | 137 |
| Quadro 92 - Dados dos Alunos da Questão 7. | 138 |
| Quadro 93 - Dados dos Rapazes da Questão 7. | 138 |
| Quadro 94 - Dados das Raparigas da Questão 7. | 138 |
| Quadro 95 - Dados dos Rapazes da Questão 6.10. | 139 |
| Quadro 96 - Dados das Raparigas da Questão 6.10. | 139 |

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1- Mudanças na Adolescência (Fonte: Dias, 2002:53)

48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Mestrado em Educação, na área de especialização da Sociologia da Educação e Políticas Educativas, no Instituto de Educação da Universidade do Minho.

Apesar de vivermos numa sociedade muito marcada pela sexualidade não significa que as pessoas se sintam suficientemente à vontade para debater este tema, o que faz com que os jovens nem sempre tenham com quem falar, sentindo-se por vezes sem apoio nesta temática.

É importante recordar que durante muitos anos se considerou a sexualidade como sinónimo de reprodução, remetendo a sua essência apenas à esfera da genitalidade. Contudo, no decorrer das últimas décadas, o progresso dos conhecimentos nesta área possibilitaram a organização de um *corpus* de conhecimento muito vasto e rico, onde a sexualidade deixa de estar ligada ao conceito de reprodução, pecado e de impureza e passa a compreender outras vertentes, como os afectos, comunicação, partilha e amizade.

A sexualidade é uma área com grande importância no desenvolvimento dos indivíduos, pois esta refere-se ao modo como cada um se relaciona consigo próprio e com outros, na procura do amor, contacto e intimidade. Segundo a Organização Mundial de Saúde, a sexualidade é *uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade* (OMS).

A escola como palco de socialização e aprendizagem, ao mesmo tempo que transmite conhecimentos e competências, integradas nos programas, também prepara os jovens para a vida. Como tal, a escola não pode, de forma alguma, ignorar a educação sexual. O conhecimento de conteúdos inerentes à sexualidade deve, igualmente, desenvolver-se de uma forma adequada no sentido de proporcionar aos seus alunos competências e conhecimentos que lhes permitam enfrentar de forma consciente e sobretudo informada, todas as situações que lhe possam surgir, em determinados períodos da sua vida.

O principal objectivo desta pesquisa foi recolher dados empíricos que permitissem analisar e compreender a temática da educação sexual na escola pública portuguesa a partir dos relatos e das perspectivas de um grupo de alunos do 10.º ano de escolaridade.

O meu interesse por esta temática da educação sexual, deve-se ao facto de ser docente de Ciências da Natureza (2.º ciclo), e como tal, várias foram as ocasiões em que os alunos apresentavam questões relacionadas com a sexualidade humana. O diálogo estabelecido dentro da sala de aula e fora dela permitiu-me perceber que os alunos revelam algumas carências de conhecimento nesta área, pois evidenciaram diversas dúvidas relacionadas com esta temática, como por exemplo relacionadas com a

higiene pessoal, com as relações sexuais ou com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, tais como:

- *Será que quando ando com a menstruação posso tomar banho?*
- *Será possível ter relações sexuais durante a menstruação?*
- *Como me posso proteger das doenças sexualmente transmissíveis?*

Esta pesquisa foi estruturada com vista a dar resposta às seguintes questões:

- a) Para os jovens/adolescentes faz sentido abordar a educação sexual na escola pública portuguesa.
- b) Existe alguma correspondência entre os programas e as orientações oficiais (Ministério da Educação) para a educação sexual na escola pública portuguesa e os problemas evidenciados pelos alunos?
- c) O que pensam os jovens sobre a implementação curricular da educação sexual na escola?
- d) Qual é a experiência lectiva desses jovens nesta matéria ao longo da sua escolaridade?

De modo a dar resposta às questões orientadoras, decidi organizar a minha investigação da seguinte forma: do ponto de vista teórico, o trabalho teve como referência alguns conceitos mais relevantes provenientes de várias áreas do conhecimento, nomeadamente da sociologia geral, da sociologia da educação, da sociologia da adolescência e da psicologia da adolescência.

Do ponto de vista metodológico, o presente trabalho inspira-se numa metodologia qualitativa de investigação¹. Trata-se da opção que me pareceu mais adequada aos objectivos e à problemática de investigação.

Os resultados de investigação foram obtidos através da aplicação de um inquérito por questionário realizado em quatro turmas seleccionadas de acordo com critérios, como por exemplo,

¹ A este respeito Bogdan e Biklen (1994:47-51) apresentam cinco características de uma investigação qualitativa: 1.^a (...) *a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal*; 2.^a *A investigação qualitativa é descritiva*; 3.^a *Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos*; 4.^a *Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus dados de forma indutiva*; 5.^a *O significado é de importância vital na abordagem qualitativa* (itálico dos autores). Tendo em conta, por um lado, as referidas características e que, por outro lado, procurei recolher dados em primeira mão (através do contacto os actores sociais ou fontes primárias), em que as hipóteses de trabalho foram (re) equacionadas ao longo do processo investigativo, em que os dados foram analisados de forma indutiva conforme foram sendo recolhidos e abrindo novas pistas de investigação, em que se pretendeu recolher, apreender e interpretar as diferentes perspectivas do terreno, buscando os significados que os sujeitos dão à realidade onde se movem e interactuam, em que se deu um lugar de destaque às circunstâncias históricas nos quais os actores interagiram e os dados foram produzidos, parece-me que estes procedimentos podem ser enquadráveis nas cinco características propostas pelos autores para uma investigação qualitativa.

género, origem social e geográfica, tudo isto com o objectivo de alcançar por esta via uma maior riqueza e variedade de perspectivas.

Uma vez esclarecido o tema do trabalho, os objectivos perseguidos, as motivações que me conduziram à sua realização, a área científica a que está vinculado, a problemática da investigação, as questões orientadoras, as orientações teóricas e metodológicas, passamos a apresentar o seu plano geral.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, A EDUCAÇÃO SEXUAL EM PORTUGAL – EVOLUÇÃO NORMATIVA, apresentamos um enquadramento temático/histórico, onde serão descritas as principais orientações educativas oficiais sobre a temática da educação sexual em Portugal, análise das Linhas Orientadoras dos Ministérios da Educação e da Saúde, do Parecer do Conselho Nacional de Educação e dos Relatórios do Grupo de Trabalho de Educação Sexual (Relatórios Preliminar e Final).

No segundo capítulo, OS ADOLESCENTES E A SEXUALIDADE: CONCEITOS RELEVANTES, procedeu-se à apresentação de um conjunto de conceitos relevantes para a abordagem da temática da educação sexual na escola pública portuguesa, destacando-se as questões relacionadas com a adolescência, sexualidade na adolescência, agentes de socialização na adolescência, a educação sexual e os modelos de educação sexual.

No terceiro capítulo, PESQUISA EMPÍRICA E OPÇÕES METODOLÓGICAS, dedicado ao desenvolvimento empírico do trabalho, destacamos e justificamos as opções metodológicas utilizadas ao longo do processo de recolha de dados.

No quarto capítulo, APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO, procedeu-se à análise e interpretação dos resultados de investigação estabelecendo a relação com as questões orientadoras.

A terminar o trabalho, nas CONCLUSÕES, destacam-se os principais resultados e implicações da pesquisa, recordam-se os seus limites metodológicos e sugerem-se algumas pistas para a investigação futura.

CAPÍTULO I – A EDUCAÇÃO SEXUAL EM PORTUGAL - EVOLUÇÃO

CAPÍTULO I

A EDUCAÇÃO SEXUAL EM PORTUGAL – EVOLUÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se uma síntese das principais orientações legislativas portuguesas, em matéria de educação sexual desde a Reforma de Veiga Simão até 2007.

1. A Educação Sexual e a Reforma de Veiga Simão - A visão cristã da sexualidade

Em 1971, por despacho do Ministro da Educação Veiga Simão é criada uma comissão inter-ministerial para o estudo da educação e sexualidade. Esta Comissão era composta por membros da Igreja e por profissionais da saúde.

A Comissão começou por *“reunir toda a documentação possível, da Argentina, à Dinamarca, com os debates, as experiências e os programas (nomeadamente de formação de animadores desta área específica).”* (Vaz, 1996:55).

A Comissão elaborou um texto que propõe:

“(...) uma compreensão alargada do conceito da sexualidade, não a reduzindo aos comportamentos genitais, e que afecta «o estar no mundo enquanto homem ou mulher»,”

“Considera que a sexualidade não pode ser vista de uma forma estática, mas dinâmica e culturalmente modelada;”

“Afirma que na compreensão da sexualidade humana têm ainda particular importância dimensões como o desejo, a abertura à comunicação com outrem e que é experimentada como fonte de prazer de expressão do amor.” (Vaz, 1996:55).

Porém, a Comissão foi rapidamente extinta pelo regime autoritário que estava em vigor em Portugal, interrompendo os seus trabalhos no início de 1973 sem nunca ser publicado nenhum dos seus textos.

A Comissão participou ainda na preparação da lei sobre Co-Educação, a qual foi aprovada no início de 1973, dando origem ao ensino misto nas escolas públicas em Portugal.

2. Pós 25 de Abril

Em 25 de Abril de 1974, Portugal sofreu grandes alterações políticas e sociais. A educação sexual não era uma temática prioritária, relativamente a outras, como por exemplo o alargamento da escolaridade obrigatória. O planeamento familiar passa a ser um direito constitucional (art. 67º, alínea d) mas pouco se avança no sentido da educação sexual em contexto escolar.

Em 1977, foram introduzidas algumas alterações por parte da Direcção – Geral do Ensino Básico que no âmbito da disciplina de Ciências da Natureza 2.º ano do ensino preparatório prevê que na unidade temática “Reprodução” se aborde em alguns aspectos de educação sexual. Contudo, esta unidade é remetida para o final do ano lectivo e raramente é abordada alegando os professores a falta de tempo para cumprirem o programa (Sampaio, 1987).

Em 1981, surgiu uma polémica com a Procuradoria-Geral da República em virtude de esta se ter manifestado contra as consultas de planeamento familiar, apesar de existirem, na altura, estudos que apontavam cada vez mais para um aumento de gravidezes indesejadas e um consequente aumento do recurso do aborto.

Entre 1974 e 1983, vários foram os debates e as controvérsias que se geraram em torno do planeamento familiar e da legalização do aborto que por vezes levavam à referência da educação sexual, mas em termos legislativos nada foi publicado.

A 24 de Março é publicada em Diário da República a Lei n.º 3/84 - Educação Sexual e Planeamento Familiar, que consistiu no primeiro documento legal publicado sobre a educação sexual nas escolas.

2.1. Lei n.º 3/84 (IX Governo Constitucional)²

Esta Lei tinha como principal objectivo, regulamentar a educação sexual e planeamento familiar.³

Esta lei estipula que o “*Estado garante o direito à Educação sexual, como componente do direito fundamental à Educação*” (Art. 1º). A garantia da educação sexual será feita “*através da escola, organizações sanitárias e meios de comunicação social*” (Art. 2º) e os “*os programas escolares*

² IX- Governo Constitucional – exerceu funções de 09/06/1983 a 06/09/1985. Primeiro-Ministro: Mário Soares; Ministro da Educação: João de Deus Pinheiro.

³ A aprovação desta lei está directamente ligada com a aprovação de uma outra, sobre a interrupção Voluntária da gravidez, e constitui a resposta legislativa à controvérsia que a sua aprovação gerou na sociedade portuguesa.

incluirão, de acordo com os diferentes níveis de ensino, conhecimentos científicos sobre anatomia, fisiologia, genética e sexualidade humanas (...), evitando a discriminação de funções entre mulher e homem” devendo ser dada particular atenção *“à formação inicial e permanente dos docentes”* e à criação de *“condições adequadas de apoio aos pais no que diz respeito à educação sexual dos seus filhos”* (Art. 2º, n.º 2 e n.º 3). A lei considera aspectos práticos essenciais, tais como a inclusão de conteúdos atinentes à educação sexual nos currículos e a formação de docentes sem esquecer a *“intervenção dos pais”* (Decreto Lei n.º 3/84).

Eram objectivos do Estado contribuir, através desta Lei, para a progressiva eliminação da discriminação baseada no sexo e na divisão de funções de trabalho entre homens e mulheres, e especialmente diminuir o número bastante elevado de interrupção voluntária de gravidez.

Para a regulamentação desta Lei, foram criados dois grupos de trabalho: um organizado pela Direcção-Geral da Família, e outro por representantes de departamentos do Ministério da Educação.⁴

No ano seguinte à publicação desta lei foi publicada a Portaria 52/85, publicada a 26 de Janeiro de 1985, que constituiu a regulamentação da Lei 3/84 no tocante ao planeamento familiar e é especialmente destinada aos serviços de saúde. No entanto, ao definir as competências dos serviços e a necessidade de organizar programas de informação/educação sexual, esta legislação constituiu um ponto de partida para muitos projectos de articulação Saúde - Educação nesta área.

Em 1986, foi publicado o Despacho 9/EB/86 que veio revelar a preocupação do Ministério da Educação em articular as acções de educação sexual promovidas por serviços e organizações exteriores à escola com as próprias escolas.

Neste Despacho é estabelecido que na realização deste tipo de acções exista uma articulação prévia entre a entidade que pretende realizar a acção, o Conselho Directivo da escola, a Associação de Pais e a Inspecção-Geral do Ensino.

Neste mesmo ano foi aprovada a Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei 46/86.

⁴ No entanto, a regulamentação nunca foi feita como previsto na parte referente à Educação Sexual, enquanto que foi regulamentada no que respeita ao Planeamento Familiar, através da Portaria 52/85, que regulamenta as consultas de Planeamento Familiar e centros de atendimento de adolescentes. É então por iniciativas isoladas de escolas, profissionais de saúde, organizações feministas, e particularmente da Associação para o Planeamento da Família (APF), que vão sendo desenvolvidas actividades de Educação Sexual em meio escolar. A APF teve ainda um papel pioneiro nas áreas da Educação Sexual e Planeamento Familiar, bem como na formação de profissionais de saúde e de educação.

Cabe aqui destacar, que a nível do ministério da Saúde, a inclusão da educação sexual como uma das prioridades de acção do Núcleo de Saúde Escolar na Direcção-Geral de Cuidados e Saúde Primários.

2.1. Lei 46/86- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) (X Governo Constitucional)⁵

A Lei de Bases do Sistema Educativo, através ponto n.º 2 do artigo 47º vem dar uma maior consistência à inclusão de temas como a educação para a saúde ou da educação sexual nos currículos escolares, pois neste artigo está estabelecido que:

“Os planos curriculares do ensino básico incluirão, em todos os ciclos e de forma adequada, uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação das instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.” (Art. 47º, n.º 2).

Esta Lei inclui a educação sexual, situando-a numa nova área educativa – a formação pessoal e social - sendo esta definida como uma área transversal (e não somente disciplinar) que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a *educação sexual*, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

Basicamente, a LBSE atribui ao Sistema Educativo a responsabilidade de incluir nos currículos e nos quotidianos escolares a abordagem de temas ligados à vida, às necessidades e ao processo de desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens, entre os quais os temas relacionados com a educação sexual. E veio, de certa forma, enquadrar a Lei n.º 3/84, dando-lhe maior consistência, pois prevê a abordagem da educação sexual numa área de formação pessoal e social e ao mesmo tempo que refere um conjunto de valores a associar à formação da personalidade dos jovens.

Há também a salientar no relatório final do grupo de trabalho para a reorganização curricular, publicado em Junho de 1988, nomeadamente os pontos 2.4. e 2.5. Assim no ponto 2.4. *“(…) dimensão para a cidadania onde considera a necessidade de: estimular a criação de atitudes e hábitos positivos de relação favorecendo a maturidade sócio-afectiva e cívica, que no plano dos seus vínculos de família quer no da intervenção consciente e responsável da realidade circundante; assegurar, em colaboração com as entidades adequadas designadamente as famílias, a criação de condições próprias: - ao reconhecimento e aquisição progressiva das regras básicas de higiene pessoal e colectiva; - a uma informação correcta e ao desenvolvimento de valores e atitudes positivas em relação*

⁵ X- Governo Constitucional – exerceu funções de 06/09/1985 a 17/08/1987. Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro da Educação: João de Deus Pinheiro.

à sexualidade". E no ponto 2.5- "(...) no que se refere à dimensão da cidadania, caberá ao ensino secundário: fomentar uma atitude responsável e criativa na defesa e melhoria da qualidade de vida e favorecer a compreensão da sexualidade como factor positivo e enriquecedor da personalidade e do relacionamento."

O mesmo Grupo de Trabalho, em Novembro de 1988 relativamente à área-escola propõe que:

"(...)no âmbito destas actividades que melhor se poderão introduzir as «componentes regionais» previstas na Lei de Bases (art. 47º, n.º 4 e n.º 5) e com mais proveito se incluirão noções essenciais para a vida moderna, igualmente referidas na Lei de Bases ou repetidamente solicitadas: a educação para a preservação e defesa do ambiente, a educação para a saúde, a educação do consumidor, a prevenção de acidentes no trabalho, a segurança no trânsito e a própria educação sexual, etc. ..., que ganharão em ser tratados da forma amena e informal que deverá caracterizar a «área-escola»."

O Programa de Educação para a Saúde, estabelecido pelo Ministério da Saúde, em 1988, apresentado ao Ministério da Educação, no âmbito da Reforma do Sistema Educativo, propõe que o programa deverá ser incluído nos currículos escolares. No referido programa, são citados inúmeros aspectos e temas de educação sexual, para os ensinos básico e secundário, nomeadamente: conhecimentos e imagem corporal; papéis sexuais/identidade sexual; relações familiares; reprodução, relações interpessoais; sistemas de valores; contracepção e desenvolvimento psico-sexual.

2.3. Decreto-Lei n.º 286/89 (XI Governo Constitucional)⁶

Este Decreto-Lei, publicado na sequência da Lei de Bases, que incide sobre organização curricular, veio criar uma nova disciplina dedicada a esta nova área curricular, chamada «Desenvolvimento Pessoal e Social» (DPS) para todos os alunos do ensino básico e secundário. Disciplina que é opcional em relação à disciplina de «Educação Moral e Religiosa», com a duração de uma hora semanal.

2.4. Lei nº 48/90 – Lei de Bases da Saúde (XI Governo Constitucional)

Esta Lei estabelece que *"a promoção da saúde e a prevenção da doença fazem parte das prioridades no planeamento das actividades do Estado"*. Faz ainda referência às crianças e aos

⁶ XI- Governo Constitucional – exerceu funções de 17/08/1987 a 31/10/1991. Primeiro-Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministro da Educação: Roberto Carneiro.

adolescentes como exemplos de “*grupos sujeitos a maiores riscos*”, para os quais “*são tomadas medidas especiais*”. Refere ainda “*todos os departamentos, especialmente os que actuam nas áreas específicas da segurança e bem-estar social, da educação, do emprego, do desporto, (...) devem ser envolvidos na promoção da saúde*” (Lei n.º 48/90).

2.5. Despacho n.º 172/ME/93 (XII Governo Constitucional)⁷

Este Despacho visava a criação de um Programa de Promoção e Educação para a Saúde. Este programa teve como filosofia subjacente as recomendações da Comissão das Comunidades na Resolução do Conselho de Ministros da Educação de 23 de Novembro de 1988.

O Programa de Promoção e Educação para a Saúde (PPES) foi influenciado por vários factores, nomeadamente da experiência de três anos do projecto “Viva a Escola⁸”, projecto-piloto de prevenção primária de toxicodependências em meio escolar.

Este projecto teve como principal objectivo um conjunto de acções a desenvolver no âmbito da Educação/Promoção da Saúde, envolvendo escolas, famílias, instituições, serviços de saúde e a comunidade em geral.

O PPES, realizou diversas actividades/projectos centrados nos seguintes temas: Prevenção da infecção pelo VIH/SIDA na comunidade escolar – “Aprender a prevenir”; Projecto de Educação Sexual e Promoção da Saúde nas escolas – Um Projecto experimental; Projecto-piloto de Prevenção Específica de Toxicodependências e um Programa de Promoção de Competências Sociais.

2.6. Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98 (XIII Governo Constitucional)⁹

Com esta Resolução foi aprovado o Relatório Interministerial para a elaboração de um plano de acção em educação sexual e planeamento familiar¹⁰. Esta Resolução consolidava certas medidas concretas com vista ao cumprimento dos princípios nomeadamente os consignados na Lei 3/84:

⁷ XII- Governo Constitucional – exerceu funções de 31/10/1991 a 28/10/1995. Primeiro Ministro: Aníbal Cavaco Silva; Ministra da Educação: Manuela Ferreira Leite.

⁸ Para informação mais detalhada sobre o Projecto “Viva a Escola”, consultar: *Do Projecto Viva a Escola ao Programa de Promoção e Educação para a Saúde* – Relatório Síntese -, 1990-1994, PES/ME.

⁹ XIII- Governo Constitucional – exerceu funções de 28/10/1995 a 25/10/1999. Primeiro-Ministro: António Guterres; Ministro da Educação: Eduardo Marçal Grilo.

¹⁰ A comissão da Elaboração deste Relatório era composta por elementos do Ministério da Educação, da Saúde, da Justiça, Secretário de Estado da Juventude e Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

“(...) identificar as acções já em curso, com o objectivo de as potenciar e desenvolver, numa perspectiva de articulação e cooperação intersectorial, bem como definir todas aquelas que permitam melhor alcançar os objectivos em causa” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98, de 1 de Outubro de 1998; D. R. n.º 243, de 21/10/98).

Neste Relatório Interministerial, a educação sexual é entendida como *uma componente essencial da educação e da promoção da saúde*¹¹.

No referido Relatório está bem patente a necessidade de se reforçar a concretização e aplicação das leis vigentes, através da articulação das intervenções dos vários ministérios, com vista a atingir os objectivos prioritários:

“Promover a saúde sexual e reprodutiva, tendo como alvo prioritário os adolescentes e as populações especialmente vulneráveis; proporcionar condições para a aquisição de conhecimentos na vertente da educação sexual que contribuam para uma vivência mais informada, mais gratificante, mais autónoma e logo mais responsável da sexualidade; estimular o desenvolvimento de referências éticas, de atitudes, de afectos e de valores na família, na escola e na sociedade; criar condições que permitam desenvolver as capacidades de cada cidadão para perceber e lidar com a sexualidade na base do respeito por si próprio e pelos outros e num clima de aceitação dos valores da tolerância, da não-discriminação e da não-violência, de abertura à diversidade e da capacidade crítica de debate e da experiência de responsabilidade e autonomia; promover as capacidades individuais que ajudem a construir uma consciência clara da importância da tomada de decisão, de recusa de comportamento não desejado e do conhecimento dos recursos para apoio quando este for considerado necessário; criar condições para a gravidez planeada em que os factores de risco sejam atenuados, ou mesmo anulados através da melhoria da qualidade de prestações e cuidados de Saúde; valorizar as actividades de educação e informação dirigidas a crianças e adolescentes facilitando condições adequadas para que estas tenham lugar; rentabilizar e aumentar, a nível regional e local, a oferta/cobertura de cuidados apropriados em saúde sexual e reprodutiva nomeadamente em planeamento familiar e saúde materna, particularmente nas áreas mais carenciadas.” (Relatório Interministerial para a Elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar; p. 19-20).

No que diz Respeito ao Ministério da Educação, o Relatório salienta algumas medidas:

“A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86) que prevê a criação de uma nova área educativa, de cariz transdisciplinar, a formação pessoal e social, onde a educação sexual (para além de outras áreas) é prevista e pode ser

¹¹Relatório Interministerial para a Elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar; pp. 19-20 in Linhas Orientadoras do Ministério da Educação, p. 20.

abordada na área-escola, considerado espaço de liberdade e iniciativa; formação de professores, acções de formação para pais/encarregados de educação e auxiliares de acção educativa; apoio/acompanhamento ao desenvolvimento do projecto de prevenção do VIH/SIDA em meio escolar.” (Relatório Interministerial para a Elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar; p. 20-21).

O Relatório propõe ainda algumas linhas estratégicas, a adoptar pelo Ministério da Educação que se prendem com a forma de abordar a temática, o envolvimento dos pais e da comunidade, o trabalho em parceria com os centros de saúde e a comunidade.

2.7. Resolução da Assembleia da República n.º 51/98 (XIII Governo Constitucional)

Esta Resolução faz referência à educação sexual e planeamento familiar, e recomenda ao governo a regulamentação dos artigos 2.º e 10.º da Lei 3/84. Propõe que o governo faça uma campanha nacional informativa recorrendo particularmente ao serviço público de televisão. Propõe a criação e implementação de programas especiais para grupos de risco, entre outros. Prevê a criação de consultas de planeamento familiar, nos centros de saúde e nos serviços de obstetrícia e ginecologia nos hospitais, de modo a que exista uma maior articulação eficaz destes serviços. Por fim, prevê ainda a gratuidade das consultas de planeamento familiar e dos meios contraceptivos.

2.8. Despacho Conjunto n.º 271/98 (XIII Governo Constitucional)

Neste Despacho os Ministérios da Educação e da Saúde comprometem-se a fomentar o desenvolvimento sustentado do processo de alargamento da Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS), garantindo que as escolas ou agrupamentos de escolas e os centros de saúde assumam responsabilidades complementares na promoção da saúde da comunidade educativa alargada.

O principal objectivo do alargamento da Rede foi a criação de condições para a promoção da saúde das crianças e dos jovens e a prevenção de acidentes e doenças nestes grupos etários, implicando os diferentes agentes do sistema educativo e assegurando uma Rede de atendimento a crianças e adolescentes a nível da saúde física e mental nas áreas das escolas promotoras de saúde. As acções de intervenção prioritárias estavam integradas nas seguintes áreas: alimentação, saúde oral, sexualidade, segurança, vacinação (hepatite B), uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas, e sida.

2.9. Despacho n.º 12 782/98 (2ª série) (XIII Governo Constitucional)

Este Despacho publicado pelo Ministério da Saúde foi um marco muito importante em termos de legislação relativa à saúde reprodutiva e educação sexual, sendo uma das áreas prioritárias no quadro das estratégias da saúde para o período de 1998 a 2002.

Reforça ainda a importância das actividades no âmbito do planeamento familiar criando uma equipa multiprofissional. Esta equipa desempenhou funções específicas nesta área no funcionamento de consultas de planeamento familiar em todos os hospitais que dispunham serviços de ginecologia/obstetrícia.

2.10. Portaria n.º 370-A/98 (2ª série) (XIII Governo Constitucional)

Através desta Portaria, foi criada uma linha telefónica pelo Instituto Português da Juventude, destinada a informar os jovens nas áreas da educação sexual e do planeamento familiar.

2.11. Resolução de Conselho de Ministro n.º 7/99 (XIII Governo Constitucional)

Com esta Resolução, foi aprovado o Plano para uma Política Global de Família. É através deste Plano que se preconiza a aplicação de medidas tendentes a criar condições para uma maior participação das famílias na vida escolar.

Neste diploma, é aclarada, também, a necessidade de assegurar uma maior equidade no acesso aos cuidados em saúde reprodutiva e sexual, quer por parte dos adolescentes quer por parte dos jovens.

2.12. Lei n.º 120/99 (XIII Governo Constitucional)

Com esta Lei é finalmente introduzida, de uma forma generalizadora, a educação sexual, prevista pela Lei 3/84. Esta Lei reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva, e aborda temas tais como a promoção da educação sexual e saúde reprodutiva, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST), planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez (IVG).

A Lei visava:

“(...) conceder maior eficácia aos dispositivos legais que garantam a promoção a uma vida sexual e reprodutiva saudável, mais gratificante e responsável, consagrando medidas no âmbito da educação sexual, do reforço do acesso ao planeamento familiar e aos métodos contraceptivos, tendo em vista, nomeadamente, a prevenção de gravidezes indesejadas e o combate às doenças sexualmente transmissíveis, designadamente as transmitidas pelo HIV e pelo vírus das hepatites B e C.” (Art. 1º).

Relativamente à promoção da saúde sexual foi estabelecido que:

“(...) nos estabelecimentos de ensino básico e secundário será implementado um programa para a promoção da saúde e da sexualidade humana”, proporcionando informações/conteúdos adequados nas diversas vertentes desta matéria: fisiológica, social e psico-social. Estes conteúdos “serão incluídos de forma harmonizada nas diferentes disciplinas vocacionadas para a abordagem interdisciplinar desta matéria, no sentido de promover (...) uma atitude individual e responsável (...) e deverá adequar-se aos diferentes níveis etários”. A Lei estabelece ainda que: “...deverá existir uma colaboração estreita com os serviços de saúde da respectiva área” e no que diz respeito à formação de docentes, “os planos de formação dos Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAE) deverão incluir acções específicas sobre educação sexual e reprodutiva.” (Art. 2º).

A Lei contemplava ainda as doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente com a criação de:

“(...) gabinete de apoio aos alunos” e “o acesso a preservativos através de meios mecânicos, em todos os estabelecimentos do ensino superior e nos estabelecimentos do ensino secundário, por decisão dos órgãos directivos ouvidas as respectivas associações de pais e alunos.” (Art. 3º).

Com esta Lei foi conferida à educação sexual uma maior sustentabilidade, nomeadamente quando remete para as competências do estabelecimento de ensino a aplicação das medidas previstas e quando responsabiliza os Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAE) pela formação nestas áreas.

2.13. Despacho n.º 15587/99 (2.ª série) (XIII Governo Constitucional)

Este Despacho propõe a criação da Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde (CCPES). O objectivo essencial foi dar continuidade ao que já vinha sendo feito, provendo o Ministério da Educação de uma estrutura competente para garantir continuidade e conferir carácter estrutural e permanente à promoção e educação para a saúde.

Esta Comissão reabsorveu as iniciativas anteriormente geradas pelo Programa de Promoção e Educação para a Saúde, nomeadamente no que diz respeito às áreas de intervenção: projecto de Educação Sexual e Promoção da Saúde; prevenção da infecção pelo VIH/SIDA na comunidade escolar, projecto-piloto de Prevenção Específica de Toxicodependências, Educação Alimentar, etc.

Este Despacho visava:

“Promover a saúde global da população escolar, em particular a saúde mental, dando especial atenção às relações intra e interpessoais, privilegiando a educação sexual e a prevenção do alcoolismo; Promover o recurso a técnicas de diagnóstico e a metodologias e dinâmicas inovadoras na promoção da saúde”;

“Promover a qualidade do trabalho na rede de escolas promotoras de saúde e o seu alargamento, com vista à elevação do nível de saúde da população escolar; Coordenar as acções a desenvolver no âmbito da parceria entre as estruturais da educação e da saúde; Fomentar a formação específica dos intervenientes na promoção da saúde, centrada na resolução de problemas designadamente através da troca de experiências entre escolas e outros parceiros envolvidos.”

2.14. Decreto-Lei 259/2000 (XIV Governo Constitucional)¹²

Este Decreto vem regulamentar a Lei n.º 120/99, reforçando as garantias do direito à saúde reprodutiva, fixando condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens a cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento. Além disso, incorpora matérias referentes à organização da vida escolar, nomeadamente a organização curricular, favorecendo uma abordagem integrada e transversal da educação sexual e regulamenta a intervenção dos serviços especializados de apoio educativo das escolas, a formação de professores e o envolvimento de alunos, encarregados de educação e respectivas associações.

¹² XIV- Governo Constitucional – exerceu funções de 25/10/1999 a 06/04/2002. Primeiro Ministro: António Guterres; Ministro da Educação: Júlio Pedrosa.

Neste Decreto a promoção da educação sexual na escola é justificada pela necessidade de uma abordagem deste tema enquanto dimensão essencial do percurso educativo e formativo dos jovens.

Relativamente à promoção da educação sexual em meio escolar, este Decreto prevê que:

“A organização Curricular dos ensinos básico e secundário contempla obrigatoriamente a abordagem da promoção da saúde sexual e da sexualidade humana, quer numa perspectiva indisciplinar, quer integrada em disciplinas curriculares cujos programas incluem a temática.”

“O projecto educativo de cada escola (...) deve integrar estratégias de promoção de saúde sexual tanto no desenvolvimento curricular, como na organização de actividades de enriquecimento curricular, favorecendo a articulação escola-família, fomentar a participação da comunidade escolar e dinamizar parcerias com entidade externas à escola, nomeadamente com o centro de saúde da respectiva área (...). 3-O plano de trabalho de turma (...) deve ser harmonizado com os objectivos do projecto educativo da escola e compreender uma abordagem interdisciplinar da promoção da saúde sexual, por forma a garantir um intervenção educativa integrada.” (Art. 1º).

Ainda neste Decreto, é referido o apoio aos alunos no domínio da educação para a saúde:

“O apoio aos alunos no domínio de educação para a saúde, particularmente sobre sexualidade humana e saúde reprodutiva (...) deve ser promovido no âmbito da intervenção dos serviços especializados de apoio educativo das escolas (Art. 2º).”

2.15. Linhas Orientadoras da Educação Sexual em Meio Escolar/2000 (XIV Governo Constitucional)

As linhas orientadoras¹³ (LO) resultam da actualização, reformulação e adaptação do documento “Orientações Técnicas sobre Educação Sexual em Meio Escolar – contributos das equipas projecto.”¹⁴ Este manual surge na sequência do Projecto Experimental “ Educação para a Saúde e promoção da Saúde nas Escolas”, estudo que se realizou entre 1995 e 1998. Para além disso, foram

¹³ Publicadas em Outubro de 2000, por parte do Ministério da Educação - Comissão de Coordenação da Promoção e Educação Para a Saúde; Ministério da Saúde - Direcção Geral da Saúde; Associação Planeamento Familiar; Centro de Apoio Nacional (CAN) e Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde.

¹⁴ Documento publicado em Fevereiro de 1999, pelo Programa de Promoção e Educação para a Saúde, Direcção Geral da Saúde e da Associação para o Planeamento Familiar. Este documento, constituiu uma das metas pontadas pelo “ Relatório Interministerial para a elaboração de um Plano de Acção em Educação sexual e Planeamento Familiar de Setembro de 1998.

solicitadas críticas, sugestões e comentários a diversas personalidades ligadas à educação sexual, em particular, nos domínios da educação sexual e reprodutiva, e aos profissionais que desenvolveram actividades neste campo. Com base nessas propostas fornecidas por esses profissionais, e das reflexões levadas a cabo pela Equipa de Apoio Técnico de Educação Sexual (EATES) puderam ser elaboradas as linhas orientadoras.

A publicação das Orientações Técnicas sobre Educação Sexual em Meio Escolar constitui uma das metas apontadas pelo “Relatório Interministerial para a elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar”, de Setembro de 1998. Este documento, pretendeu contribuir para a generalização gradual nas escolas portuguesas, no sentido de integração regular de projectos de actividade de educação sexual nos vários níveis de ensino.

Estas orientações técnicas tinham como objectivo contribuir mais especificamente para:

“Clarificar o conceito e o quadro ético de referência da Educação Sexual; Indicar pistas para a integração da Educação Sexual na vida escolar ao nível curricular, para os vários níveis de ensino; Identificar um modelo orientador da formação dos professores e de outros agentes educativos das escolas para se envolverem em actividades e programas de Educação Sexual; Promover o desenvolvimento de acções de Educação Sexual nas escolas, na sua necessária articulação com outros agentes educativos, nomeadamente com as famílias e também, com outros serviços e profissionais, como os da área da Saúde.” (LO, 2000:6).

Nas Linhas Orientadoras, a educação sexual, enquanto contributo para a formação pessoal e social dos indivíduos e para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, adquiriu protagonismo na actividade dos sectores da educação e da saúde, tornando-se assim indispensável a colaboração entre estes dois sectores, educação e saúde, na medida em que a educação sexual é:

“Entendida como uma vertente do processo global da Educação, bem como uma das componentes da Promoção da Saúde, representa uma das áreas em que a colaboração entre os sectores da Educação e da Saúde se torna indispensável. Nessa medida, a Educação sexual constitui parte integrante do processo de Promoção da Saúde em Meio Escolar, nas diferentes dimensões: curricular, psicossocial, ecológica, comunitária e organizacional.” (LO, 2000:15).

Segundo as Linhas Orientadoras, a implementação da educação sexual passa pela formação dos agentes educativos; pela abordagem pedagógica de temas de sexualidade humana; pelo apoio às famílias na Educação Sexual das crianças e jovens; pelo estabelecimento de apoio individualizado e específico às crianças e jovens através da criação de parcerias no interior da escola com outros serviços da comunidade, nomeadamente os serviços de saúde.

Como valores essenciais da educação sexual, as Linhas Orientadoras definem:

“(...) o reconhecimento de que a autonomia, a liberdade de escolha e uma informação adequada são aspectos essenciais para a estruturação de atitudes e comportamentos responsáveis no relacionamento sexual; o reconhecimento de que a sexualidade é uma fonte potencial de vida, de prazer e de comunicação, e uma componente da realização pessoal e das relações interpessoais; o reconhecimento da importância da comunicação e do envolvimento afectivo e amoroso na vivência da sexualidade; o respeito pelo direito à diferença e pela pessoa do outro, nomeadamente os seus valores, a sua orientação sexual e as suas características físicas; a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres; a promoção da igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres; a promoção da saúde dos indivíduos e dos casais, nas esferas sexual e reprodutiva; o reconhecimento do direito à maternidade e à paternidade livre, conscientes e responsáveis; o reconhecimento das diferentes expressões da sexualidade ao longo do ciclo de vida; a recusa de expressões da sexualidade que envolvam violência ou coerção, ou relações pessoais de dominação e de exploração.” (LO, 2000:28,29).

Face a este conjunto de valores, as Linhas Orientadoras também definiram como principal objectivo da educação sexual:

“(...) contribuir – ainda que parcialmente – para uma vivência mais informada, mais gratificante, mais autónoma e mais responsável da sexualidade.” (LO, 2000:29).

Relativamente à esfera dos conhecimentos, a educação sexual deve contribuir para um maior e melhor conhecimento dos factos de integram a vivência da sexualidade, nomeadamente:

“(...) as várias dimensões da sexualidade; a diversidade dos comportamentos sexuais ao longo da vida e das características individuais; os mecanismos da resposta sexual, da reprodução, da contracepção e da prática de sexo seguro; as ideias e valores com que as diversas sociedades foram encarando a sexualidade, o amor, a reprodução e as relações entre os sexos ao longo da história e nas diferentes culturas; os problemas de saúde – e as formas de prevenção – ligados à expressão da sexualidade, em particular as gravidezes não desejadas, as Infecções de Transmissão Sexual os abusos e a violência sexuais; os direitos, a legislação, os apoios e os recursos disponíveis na prevenção, acompanhamento e tratamento destes problemas”. (LO, 2000:29).

Outros objectivos da educação sexual, relacionaram-se com as atitudes, em que a educação sexual deve contribuir para:

“(...) uma aceitação positiva e confortável do corpo sexuado, do prazer e da afectividade; uma atitude não sexista; uma atitude não discriminatória face às diferentes expressões e orientações sexuais; uma atitude preventiva face à doença e promotora do bem-estar e da saúde.” (LO, 2000:29).

Outros objectivos da educação sexual, situam-se no domínio das competências individuais, nomeadamente:

“(...) no desenvolvimento das competências para tomar decisões responsáveis; no desenvolvimento das competências para recusar; comportamentos não desejados ou que violem a dignidade e os direitos pessoais; no desenvolvimento das competências de comunicação; na aquisição e utilização de um vocabulário adequado; na utilização, quando necessário, de meios seguros e eficazes de contracepção e de prevenção do contágio de ITS; no desenvolvimento de competências para pedir ajuda e saber recorrer a apoios, quando necessário.” (LO, 2000:30).

Quanto à operacionalização da educação sexual, as Linhas Orientadoras propõem que deve estar explícita no projecto educativo da escola, onde cada escola deve de encontrar o seu caminho e ritmo próprio.

Quanto à implementação da educação sexual na escola esta pode ser através de três vias: numa primeira via a inclusão será feita por cada professor, ou por grupos disciplinares, identificando nos programas unidades temáticas onde possam ser incluídos temas de educação sexual. Uma segunda via pressupõe a partir do 2.º ciclo, a articulação entre professores de várias disciplinas para abordarem um ou mais temas de educação sexual. A iniciativa pode partir de um ou de vários professores, que podem expor aos restantes professores do Conselho de Turma. Devem ser, contudo, salvaguardados os interesses dos alunos, uma vez que estes devem participar activamente. O professor, ou os professores podem aproveitar a área curricular não disciplinar de área de projecto para abordarem a temática da educação sexual. A terceira via, isto é, a das actividades extracurriculares, é a mais usada pelas escolas, sendo frequentemente solicitada a colaboração de outros profissionais, ligados à saúde e a organizações não governamentais. Esta via nem sempre é a mais eficaz, na medida em que, por vezes, estas acções têm um carácter esporádico.

Deve-se referir que qualquer uma das vias supracitadas, pressupõe a existência de um núcleo dinamizador e coordenador destas actividades.

Como etapas essenciais para o desenvolvimento de actividades e projectos de educação sexual, as Linhas defendem que:

“(...) se constituída uma equipa responsável; devem ser elaboradas linhas gerais do projecto, explicitando os objectivos, as estratégias, as formas de avaliação de resultados e processos, assim como os modos da sua integração no projecto educativo de escola; este projecto deve ser comunicado à escola e identificados os professores interessados em participar no projecto; devem ser reconhecidos apoios indispensáveis (formação, materiais, serviços para encaminhamento de casos específicos, outros agentes exteriores à escola que possam apoiar a realização de actividades concretas como, por exemplo, os centros de saúde, as organizações não governamentais e os recursos disponíveis no sistema educativo); os pais e encarregados de educação devem ser informados dos princípios e devem ser identificadas possíveis actividades a eles dirigidas ou por eles dinamizadas; cada professor no desenvolvimento de trabalhos do projecto, deve, se necessário, identificar momentos curriculares em que seja possível a abordagem de temas relacionados com a sexualidade, articulando-se com outros profissionais, pode ainda também, identificar momentos interdisciplinares e/ou extra-curriculares para a abordagem conjunta dos mesmos temas.” (LO, 2000:32,33).

2.16. Despacho Conjunto n.º 734/2000 (XIV Governo Constitucional)

Com este Despacho, os Ministérios da Educação e da Saúde formalizaram o compromisso mútuo de fomentarem o desenvolvimento sustentado do processo de alargamento da Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS). Este acordo estabeleceu competências ao Programa de Promoção e Educação para a Saúde (PPES) e à Direcção-Geral da Saúde (DGS), e na definição de modelos de intervenção adequados à partilha funcional de responsabilidades dos recursos disponíveis e outros parceiros a serem mobilizados.

2.17. Decreto-Lei n.º 6/2001 (XIV Governo Constitucional)

A reorganização curricular promovida por este Decreto, define os princípios orientadores a que deve obedecer a organização e gestão do currículo, destacando-se a coerência e a sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a sua articulação com o ensino secundário.

A noção de currículo sustentada por este Decreto prende-se com preocupações de diferenciação, adequação e flexibilização, ou seja, a necessidade de promover a diferenciação pedagógica, diversificando as estratégias de acordo com as situações. Para a prossecução destes princípios, a escola e os professores devem ter um papel determinante na decisão sobre a gestão dos processos de ensino-aprendizagem dos seus alunos.

Esta reorganização curricular determina, para além das áreas curriculares disciplinares, a criação de três áreas curriculares não disciplinares: área de projecto; estudo acompanhado e formação

cívica. Estas áreas são componentes obrigatórias da estrutura curricular de todos os ciclos do ensino básico e está definida, em termos de componentes e carga horária, por ciclos de escolaridade.

2.18. Despacho n.º 6/2005 (XVI Governo Constitucional)¹⁵

Este Despacho tem como principal objectivo legislar e aprovar o Parecer “Educação Sexual nas Escolas”

No processo de elaboração do Parecer seguiu-se uma metodologia que integrou quer a análise documental – normativos, relatórios inter (ministeriais), pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE), materiais curriculares, quer a audição de membros da comunidade científica, reconhecidos especialistas e técnicos, relacionados com programas e experiências pedagógicas na área da Educação Sexual, e ainda de individualidades ligadas a diversas associações. No entanto, o conteúdo deste Parecer não reflecte posições singulares, nem qualquer compromisso directo para com associações e/ou especialistas, sendo o resultado de uma ampla reflexão realizada.

2.19. Parecer do Conselho Nacional de Educação¹⁶ (XVI Governo Constitucional)¹⁷

Este Parecer foi solicitado pela Ministra da Educação, que face ao amplo debate na sociedade portuguesa sobre a educação sexual, solicitou ao Conselho Nacional da Educação (CNE) que se pronunciasse sobre *o modelo de educação sexual nas escolas, em vigor desde o ano de 2000*. Este pedido tinha como âmbito a análise de materiais produzidos pelo Ministério Educação, nomeadamente: *Educação Sexual em meio escolar – linhas orientadoras; Educação Sexual material de apoio ao currículo – guia anotado de recursos*¹⁸; *saúde na escola – desenvolvimento de competências preventiva/crianças dos 5 aos 7 anos; Saúde na escola – desenvolvimento de competências preventivas/crianças dos 8 aos 10 anos*, bem como o modelo curricular que está englobado na organização escolar. (PNE,2005).

Na elaboração deste Parecer o CNE optou por adoptar a metodologia de análise documental de normativos, relatórios interministeriais, pareceres do CNE, matérias curriculares, audições de membros da comunidade científica e técnicos relacionados com programas experiências pedagógicas na área da educação sexual e individualidades ligadas a diversas associações. Este Parecer é constituído por cinco

¹⁵ XVI- Governo Constitucional – exerceu funções de 17/07/2004 a 12/03/2005. Primeiro Ministro: Pedro Santana Lopes; Ministra da Educação: Maria do Carmo Seabra.

¹⁶ Aprovado na Sessão Plenária de 27 de Outubro de 2005, para revisão ortográfica

¹⁷ XVII- Governo Constitucional – exerce funções desde 12/03/2005. Primeiro Ministro: José Sócrates; Ministra da Educação: Maria Lurdes Rodrigues.

pontos fundamentais: contextualização da educação sexual em meio escolar; olhares críticos sobre a educação sexual, entendida na dimensão da educação para a sexualidade; modelos de organização curricular; apreciação global e recomendações. Segundo o Parecer, toda a discussão centrada na educação sexual em meio escolar tem como ponto de partida duas questões fundamentais:

“(...) o papel do Estado no cumprimento do direito que os alunos têm à Educação Sexual como componente do direito fundamental à educação¹⁸; a prioridade do direito que os pais têm de escolher a educação dos seus filhos, conquanto que, em termos constitucionais, incumbe ao Estado cooperar com os pais na educação dos filhos¹⁹. Neste nível de debate estamos no plano jurídico, sendo necessário lançar a discussão em torno de uma outra questão fundamental: a inclusão da Educação Sexual nas finalidades do sistema educativo e nas áreas de formação dos ensinos básico e secundário. A este nível, a argumentação possível deve ter como campo de referencialização tanto os princípios constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) quanto as orientações curriculares do Ministério da Educação, a partir das quais é feita a construção do currículo, primeiro, na fase do currículo prescrito (programas), depois, na fase do currículo apresentado (manuais) e, por último, nas fases do currículo programado/planificado (projecto educativo/curricular) e do currículo real (sala de aula).” (PNE, 2005:4).

Para o CNE falar de educação sexual em meio escolar implica a distinção de dois processos curriculares:

“(...) a informação científica que é dada no contexto das áreas de conhecimento; a formação valorativa com incidência em afectos, sentimentos, atitudes que se inscrevem numa dimensão ética. É consensual falar de Educação Sexual nas escolas numa vertente de natureza informativa, na medida em que se reconhece à escola a função de organizar em códigos de conhecimento o que o aluno precisa de saber sobre reprodução, fecundação, corpo, identidade, diferença, género, entre outros conteúdos curriculares. Falar de uma Educação Sexual na dimensão da Educação para a Sexualidade, ou Educação da Sexualidade, que se prende a afectos, emoções, amor, estádios maturativos, desenvolvimento da personalidade, para além de outras questões.” (PNE.2005:19).

O CNE entende que o modelo curricular mais congruente para a educação sexual é o da transdisciplinaridade, sem um compromisso por parte da escola em seguir um modelo impositivo, mas compreensivo, na medida em que:

¹⁸ cf. art. 1º, Lei n.º 3/84 de 24 de Março.

¹⁹ cf. Constituição da República Portuguesa, art. 67º. Na interpretação deste artigo, Jorge Miranda, 2005, p. 48, observa: “Depois, no art. 67º, n.º 2, diz-se que incumbe ao Estado cooperar com os pais na educação dos filhos. Cooperar com os pais na educação dos filhos, significa que não é o Estado que assume a educação dos filhos: quem assume a educação dos filhos são os pais, o Estado coopera com os pais nessa educação” (cf. Miranda, Jorge (2005). Educação).

“(...) a Educação Sexual em meio escolar não pode posicionar-se em relação a qualquer atitude e quadro de valores que não sejam consensuais, pois o que está em causa é o desenvolvimento psicoafectivo da criança, jovem e adolescente, a auto-estima, o respeito pelos outros, o envolvimento pessoal, o lado dos afectos, do prazer, das emoções, da alegria, da angústia. Sendo transversal à vida, a sexualidade é uma área aberta ao pensar, ao diálogo e ao questionamento que integra a formação pessoal, social e moral.” (PNE.2005:19).

Segundo o CNE, em termos de sexualidade,

“(...) é discutível que a escola possa determinar percursos de formação únicos e obrigatórios como se a Educação Sexual fosse redutível à fecundação, à reprodução e à prevenção de comportamentos de risco. Se na informação científica que é dada em meio escolar não for considerada a educação para a sexualidade, no sentido do psico-afectivo, a função da escola pode tornar-se problemática porque não é equacionado o amadurecimento pessoal e a formação para a cidadania.” (PNE, 2005:20).

Assim sendo, para o CNE, falar-se de educação sexual é:

“(...) falar da sexualidade própria e da sexualidade dos outros, o que exige a conciliação de questões difíceis e complexas, sem que seja possível encontrar as soluções quer no saber livresco que a escola proporciona, quer num modelo disciplinar.” (PNE, 2005:20).

O CNE defende a transversalidade como modelo curricular pois segundo a Comissão a sexualidade não pode fragmentar-se no desenvolvimento da personalidade, dado que:

“A Educação Sexual é uma educação para os afectos e quando se sai da informação científica será necessário pensar devidamente o que se vai fazer, já que é uma área aberta ao pensar e aos valores.” (PNE, 2005:20).

A defesa deste modelo curricular pode ter como consequências uma diluição de responsabilidades, por parte do Ministério da Educação e das escolas, ou seja, o Ministério da Educação desresponsabiliza-se de uma efectiva educação sexual em meio escolar, dado que não assume políticas educativas e curriculares precisas e congruentes. Com isto, o Ministério da Educação deixa enfraquecer certas estruturas nacionais de apoio e opta pela contratualização com associações não governamentais.

Para o CNE, o Ministério da Educação, com a publicação das Linhas Orientadoras pretendia que:

“(...) a Educação Sexual se implemente nas escolas pela dinâmica dos projectos educativos e curriculares. A diluição das responsabilidades das escolas verifica-se

a partir do momento em que estas não consagram nos seus planos de actividades iniciativas próprias, deixando que a Educação Sexual se faça no interior dos territórios das disciplinas, sem que se verifique a integração curricular daquilo que os professores fazem, individualmente, na sala de aula e, colectivamente, na construção dos projectos curriculares. O modo como funciona nas escolas a elaboração destes projectos, e também o modo como é elaborado no seio da comunidade o projecto educativo, faz com que se possa admitir a desresponsabilização. Ora, a transdisciplinaridade obriga à existência de mecanismos de articulação de conteúdos, pessoas e serviços num processo global de decisão. Assim, o modelo da transversalidade pode esconder o que não é feito, tornando difícil acompanhar e avaliar o que é definido ao nível das políticas educativas e curriculares” (PNE, 2005:20).

Face a isto, o CNE defende, no que diz respeito à educação sexual, que é importante que o Ministério da Educação se decida de uma forma clara, devendo salvaguardar a liberdade de escolher uma área que é central na discussão de valores, a disciplinarização da educação sexual em meio escolar, que é defendida por muitos. A criação de uma disciplina deve contemplar conteúdos bem identificados, devem estar ajustados às idades, devem ser inseridos nos planos curriculares do 3.º ciclo do ensino básico, e deve ser facultativa, uma vez que é a posição da família.

O CNE admite que a ideia de uma disciplina reflecte opções ideológicas muito diferentes, dado que existem argumentos favoráveis e desfavoráveis. Assim:

“(…) Os argumentos favoráveis vão no sentido da clarificação da sua existência em meio escolar e, caso exista, será, provavelmente, foco de muita polémica, pois é discutível que haja conteúdos suficientemente significativos que sejam trabalhados na escola semanalmente, num horário rígido e determinado.” e os argumentos desfavoráveis que consideram que a: “Educação Sexual é uma formação da área da Formação Pessoal e Social; a educação para os valores não é um conteúdo curricular; a neutralidade axiológica não existe em termos de Educação Sexual.” (PNE, 2005:21).

O CNE refere que para além da disciplinariedade, existem mais duas propostas, nomeadamente a área curricular não disciplinar e o programa de actividades. A formatação da educação sexual numa área curricular não disciplinar esteve relacionada com a área-escola, que decorreu entre 1989 – 2001 e com a área de projecto. O CNE propõe que a educação para a sexualidade integre, juntamente com a educação para a saúde, a área curricular educação para a cidadania, ou educação humana e cívica, ou relações interpessoais. Assim, com a incorporação da educação sexual numa área curricular não disciplinar feita a:

“(…) integração do conhecimento através de situações dinâmicas de trabalho, isto é, de práticas curriculares em que os problemas são questionados e as

actividades são discutidas a partir das identidades dos alunos., que seja uma área onde o aluno pergunta, investiga, problematiza, questiona, valoriza, partilha, dúvida, decide e constrói, em que os conteúdos não estão predeterminados, em que os conteúdos curriculares são explorados na relação com o quotidiano dos alunos, de modo que estes compreendam cognitiva, emocional e relacionalmente os fenómenos do mundo que os rodeiam.” (PNE, 2005:22).

Segundo o CNE, “(...) este modelo responsabilizaria o Ministério da Educação pela regulação de eixos temáticos obrigatórios e/ou facultativos que as escolas podem seguir, incluindo, obrigatoriamente, as actividades curriculares no âmbito das disciplinas e áreas curriculares não disciplinares e, opcionalmente, as actividades extracurriculares.” (PNE, 2005:22).

O CNE no seu Parecer, relativo à educação sexual nas escolas, estabelece princípios orientadores que o Estado, nomeadamente o Ministério da Educação deve ter em atenção, nomeadamente:

“(...) não é possível reduzir a Educação para a Sexualidade à componente cognitiva, pois dela fazem parte valores, afectos, atitudes, comportamentos e saberes (...)Tendo em conta a multiplicidade de aspectos e o reconhecimento de valores, o CNE considera que deve ser dada particular atenção às singularidades e às condições de diversidade e multiculturalidade em termos de contextos de formação educativa do aluno desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário. O CNE reitera que a educação sexual em meio escolar é uma componente da área de formação pessoal e social, que se enquadra na educação em valores e para os valores. O CNE reconhece que, na actual estrutura curricular, não existe nem uma disciplina nem um programa, com conteúdos específicos e com manuais homologados, e que os materiais curriculares referenciados são documentos orientadores das actividades desenvolvidas pelas escolas. O CNE sublinha que a educação sexual é uma área de formação com a obrigatoriedade de ser integrada nas actividades escolares a partir de referentes muito bem explícitos para os membros da comunidade educativa. A educação sexual, por mais diversos que sejam os modelos curriculares, exige em meio escolar a diversificação de metodologias, com ênfase para a educação entre pares.” (PNE, 2005:33-34).

O CNE salienta que os princípios são indispensáveis para o reflectir da educação sexual nas escolas e baseiam-se em linhas de acção. Assim as linhas de acção propostas pelo CNE ao Ministério da Educação são:

“(...)articular o quadro normativo que implementa a Educação Sexual nas escolas dos ensinos básico e secundário, de modo a que as escolas sejam responsabilizadas pela elaboração, realização e avaliação dos projectos educativos e dos projectos curriculares, que contemplem a dinamização de actividades relativas à Educação Sexual e a outras componentes da área de Formação

Pessoal e Social; Homologar as orientações curriculares das áreas curriculares não disciplinares, podendo integrar a Educação Sexual, como eixo temático a tratar, obrigatoriamente, pelas escolas; Definir uma matriz curricular global de abordagem da Educação Sexual no contexto dos conteúdos programáticos dos ensinos básico e secundário; Valorizar o papel das famílias na implementação da Educação Sexual em meio escolar; Tomar medidas no sentido de tornar a Educação Sexual e outras componentes da área de Formação Pessoal e Social prioritárias nas temáticas da formação de professores (formação inicial e formação contínua); Aperfeiçoar o modelo transdisciplinar da Educação Sexual, desde que existam orientações para a integração desta área de Formação Pessoal e Social nas actividades curriculares; Ancorar a Educação para a Sexualidade no projecto educativo das escolas.” (PNE, 2005:34-37).

2.20. Despacho n.º 19737/2005 (2.ª Série) (XVI Governo Constitucional)

Este Despacho visou a criação de um Grupo de Trabalho²⁰, no âmbito do Ministério da Educação para estudar e propor os parâmetros gerais dos programas de educação sexual em meio escolar.

A necessidade da criação deste Grupo, teve origem no facto das escolas evidenciarem dificuldades em implementar a educação sexual, apesar da publicação das linhas orientadoras da educação sexual em meio escolar, e das medidas consagradas no Decreto-Lei 259/2000. E também pela forte sensibilidade com que a temática da educação sexual foi acolhida pela opinião pública. Face a isto, o Ministério da Educação sentiu a necessidade de definir modelos de aplicação e efectivação de uma educação sexual no meio escolar com base nas orientações de um conjunto de especialistas nesta matéria.

2.21. Relatórios do Grupo de Trabalho de Educação Sexual (XVI Governo Constitucional)

O Grupo de Trabalho de Educação Sexual (GTES) elaborou dois relatórios: O Relatório preliminar datado de 31 de Outubro de 2005 e o Relatório final datado de 7 de Setembro de 2007. O grupo de trabalho foi coordenado pelo Prof. Doutor Daniel Sampaio, médico, professor de psiquiatria da Faculdade de Medicina de Lisboa. Faziam parte deste grupo a Prof. Doutora Margarida Gaspar de Matos, psicóloga da Faculdade de Motricidade Humana, o Prof. Doutor Miguel Oliveira da Silva,

²⁰ Este grupo de trabalho é coordenado pelo Prof. Doutor Daniel Sampaio, da Faculdade de Medicina de Lisboa. O Coordenador do grupo de trabalho pode convidar especialistas para apresentação de propostas ou para se pronunciarem sobre as análises e propostas em estudo.

O grupo de trabalho deve apresentar até 31 de Outubro de 2005 Um relatório preliminar.

médico, obstetra/ginecologista e professor de ética médica na Faculdade de Medicina de Lisboa e pela Mestre, Margarida Gaspar de Matos, licenciada em psicologia.

2.22. Relatório Preliminar (RP)

Este Relatório resume toda a actividade desenvolvida pelo grupo na avaliação da situação da educação sexual em Portugal, actividade que foi desenvolvida de 15 de Junho a 31 de Outubro de 2007. Para além de descrever tudo o que foi elaborado em matéria de educação sexual, este Relatório propõe uma série de medidas a tomar no âmbito da educação sexual/ educação para a saúde em meio escolar.

Assim, o *GTES* propõe que a educação sexual seja integrada numa nova dinâmica curricular de promoção e educação para a saúde. Esta deve ser definida como um processo pelo qual se obtém informação e se formam atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual. A educação para a saúde deve ser uma prioridade para o Ministério da Educação, e tem que ter um carácter obrigatório, as organizações não governamentais devem complementar o papel da escola, de acordo com os projectos educativos. Os alunos devem participar e estar presentes em todas as fases de aprendizagem desta nova área curricular e os pais devem estar em contacto permanente com a planificação e execução desta área, pois, o papel dos pais é essencial para o êxito desta nova área curricular.

O *GTES* propõe ainda que sejam estudados e reorganizados os *curricula* das disciplinas desde o 1.º até ao 3.º ciclo do ensino básico na perspectiva da Educação para a Saúde. Esta reorganização deve ser obrigatória, e no ensino secundário é proposta a criação de um gabinete de atendimento para as questões de saúde, em articulação com o centro de saúde da área.

As áreas curriculares não disciplinares (área de projecto, estudo acompanhado, formação cívica e opção escola) devem ser aproveitadas pelas escolas para abordarem a temática Educação para a Saúde, e cada agrupamento deverá eleger um professor responsável pela área de Educação para a Saúde.

Para o *GTES* a educação sexual tem como objectivo fundamental:

“(...) o desenvolvimento de competências nos jovens, de modo a possibilitar-lhes escolhas informadas nos seus comportamentos na área da sexualidade, permitindo que se sintam informados e seguros nas suas opções.” (RP, 2005:6).

A educação sexual, para os jovens, deve ainda ter como objectivos:

“(...) conseguir uma melhoria dos seus relacionamentos afectivo-sexuais, ao mesmo tempo que pretende reduzir as possíveis consequências negativas dos

comportamentos sexuais, tais como a gravidez não planeada e as doenças sexualmente transmissíveis. Deve ter, também como meta a necessidade de dotar os mais novos da capacidade de protecção face a todas as formas de abuso e exploração sexual. E numa perspectiva a longo prazo, a educação sexual, deve contribuir para a tomada de decisões na área da sexualidade durante toda a vida. Onde a informação sobre a sexualidade é uma vertente essencial, mas não é suficiente. E para que os programas sejam eficazes, é necessário que os jovens possam adquirir competências nesta área, em muitos casos idênticas às que necessitam para a vida. A educação sexual é, por isso e acima de tudo, uma questão de educação e deve promover, numa perspectiva de educação global do indivíduo, a capacidade de ouvir, de negociar, de respeitar o outro, de tomar decisões, de reconhecer pressões, ou de destacar a informação pertinente. Contudo na educação sexual é essencial, por outro lado, discutir e compreender as diversas perspectivas morais e sociais sobre a sexualidade, numa posição de respeito pelas diferenças culturais existentes. (...); deve ter em conta que a sociedade actual pode fornecer informação contraditória sobre as questões da sexualidade, por exemplo salientando os seus riscos, ao mesmo tempo que promove a ligação entre o sucesso e o desempenho sexual (...) deve facultar aos jovens, para além da informação necessária, a oportunidade de compreender a dimensão afectiva da sexualidade, ajudando-os a compreender as emoções, os sentimentos e as decisões envolvidos no comportamento sexual. A informação na educação sexual deve ter sempre em conta a diversidade de fontes informativas (família, escola, amigos, livros e revistas, Internet etc.), perceber o que é conhecido, corrigir o que foi incorrectamente compreendido e acrescentar os conteúdos em falta. (Sem uma informação correcta, discutida e actualizada em diversos contextos, aumenta a possibilidade de comportamentos de risco. (...).” (RP, 2005:6,7).

O *GTES* propõe uma nova dinâmica curricular para a educação para a saúde, e sugere como objectivos: a colaboração de todas as escolas portuguesas na construção de uma atitude de cidadania, assente em princípios de individualidade e de convivência com a diferença e o respeito pelo outro, numa sociedade mais saudável, informada, mais solidária, participativa e autónoma, onde a sexualidade é uma das áreas relevantes neste processo de desenvolvimento pessoal e inter-pessoal.

Esta nova dinâmica curricular conduziu a uma educação para a autonomia, para a responsabilização e participação; uma escolha de estilos de vida saudáveis e uma educação para a protecção face a comportamentos de risco.

Na apresentação desta proposta o *GTES* aborda duas visões: a diacrónica, que reflecte sobre o desenvolvimento biopsico-social da criança/ adolescente, e sobre as suas características pessoais e relacionais, tarefas de vida, potencialidades, dificuldades, desafios, riscos e sonhos; e a visão sincrónica, isto é, em cada momento nos centramos nos espaços, tempos de vida e actores que interagem com esta criança/ adolescente, constituindo o universo ecológico relevante para a nossa análise e para a definição de necessidades em termos de formação/ prevenção/ protecção/ promoção.

O *GTES*, neste Relatório, faz referência a uma série de recomendações de transição a ter em conta, enquanto o processo de implementação da educação sexual não está completo.

Assim o Grupo propõe:

“(...) a inclusão da nova dinâmica curricular, não pode impedir a continuação de acções temáticas e de campanhas nas escolas sobre Educação para a Saúde/Educação Sexual até o processo estar finalizado; A revitalização da nova dinâmica curricular não deve servir de travão às escolas que por iniciativa própria se diferenciaram mais do que o preconizado nestas recomendações; A avaliação dos projectos complementares na área da protecção da saúde/ prevenção de riscos tem de ser aperfeiçoada; Os professores e outros técnicos de saúde nas escolas deverão ter formação específica e supervisão para intervenção nestes projectos de prevenção; As acções preventivas baseadas apenas em informação, apenas em aconselhamento, ou apenas em propostas de actividades extra-escolares de carácter lúdico ou recreativo, não têm efeitos preventivos comprovados e implicam investimentos públicos sem garantia; As acções preventivas devem partir de informação correcta e precisa, sem exageros nem dramatizações, sem mensagens ideológicas ou religiosas.” (RP, 2005:70,71).

Por fim, o *GTES*, propõe uma série recomendações a ter em conta:

“(...) o Conselho Pedagógico deverá eleger um professor responsável pela implementação/acompanhamento da área da Educação para a Saúde; Em reunião de grupo das diferentes disciplinas (Matemática, Geografia, História, etc.) analisar “qual o contributo que a disciplina pode dar para a dinâmica da “Educação para a Saúde”; Elaborar o “Plano Curricular de Turma” (PCT), No âmbito das áreas disciplinares não curriculares (Áreas Projecto, Formação Cívica e/ou Estudo Acompanhado) ou na ainda na “opção a decidir pela escola”, ²¹; Recomenda a implementação e/ou a continuidade de um Gabinete de Atendimento ao Aluno; Recomenda o reforço de serviços de atendimento na escola ou de parcerias, nomeadamente com os Centros de Saúde, IPJ e SPO’s (Psicólogo, Médico, Enfermeiro, Assistente Social, etc), no sentido de se formar uma rede próxima de reforço de atendimento, formação e supervisão; Os manuais com vista ao desenvolvimento desta nova dinâmica curricular deverão respeitar as orientações deste relatório.” (RP, 2005:72-75).

2.23. Relatório Final (RF)

No Relatório final, o grupo de trabalho reafirma a importância da promoção e educação para a Saúde na escola do 1.º ao 12.º ano de escolaridade. Tal como no relatório preliminar, a educação para

²¹ Recomenda-se: - Que um destes espaços disciplinares não curriculares seja vocacionado para a Educação para a Saúde, de acordo com os tópicos e desenvolvimento curricular ao longo dos ciclos apresentado anteriormente e seguindo metodologias já explicitadas. Pretende-se ir ao encontro das problemáticas específicas de cada grupo-turma, numa perspectiva de participação dos alunos na definição das suas necessidades e respectivas pistas de abordagem/solução.

a saúde deve ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, e deve integrar o projecto educativo da escola.

O *GTES* recomenda que todos os projectos integrem também quatro áreas fundamentais: alimentação e actividade física; consumo de substâncias psico-activas, tabaco, álcool e drogas; sexualidade e infecções sexualmente transmissíveis, com relevância para a prevenção da sida; violência em meio/saúde mental.

A educação sexual deve existir em articulação com as estruturas de saúde, devendo ser abordada de acordo com as idades dos alunos, e através de acções de continuidade e organizadas. Deve existir um programa mínimo e obrigatório de educação sexual, dando origem a uma avaliação dos conhecimentos. Tal como no relatório preliminar, a participação activa dos alunos e a colaboração dos pais são cruciais para o êxito da promoção e educação para a saúde.

O *GTES* propõe, neste Relatório a referência de três temas: educação alimentar em meio escolar, consumo de substâncias psico-activas e prevenção em meio escolar e prevenção da violência em meio escolar, para os quais irá publicar referências. Tal como no relatório preliminar, a educação sexual foi definida como:

“(...) um processo pelo qual se obtém informações e se formam atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual.” (RF, 2007:7).

E tem como objectivos:

“(...) o desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolhas informadas e seguras no campo da sexualidade; a melhoria dos seus relacionamentos afectivo-sexuais; a redução de possíveis consequências negativas dos comportamentos sexuais, tais como a gravidez não planeada e as infecções sexualmente transmissíveis (IST); a capacidade de protecção face a todas as formas de exploração e abuso sexuais. Ao longo prazo, deve contribuir para tomada de posições na área da sexualidade, durante toda a vida (GTES, 2005).” (RF, 2007:7).

Para o *GTES*, a família, nomeadamente os encarregados de educação, assumem um papel fundamental nas diversas fases dos programas de educação sexual em meio escolar e deve existir uma cooperação entre a escola e a família.

Segundo o *GTES*, não se deve esquecer que:

“(...) compete à família a educação dos seus filhos, mas deverá organizar-se numa perspectiva de cooperação com os agregados familiares, de modo a conseguir não só potenciar a informação pertinente, mas também, tentar

promover um conjunto de comportamentos ajustados e sem riscos no campo sexual.” (RF, 2007:7-8).

Segundo o GTES, a escola constitui um contexto importante para os alunos consolidarem os seus conhecimentos na área da sexualidade e promoção de atitudes e comportamentos adequados e com menores riscos. Pois segundo o GTES os jovens passam cerca de dois terços do seu tempo na escola. E também pelo facto da escola contribui também, para o desenvolvimento do sentimento de identidade e autonomia dos adolescentes, e é um palco privilegiado da relação dos adolescentes com os pares.

Deste modo, a escola, pode e deve complementar as famílias no papel educativo na área da educação sexual, porque não nos podemos esquecer que Portugal é um país com uma elevada prevalência das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), com grande destaque na prevenção da infecção do vírus VIH e na patologia do colo do útero. E também pelo facto de Portugal ter uma elevada taxa de grávidas adolescentes.

O GTES propõe ainda duas ideias para efeitos de intervenção na área da promoção da saúde nas escolas:

“(…) a necessidade de ter uma visão integrada do ajustamento psico-social da criança e do adolescente e de sermos capazes de mapear os “trunfos” pessoais para a saúde (incluindo aqui factores pessoais, familiares, escolares e relativos ao grupo de pares) e concentramo-nos preferencialmente em factores positivos e em comportamentos alternativos; e a necessidade de combater o efeito cumulativo dos factores de risco, em termos do seu impacto para a saúde das crianças e adolescentes, actuando de modo articulado e integrado (incluindo factores pessoais, familiares, escolares e relativos ao grupo de pares).” (RF, 2007:9,19).

O GTES propõe que a educação sexual fosse integrada numa nova *dinâmica curricular de Educação para a Saúde*, com dois vectores fundamentais:

“(…) a revitalização dos curricula das disciplinas do 1.º, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico na perspectiva da Educação para a Saúde; “e “(…) o aproveitamento das áreas curriculares não disciplinares para a abordagem do tema, de acordo com as características e recursos de cada escola/agrupamento.” Para o secundário, recomenda a criação e dinamização de Gabinetes de Apoio ao Aluno, em articulação com as estruturas de saúde da área.” (RF, 2007:11).²²

²² Propostas aprovadas pelo Ministério da Educação e da Saúde e com parecer favorável do Conselho Nacional de Educação.

Assim sendo, a educação sexual passa a fazer parte da educação para a saúde, e é definida como uma das suas áreas prioritárias, em conjunto com a alimentação e actividade física, consumo de substâncias psico-activas e violência em meio escolar/saúde mental, em que a educação para a saúde deverá ser incluída no projecto educativo de cada escola/agrupamento.

Tal como foi referido no relatório preliminar, o GTES considera que o projecto da educação sexual deve ter em conta as características da escola e da comunidade onde está inserida, deve contar com a participação activa dos alunos. Os pais deverão ser informados de todas as fases do processo, e sempre que possível, devem ser chamados a participar. O Projecto nunca se poderá basear apenas na vertente médico-sanitária, pois a escola deve, também, ajudar os alunos a desenvolver um conjunto de qualidades que lhes permitam encontrar uma conduta sexual que contribua para a sua realização como pessoas ao longo da vida. A reflexão crítica dos estudantes sobre os comportamentos sexuais deve ser um dos objectivos de qualquer iniciativa de educação sexual em meio escolar.

Relativamente ao ensino secundário, o GTES prevê:

“(...)a criação de um gabinete de apoio a alunos e intervenção também através da área de educação física”. (RF: 2005:22). Devem ser abordados temas como: “(...) género, família, parentalidade, interacção no namoro, respeito/violência, dizer “não” a pressões emocionais e sexuais, interacção e inter-pares, comportamentos sexuais virtuais veiculados pela Internet, maus tratos (abuso físico e psicológico) e sexualidade e projecto de vida”. (RF, 2007:22).

O GTES considera importante que os conteúdos abordem como tópicos programáticos, o início das relações sexuais, os métodos contraceptivos disponíveis e utilizados, as razões do seu falhanço e do não uso, a evolução e consequências nas taxas de gravidez e aborto em Portugal e na Europa e os aspectos relacionados com a incidência e sequelas das doenças sexualmente transmissíveis, a sua prevenção e consequências.

Segundo o GTES a avaliação deve ser obrigatória e não deve excluir estas áreas fundamentais.

Com este capítulo pretendeu-se salientar alguns aspectos principais da história da educação sexual em Portugal, nomeadamente o conhecimento das principais Leis e Decretos aprovados, bem como os Relatórios e Pareceres elaborados nesta matéria. Verificamos que a formulação e a implementação da educação sexual nas escolas portuguesas tem-se mostrado um processo longo, iniciado em 1984 com a primeira lei que determina que “*o Estado garante o direito à educação sexual como componente do direito fundamental à educação*”. É um processo que envolve todos os agentes educativos (professores, alunos famílias e profissionais da área da saúde).

Reconhecemos que o processo de implementação da educação sexual nas escolas, como tudo aquilo que lhe é inerente, é caracterizado por avanços e recuos. Concluimos ainda que, ao longo destas duas décadas, toda a legislação produzida em Portugal, tinha como base três abordagens, saúde pública/planeamento familiar/saúde reprodutiva; formação pessoal e social e cidadania democrática.

A Lei n.º 3/84, o Despacho 9/EBS/86; a Lei n.º 48/90 – Lei de Bases da Saúde; o Despacho n.º 172/ME/93; a Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98, a Resolução da Assembleia da República n.º 51/98; o Despacho Conjunto n.º 271/98, o Despacho n.º 12 782/98 (2ª série); a Portaria n.º 370-A/98 (2ª série); o Despacho n.º 155587/99 (2ª série); a Resolução de Conselho de Ministro n.º 7/99; a Lei n.º 120/99; o Decreto-Lei n.º 259/2000; o Despacho n.º 6/2005 e o Despacho n.º 19737/2005 (2ª Série) prevêm que a educação sexual seja implementada nas escolas numa lógica de saúde pública, planeamento familiar e saúde reprodutiva, atribuindo um carácter científico ao ensino da educação sexual.

A Lei 46/86 - Lei de Bases do Sistema Educativo e o Decreto-Lei n.º 286/89 prevêm que a educação sexual seja implementada no âmbito da formação cívica.

Por fim, o Despacho conjunto n.º 734/2000; as Linhas Orientadoras da Educação Sexual em Meio Escolar/2000 e o Decreto-Lei n.º 6/2001 propõem que a educação sexual seja implementada no âmbito da cidadania democrática e das diferenças culturais.

De referir que é na abordagem da Saúde Pública e do Planeamento Familiar, que foi produzida mais legislação em matéria de educação sexual, sendo de realçar que é nesta abordagem que se encontra a primeira legislação aprovada em Portugal, Lei 3/84, e o último Despacho aprovado em Portugal, Despacho n.º 19737/2005 (2ª Série), em que o Grupo de Trabalho de Educação Sexual considera prioritário abordar a temática da educação sexual, nas nossas escolas, no âmbito da saúde pública.

Face ao exposto em matéria de legislação, relativamente à educação sexual, poderemos afirmar que não restam dúvidas de que a escola não pode negligenciar o seu papel junto dos jovens. Apesar, de cada vez mais escolas, dos diferentes níveis de ensino, terem vindo a desenvolver actividades relacionadas com a sensibilização para diversos aspectos que envolvem uma sexualidade responsável, e tendo mesmo algumas delas já incluído a educação sexual no seu projecto educativo, certo é que a realidade mostra-nos que a educação sexual tem sido, em alguns casos, deixada ao acaso, e as queixas apontadas pelos alunos aumentam e os professores afirmam que não se sentem capazes de assumirem esta tarefa.

CAPÍTULO II – OS ADOLESCENTES E A SEXUALIDADE: CONCEITOS RELEVANTES

CAPÍTULO II

OS ADOLESCENTES E A SEXUALIDADE: CONCEITOS RELEVANTES

Neste capítulo apresenta-se um conjunto de conceitos relevantes sobre a adolescência e a sexualidade. Fazendo-se especial relevância aos seguintes conceitos: a puberdade/pubescência; a adolescência; as etapas da adolescência, a sexualidade; os problemas (riscos) dos adolescentes em matéria de sexualidade; os agentes de socialização na adolescência; a educação sexual, tipologias de educação sexual e os modelos de educação sexual.

1. Adolescência²³

1.1. Puberdade/Pubescência

Antes de definirmos o conceito de adolescência convém que se distinga claramente adolescência de outros dois conceitos geralmente associados: puberdade e pubescência. Assim sendo, a puberdade é vista como o conjunto de modificações físicas que transformam o corpo infantil, durante a segunda década de vida, num corpo adulto, capaz de reproduzir. Por seu lado, a pubescência é o período que antecipa a puberdade e as mudanças físicas nela ocorridas.

Segundo Stone & Church *“O começo da pubescência é marcado pela explosão do crescimento físico, transformações na estrutura e promoção corporal, bem como pelas características sexuais primárias e secundárias. Por puberdade, entendem o clímax das mudanças corporais iniciadas por período anterior, isto é, o aparecimento da primeira menstruação na menina (menarca) e a produção de ejaculação de espermatozoides no menino.”* (Stone & Church, citado em Enderele, 1988:13).

Para o GTES a puberdade:

“(...) inicia o processo de desenvolvimento da adolescência e estende-se por um período variável, em regra durante dois ou três anos. Com uma produção das hormonas sexuais e com o desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, a

²³ A adolescência nunca despertou tanto interesse como nos últimos anos. Ainda que actualmente se debata com relativa frequência esta temática, não se pode afirmar que ela foi ignorada ao longo das épocas. Já Aristóteles definia os jovens como irascíveis, sexualmente emotivos e com grande espírito de solidariedade e de ajuda. Para Locke (1632-1704), a mente infantil era considerada como uma tábuinha rasa indiferenciada, da qual emergiria a razão, na adolescência (Dias, 1984:31). Rousseau (1712-1778) considerava a adolescência como um segundo nascimento, afirmando que “nascemos duas vezes”: a primeira para a existência; a segunda, para a vida. Num caso, como seres humanos e noutro, como homens e mulheres. (Rousseau citado em Melgosa, 1999: 1945). De uma forma resumida, podemos dizer que a adolescência esboçou o seu aparecimento durante o século XIX, ainda que sempre definida enquanto classe de idade. E só a partir do século XX é que suscitou uma verdadeira e profunda reflexão.

curiosidade sexual intensifica-se. É uma época de profundas alterações biológicas e psicológicas, onde são inevitáveis mudanças de humor e de comportamento. Na puberdade, desenvolve-se uma sexualidade “interiorizada” em que as fantasias sexuais, os impulsos desconhecidos e a possibilidade de concretização física do acto sexual invadem o imaginário adolescente.” (Relatório Final de Educação Sexual, 2007:14).

A palavra puberdade, etimologicamente provém da palavra latina que designa os pêlos do púbis. Deste modo, a puberdade, no seu sentido próprio, será pois o aparecimento de pelagem púbica na criança, ausente até então. Na realidade entende-se por puberdade o período durante o qual se faz a maturidade sexual. No homem esta realiza-se progressivamente, por graus, e dura muito tempo, e termina com o aparecimento de espermatozóides no esperma. Na rapariga esta termina com o aparecimento da primeira ovulação. A puberdade determina uma série de transformações nos aspectos morfológicos e do funcionamento do corpo, psíquicas e comportamentais que marcam o início da adolescência. Com estas modificações também se despoletam importantes alterações nas relações interpessoais do adolescente, o que implica uma intensa reestruturação da auto imagem e impulsiona decisivamente a formação da identidade adulta. O início da adolescência é assinalado pelas significativas transformações físicas relativas à puberdade. No entanto, emergem dificuldades quando pretendemos identificar o fim desta fase de desenvolvimento humano.

É durante a puberdade, que ocorre, normalmente entre os 10 e os 16 anos, que essas transformações são maiores, no sentido de preparar os indivíduos para a reprodução. Como consequência dessas transformações, surgem os caracteres sexuais secundários, que acentuam as diferenças entre os rapazes e as raparigas.

Nos rapazes, os primeiros indícios das transformações consistem:

- Mudança de voz (torna-se mais grave);
- Alargamento dos ombros e desenvolvimento dos músculos;
- Aparecimento de pêlos nos órgãos genitais, axilas, na face e noutras regiões do corpo;
- Aparecimento do acne;
- Aumento dos órgãos genitais (pénis e testículos);
- Aumento da transpiração e oleosidade da pele;
- Acontecem as primeiras ejaculações, isto é, dá-se a libertação de esperma).

A ejaculação pode ser um indicador de maturação sexual nos rapazes, uma vez que os testículos são activados por influência das hormonas produzidas na hipófise e lançadas na corrente sanguínea e que vão produzir a produção de testosterona, inicia-se a produção de espermatozóides.

Por seu lado, nas raparigas o indicador que assinala o alcance completo da maturidade reprodutiva é o início da menstruação. Antes de ocorrer a menstruação, dá-se o desenvolvimento de um número importante de características secundárias:

- Desenvolvimento dos seios;
- Alargamento das ancas e crescimento mais rápido;
- Aparecimento de pêlos nos órgãos genitais e nas axilas;
- Aparecimento do acne;
- Aumento da transpiração e oleosidade da pele;

1.2. Conceito de adolescência

Foram as sociedades urbanas da modernidade que definiram, nos séculos XIX e XX, a adolescência como um grupo etário diferenciado, que desde então começou a suscitar interesse para ciências como a Medicina, Sociologia, Psicologia e Pedagogia.

Segundo Dias, a adolescência é “(...)um fenómeno novo com determinantes complexas. Entre estas podem apontar-se a melhoria das condições gerais de vida e nutrição, que terão contribuído para uma significativa antecipação da idade média de início da puberdade. Outras causas sociais, como por exemplo, o alargamento do período requerido para concluir a formação profissional, terão também contribuído para um atraso na autonomização socioeconómica dos jovens. Criaram-se assim condições para que, nas sociedades modernas, ocorresse um importante desfasamento entre os ritmos de desenvolvimento biológico, psicológico e social, que no seu âmago, marca as contradições próprias da adolescência”. (Dias, 2002: 52).

Tal como referimos anteriormente, o conceito de “adolescente” é específico das sociedades modernas. As mudanças biológicas que acontecem na puberdade (a altura em que a pessoa se torna capaz de manter uma actividade sexual adulta e reprodutora) são universais.

Etimologicamente a palavra adolescência tem origem no vocábulo latino *adolescere*, cujo significado é crescer. Adolescente é aquele que cresce ou está a amadurecer, não só numa perspectiva orgânica, mas também, e fundamentalmente a nível psicológico, social e humano, daí que Osório considere a adolescência como “(...)uma etapa da vida na qual a personalidade está em fase de estruturação e a sexualidade se insere nesse processo sobretudo como um elemento estruturador da identidade do adolescente.” (Osório, 1992, citado em Cano, 2000:18).

López definiu a adolescência como *“(...)um período da vida no qual se produz um conjunto de alterações biofisiológicas, psicológicas, intelectuais e sociais que situam o indivíduo perante uma nova forma de se encarar a si próprio e tudo o que o rodeia.”* (López, 1999:83).

Allen Gomes e Miguel, caracterizam a adolescência como *“(...) um conjunto de transformações na vivência do corpo e na consciência de si próprios, nas relações com os pais, companheiros, os adultos, e a sociedade em geral e na forma de encarar o futuro, desencadeadas pela maturação dos seus órgãos sexuais e pelo desenvolvimento físico e intelectual que criam o ser adulto.”* (Allen Gomes e Miguel, 2005:5).

Freud caracteriza a adolescência como *“(...) um período turbulento e os adolescentes como imprevisíveis, inconstantes e atormentados. O período é turbulento porque as mudanças físicas da puberdade aumentam os seus desejos sexuais, e os adolescentes sentem a necessidade de encontrar objectos apropriados para investir a sua sexualidade.”* (Freud citado em Sprinthall, 1994:18)

Com base nesta conceptualização, podemos então afirmar que a adolescência diz respeito a um período psicossociológico que se prolonga por vários anos, compreendido entre a infância e a vida adulta, sendo a puberdade então um fenómeno universal e um acontecimento biológico. A adolescência diz respeito a um processo de ordem psicológica, uma vez que envolve a conquista da maturidade social.

As mudanças físicas e aparência constituem alguns dos problemas que preocupam os jovens, e na maioria das vezes os jovens criam estereótipos.

Esta mesma ideia é confirmada por Sprinthall e Collins, na medida em que estes autores referem que *“(...)os estereótipos acerca da imagem do corpo e as normas culturais sobre a atracção exercem grande influência na percepção que os adolescentes têm do seu próprio corpo. Estes padrões de atracção são transmitidos pela família, pelos colegas e pela sociedade em geral, muitas vezes de maneira bastante subtis. A sociedade e a cultura condicionam cada um de nós a considerar certas características físicas e certos traços de personalidade como mais, ou menos, atraentes.”* (Sprinthall e Collins, 2003:75).

Durante a adolescência a afectividade, que até então apenas se circunscrevia essencialmente à família, alarga-se e pode orientar-se para amigos e amigas da mesma idade e outros adultos. Mais do que aprender coisas novas, o adolescente anseia por ser um ser social, é uma pessoa que procura descobrir alguém com quem se relacionar.

Durante a adolescência, os sentimentos estão à flor da pele, o adolescente sente uma vontade imensa de estabelecer um relacionamento especial com outra pessoa e de se dar a conhecer.

Relativamente à afectividade, Dias (2002) refere que:

“Do ponto de vista afectivo, os adolescentes autonomizam-se em relação aos vínculos afectivos primordiais, sobretudo estabelecidos com os pais, e investem mais profundamente na construção do próprio Eu. Vivem um período contraditório: por um lado, procuram desesperadamente definir a sua própria identidade e, por outro, manifestam uma irreprimível necessidade de serem aceites e integrados nos grupos dos seus pares.” (Dias, 2002:52-53).

Em suma poderemos caracterizar a adolescência como sendo um período de transição entre a infância e a idade adulta, que nas raparigas começa por volta dos 11 anos e que vai até ao 17/18 anos de idade. Nos rapazes, o período correspondente dos 13 aos 18 anos, é um período caracterizado por mudanças a vários níveis que, por vezes não são bem aceites pelos adolescentes e que podem levar a conflitos.

Através do esquema da figura 1.1, podemos caracterizar as várias transformações que ocorrem na adolescência.



Figura 1.1. Mudanças na Adolescência (Fonte: Dias, 2002:53)

1.3. Etapas da Adolescência

O primeiro passo para a caracterização da adolescência consiste em delimitá-la ao longo do ciclo de vida, identificando-a como o período que estabelece a ligação entre a infância e a idade adulta.

Fonseca (2005) refere que vários autores dividem a adolescência em três fases: inicial (dos 10 aos 13 anos), intermédia (dos 14 aos 16 anos) e tardia (depois dos 16 anos). Na actualidade a

adolescência tem-se prolongado, quer pela antecipação da menarca quer pelo prolongamento da dependência familiar, havendo quem defenda, segundo esta autora, que só termina quando a identidade está concluída e o jovem entra na vida activa (Fonseca, 2005:21). De salientar que, nesta dissertação, os adolescentes em estudo encontram-se na fase tardia.

Afonso (1995) divide a adolescência em dois períodos. O primeiro é a puberdade ou adolescência pubertária, com início entre os 10 a 12 anos para as raparigas, e os 12 a 14 anos para os rapazes. Segundo este autor, este período caracteriza-se por grandes alterações físicas e psíquicas e tem o seu início nas raparigas com aparecimento da menarca e nos rapazes com as primeiras ejaculações. O segundo período verifica-se entre os 15 e os 20 anos em que predominam aspectos relacionados com o desenvolvimento psicossocial. Este período é caracterizado, sobretudo pela afirmação pessoal e pela necessidade de pertença a um grupo (Afonso, 1995:166).

Uma outra forma de estabelecer diferenças na adolescência é a que é apresentada por Irwin (1995) que divide a adolescência em três partes: o início da adolescência ocorre entre os 10 e os 13 anos de idade, caracteriza-se pelo surgir da puberdade, criando então a preocupação com o desenvolvimento do corpo. Segundo este autor, nesta fase começa a aumentar o raio social e os adolescentes concentram-se no relacionamento com os colegas.

A fase intermédia (meio) da adolescência, que se situa entre os 14 e os 16 anos, durante esta fase surge o desenvolvimento puberal, geralmente completo e o impulso sexual aparece. Nesta fase, o grupo de amigos define os parâmetros do comportamento, embora alguns valores familiares ainda persistam. Segundo este autor nesta fase surgem conflitos relacionados com a emancipação.

E o final da adolescência, que se situa entre os 17 e os 21 anos, dá-se a maturação física completa. A imagem corporal e a definição do papel sexual estão agora bem definidas. Nesta fase a emancipação está quase definida.

2. Sexualidade

2.1. Conceito de Sexualidade

A sexualidade foi durante muitos anos o maior tabu da conversação humana, a sexualidade era simplesmente ignorada. Até ao século XIX, o termo sexualidade era reduzido ao sexo, à prática sexual propriamente dita. À sexualidade, segundo a perspectiva tradicional, era atribuído um cariz negativo, tendo a sexualidade como único objectivo a reprodução. Esta visão da sexualidade deveu-se em grande parte à influência da Igreja, que propagava “a ideia do sexo, enquanto fonte de pecado, justificada apenas tendo como finalidade a procriação” (Nodin, 2000: 607).

Estudos na área da sexualidade, levados a cabo nas últimas décadas, pela medicina, biologia, antropologia, história, ciências sociais e humanas, psicologia, sociologia, ética e filosofia, permitiram a organização de um corpus de conhecimento muito vasto e rico. Mediante estes estudos, a sexualidade deixou de ser sinónimo de reprodução, pecado e de impureza para passar a fazer parte integrante dos afectos, do prazer, da comunicação interpessoal, da maternidade e da paternidade responsável.

Nesta perspectiva, fica bem patente a ideia de que sexo é diferente de sexualidade, uma vez que o sexo se refere às características biológicas que distingue o macho da fêmea. Para Louro, a “sexualidade *envolve rituais, linguagens, fantasias, repreensões, símbolos, convenções, ou seja, processos, profundamente culturais e plurais*”. (Louro, 2000:62).

Sendo a sexualidade uma parte integrante na vida de todos os seres humanos, esta inicia-se desde o nascimento até ao fim da vida. Não tem início na adolescência, mas sim após o nascimento. Tem uma grande repercussão sobre o bem-estar físico e mental do indivíduo, influencia também sentimentos e comportamentos. Durante este percurso vários são os factores intervenientes, o que determinará a personalidade de cada um.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a sexualidade é:

“(...) uma energia que nos motiva a procurar amor, contacto, ternura e intimidade, que se integra no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados, é ser-se sensual e ao mesmo tempo sexual; ela influencia pensamentos, sentimentos, acções e interacções e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental”. (Definição da OMS citada por Pereira, 2002:13,14).

Para a Comunidade Europeia a sexualidade:

“(...) faz parte integrante da vida e da identidade pessoal e influencia vincadamente a personalidade. A sexualidade humana inicia-se à nascença e mantêm-se presente até ao fim da vida. As atitudes e os valores relacionados com a sexualidade são culturalmente impostos, são definidos pela família, pela religião, pelos parceiros sexuais, pelos grupos de pares, pela economia, pelos órgãos de comunicação social e, claro, pelos estabelecimentos de ensino”. (Comunidade Europeias, 1995:139).

Segundo as Linhas Orientadoras a sexualidade é:

“(...) das características humanas mais determinadas e moldadas pelo processo de socialização. O que somos, pensamos, fantasiamos, desejamos e fazemos ao nível sexual é resultado de um processo contínuo de aprendizagens, interacções e reflexões, realizado em todos os círculos de vida e actividades humanas, como o contexto familiar, as relações entre os pares e os contextos sociais de aprendizagem formal (a escola ou as religiões, por exemplo) e informais

(nomeadamente o universo mediático típico das sociedades modernas).” (Linhas Orientadoras, Ministério da Educação, Ministério da Saúde (2003:23).

Para Vaz (1996):

“A aprendizagem da Sexualidade supõe processos basicamente idênticos aos das várias aprendizagens que ocorrem ao longo do ciclo da vida e com estas interage, nos domínios afectivo, cognitivo, e comportamental da existência.” (Vaz, 1996: 15)

Já Giddens (1996) vê a sexualidade como:

“(...) um tema que pode parecer de relevância pública – uma preocupação absorvente, essencialmente privada, mas também um factor constante, sem dúvida, porque determinado pela biologia e determinante para a continuação das espécies. E, todavia, o sexo, surge agora permanente no domínio público e, além disso, fala a linguagem da revolução.” (Giddens, 1996:1).

Em suma poderemos caracterizar a sexualidade com sendo uma importante área do desenvolvimento humano que tem repercussões na forma como o individuo se relaciona consigo próprio e com os outros, ela influencia os pensamentos, sentimentos, acções e interacções podendo se repercutir no estado de saúde física e mental dos individuos (OMS, 1974; Nodin, 2001). A sua aprendizagem ocorre ao longo da vida envolvendo processos básicos de domínio afectivo, cognitivo, comportamental e social (Vaz, 1996).

2.2. Os Problemas (riscos) dos Adolescentes em Matéria de Sexualidade.

Como referimos anteriormente, a adolescência é um período conturbado da vida humana, onde se manifestam dúvidas e incertezas, reforçadas não só pelas mudanças físicas e repentinas, mas também pelo surgimento de pulsões com as quais não sabem lidar. No que respeita à sexualidade esta é vivida de uma forma conflituosa e intensa, uma vez que, o individuo se debate com uma série de mudanças físicas e psíquicas que mobilizam toda a sua carga emocional.

Sendo a adolescência um período da vida em que ocorrem mudanças biofisiológicas, psicológicas, intelectuais e sociais que levam o individuo a enfrentar-se a si e aos outros de uma nova forma, e tendo presente um conjunto tão vasto de mudanças profundas e a ocorrer de forma rápida, será legítimo esperar que o adolescente tenha dificuldades em lidar com elas e que, por vezes, entre mesmo em crise (Fonseca, 2005; López. F. & Fuertes, 1999).

A sexualidade está presente desde o nascimento, não surgindo apenas na adolescência. Há toda uma sexualidade deserotizada já na infância, que irá sendo modificada por factores hormonais, familiares e culturais, sofrendo assim uma grande influência na sociedade. A relação mãe-bébé é o primórdio da construção da sexualidade. Na primeira fase da adolescência, o adolescente assume comportamentos de auto-erotização e auto-experimentação devendo estes serem encarados com naturalidade. Pelos 12/13 anos o adolescente projecta as suas fantasias eróticas em alguém próximo, mas inacessível, como por exemplo um professor, um actor de cinema, entre outros. Numa segunda fase, o adolescente percebe de forma muito clara as mudanças corporais, assumindo normalmente uma postura muito crítica sobre o seu corpo. É nesta fase que as semelhanças e as diferenças são treinadas, conduzindo, por vezes, a experiências hetero, homo ou bissexuais, podendo mesmo chegar às relações sexuais. Trata-se numa fase em que o adolescente está centrado no seu corpo e no dos outros, mede constantemente as suas capacidades de atracção, de desempenho, está envolto em dúvidas e incertezas, assim como fantasias e a paixão é momentânea e efémera. Numa terceira fase da adolescência pode dizer-se que o adolescente se envolve afectivamente de forma mais estável, entrando no mundo sexual do adulto. As suas vivências permitem-lhe perceber que, no outro, pode encontrar prazer, a intimidade e a partilha. É no final desta fase que o adolescente toma verdadeira consciência da sua orientação sexual. Todo o adolescente passa por estas fases, com mais ou menos sobressaltos. (Fonseca, 2005).

Esta mesma ideia de que as mudanças corporais constituem um dos maiores problemas dos adolescentes também é corroborada por Vaz. Para este autor:

“A sexualidade na adolescência tem de ser compreendida no âmbito do conjunto de mudanças biopsicossociais que ocorrem nesta fase... a puberdade (maturação no plano biológico) estabelece diferenças qualitativas no desempenho psicosexual, a partir de então. Para além do desenvolvimento global, como por exemplo o aumento de estatura, dão-se alterações hormonais significativas e processa-se a maturação dos órgãos genitais. Esta maturação possibilita ao adolescente a vivência de novas sensações, claramente eróticas, assim como indica a sua capacidade reprodutiva. (...) O adolescente pensa-se de si próprio nos limites do seu corpo, reflecte quanto aos valores e atitudes «herdados» ou pensa, ainda, sobre o seu pensamento. A abertura de novas realidades, exteriores à família, vai-se fazendo ao ritmo de cada um, nem sempre harmoniosamente. É natural que o grupo assuma um lugar privilegiado, distanciando-se da família, na procura da identidade e autonomia pessoal.” (Vaz, 1996: 84,85).

Segundo Wall, os adolescentes no seu caminho para idade adulta têm que enfrentar vários problemas nomeadamente:

- “- Aprender a viver com as dramáticas transformações dos seus corpos e promover a aceitação de si próprios... têm de definir um novo conceito de eu físico;*
- Aprender a viver com a própria sexualidade e desenvolver o seu eu sexual ...;*
- ... Têm de encontrar o eu vocacional...;*
- Encontrar o seu eu social... dentro dos grupos maiores ou menores da sociedade adulta, para onde eles se dirigem;*
- Encontrar o eu filosófico, um conjunto de ideias, ideais, princípios e interpretações da vida...”* (Wall, 1983:53).

Para além de todos os problemas inerentes à adolescência, particularmente as transformações físicas, na actualidade os adolescentes têm que se preocupar com outros problemas nomeadamente a gravidez na adolescência e as doenças sexualmente transmissíveis (DST), dado que estes constituem riscos associados à sexualidade.

As DST constituem um grande problema, dado que nos países ocidentais, verifica-se um aumento de pessoas infectadas com DST, incluindo adolescentes. Esta situação é muito preocupante pois algumas DST são incuráveis (por exemplo, a infecção pelo VIH). Assim sendo, é de todo importante apostar na prevenção que se deve basear na mudança de comportamentos e na responsabilidade pessoal. Por isso, é essencial que os adolescentes tomem consciência e adoptem comportamentos que ajudem a prevenir principalmente as DST.

Segundo Suplick (1995) nos últimos 20 anos têm-se assistido a mudanças no comportamento sexual de um grande número de pessoas. Muitas iniciam a vida sexual mais cedo e com vários parceiros, por consequência estes comportamentos conduziram ao aumento das doenças sexualmente transmissíveis. Segundo esta mesma autora:

“O que tornou a situação ainda mais séria foi que, juntamente com essa maior liberdade sexual, as pessoas não receberam educação sexual, não sabiam e não sabem como prevenir as doenças sexualmente transmissíveis e têm vergonha de procurar um médico ou de falar com os pais para pedir ajuda.” (Suplick, 1995:139).

Para além das DST, a gravidez na adolescência também é um dos grandes problemas que os adolescentes portugueses têm que enfrentar. Na medida em que Portugal é o segundo país da União Europeia com a maior taxa de mães entre os 15 e os 19 anos, e a taxa de partos em mães com idade inferior a 17 anos não desce há cerca de uma década. De acordo com os dados do Instituto Nacional

de Estatística o número de mães adolescentes com idade inferior ou igual a 15 anos aumentou 11,5% entre 1999 e 2000 (Fonseca, 2005).

A gravidez na adolescência é vista como um mal a evitar ou algo indesejável, quer pelo senso comum quer pela comunidade científica, na medida em que se considere que a gravidez aquando de uma fase precoce do desenvolvimento do indivíduo, em que este não se sente preparado quer social e emocionalmente. Onde todas as suas ambições estão canalizadas em outras direcções, esta pode ser vista como um risco quer para o indivíduo quer para a sua família. Associado à gravidez na adolescência está associada a falta de informação da fisiologia do organismo humano e da contracepção.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (1998) relativamente ao “Inquérito à Fecundidade e Família” os resultados mostraram que existe um desfasamento entre a idade da primeira relação e o uso da contracepção. No que se refere à escolha do método contraceptivo, a pílula é o método mais escolhido por todas as gerações de mulheres (69%), seguindo-se o preservativo masculino (12%). Contrariamente às mulheres, os homens das camadas mais jovens, até aos 20-24 anos, escolhem claramente o preservativo masculino. Na faixa etária dos 15-19 anos (86%) dizem optar pelo preservativo masculino, enquanto (14%) afirmam que a parceira utiliza a pílula. No grupo etário entre os 20-24 anos, (72%) dos homens escolhem o preservativo masculino e (26%) preferem que sejam as suas parceiras a tomar a pílula (INE, 1998).

3. Agentes de Socialização

Neste período evolutivo da vida, para além das mudanças fisiológicas e anatómicas, os adolescentes vivem mudanças afectivas, cognitivas, de valores e de relações sociais.

Os três principais agentes de socialização dos adolescentes e que intervêm no seu desenvolvimento são: a família, o grupo de pares e a escola.

Contudo, não nos podemos esquecer dos meios de comunicação que actualmente exercem uma forte influência nos adolescentes.

3.1. A Família

A família é considerada como particularmente importante no desenvolvimento moral e social do adolescente, uma vez que constitui o primeiro e principal agente educativo. É no ambiente familiar que se concretizam as primeiras relações educativas e sociais que influenciarão as dimensões, afectiva, amorosa e sexual dos jovens. Os pais constituem os primeiros modelos de homem e de mulher, estando a aprendizagem dos filhos baseada no que observam nestes modelos. É em casa que se descobre o amor, que se cultivam os valores morais. Deste modo, os pais/família são agentes que desde a nascença educam os seus filhos para a sexualidade.

Segundo Rocha (1996):

“(...) a família, quando funciona adequadamente, é o lugar privilegiado da vivência/aprendizagem da identidade sexual, da coexistência activa com os outros e da corresponsabilização social. Mais ainda: é aí que se pode fazer uma actuação/ aprendizagem mais adequada de várias formas de educação (afectiva, erótica, social e ética...) que têm reflexos importantes na educação da sexualidade. Trata-se, com efeito, de uma educação de carácter personalizado onde se pode ter em conta a história de cada um e o seu projecto pessoal de vida.” (Rocha, 1996:134).

Apesar do papel dos pais ser fulcral, e de verificarmos que actualmente existe uma maior abertura dos pais para esta temática, certo é que, na maior parte das vezes se constata uma recusa por parte destes em abordar temas relacionados com a sexualidade quando os seus filhos entram na adolescência. A percepção, ainda errada, de que abordar a sexualidade remete-se exclusivamente às práticas sexuais e aos métodos contraceptivos, propiciando desta feita um início precoce da actividade sexual, fomenta a inexistência de diálogo entre pais e filhos, sendo estes alargados às informações vindas do grupo de pares ou dos meios de comunicação.

3.2. A Escola

No sentido amplo da palavra, a escola é um lugar de aprendizagem. Nela não só se adquirem conhecimentos e capacidades para enfrentar uma vida profissional, mas ao mesmo tempo que os alunos vão adquirindo este tipo de capacidades e conhecimentos, vão aprendendo a conviver, a compreender-se a si próprios e ao mundo que os rodeia.

A escola tem um papel relevante na socialização dos adolescentes/jovens. Como espaço de socialização e preparação para a vida adulta, a escola cumpre em conjunto com a família um papel fundamental na nossa sociedade. Nas salas, nos corredores, nos intervalos, os jovens desenvolvem-se como pessoas e educam-se, muitas vezes, à margem dos currículos formais.

Como referem Pereira e Freitas:

“A escola é um lugar de extrema importância para o adolescente não só a nível dos colegas, como ao nível dos professores e funcionários. Estes são adultos, mas não são os seus pais.” (Pereira M. M. & Freitas, F. 2002:34).

É na escola que os jovens adquirem a independência no contacto com os adultos e que começam a ser tratados como não pertencente a uma classe inferior. Adquirem pois um novo estatuto alicerçado nas suas capacidades, e no seu valor pessoal.

Giddens refere que:

“As escolas são supostamente um meio pelo qual as crianças podem escapar aos aspectos restritivos dos meios sociais de onde provêm. Na medida em que a educação está não só ao alcance de todos, mas também é por todos exigida, as crianças de origem pobre ou desprivilegiada têm hipóteses de se mover em sentido ascendente à escala económica e social, se obtiverem sucesso escolar. A educação de massa nas sociedades modernas está ligada a ideias de igualdade de oportunidades – as pessoas atingem posições adequadas aos seus talentos e capacidades.” (Giddens, 1997:101).

O conhecimento da sexualidade na adolescência desenvolve-se de uma forma importante através de experiências e comentários desenvolvidos na escola, tanto através dos adultos como dos seus colegas de estudo. Esta realidade não pode ser esquecida, nem pelos professores nem por quem tem responsabilidades no sistema educativo.

Contudo, não nos podemos esquecer que é na escolas que os adolescentes criam, na maioria das vezes, o seu grupo de colegas/amigos.

Relativamente aos professores, na minha perspectiva, estes deveriam estar sempre disponíveis para ouvir os seus alunos, porque muitos dos adolescentes não têm quem os ouça e procuram no professor o amparo e a ajuda de que por vezes necessitam. Certo é que muitas das vezes isso não acontece e o professor torna-se distante, não lhes dando qualquer hipótese de diálogo. Não nos podemos esquecer de que a escola, nomeadamente o professor pode ter muita influência no desenvolvimento do adolescente. Por outro lado, muitas vezes isso não acontece e por vezes, por muito

que um professor tente ajudar, essa tarefa torna-se muito difícil, porque muitos jovens não ouvem a família, nem tão pouco os professores.

3.3. O Grupo de Pares

Os pares são considerados as principais fontes de informação, devido à proximidade de idades e aos interesses comuns que partilham e é neles que retiram a maior quantidade de saberes.

Sobretudo na fase inicial da adolescência, os jovens procuram usar o estilo de roupa e o corte de cabelo dos amigos do grupo com quem mais se identificam. As roupas passam a fazer parte da linguagem corporal, onde a aparência é especialmente importante nestas idades.

Os pares constituem modelos sexuais reais que favorecem os processos de identificação, dada a similaridade de idades, de interesses e, em particular, do vestuário.

O papel dos pares é ainda relatado por Cortesão:

“A influência dos pares é benéfica, na medida em que a aprendizagem numa relação horizontal é recíproca. Experiências comuns, múltiplas e repetidas, permitem testar as referências oferecidas pelos adultos e ensaiar alternativas. No entanto, existem também aspectos negativos associados à aprendizagem através dos pares: a informação transmitida entre eles é frequentemente imprecisa; o risco de acompanhar regularmente os conteúdos sexuais, por exemplo, através das anedotas; a pressão do grupo, no sentido da experimentação, leva à descoberta da sexualidade, muitas vezes sem preparação e desrespeitando ritmos pessoais.” (Cortesão, 1989:19).

É necessário que pais e professores saibam quão importante é, para os jovens, ter amigos. Ajudá-los nessa tarefa é um contributo fundamental para o seu processo de socialização.

Na minha visão, apesar do contributo dos pares ser extremamente importante, a escola e as famílias jamais se poderão demitir de tão indispensável papel. Por estas razões é que tem aumentado a gravidez na adolescência, as DST, e comportamentos de risco, dando azo ao carácter negativo da sexualidade. Certo é que estes comportamentos são cada vez mais frequentes pois os jovens estão, por vezes, sozinhos nesta descoberta, não havendo quem os ajude da realidade que muitas vezes é espelhada, sobretudo pelos meios de comunicação.

Por isso, é de todo urgente que se implemente nas escolas programas de educação sexual, não só pelo tabu que ainda é vigente no seio das famílias, mas também pelo facto de os pais passarem cada vez menos tempo com os seus filhos.

3.4. Os Meios de Comunicação

Os meios de comunicação são actualmente inegáveis fontes de informação. Actualmente, os *media* representam um papel cultural, afectivo, lúdico e pedagógico importante onde os corpos, a sexualidade, a identidade sexual e o prazer fazem parte das imagens regularmente veiculadas, tornando a sexualidade um tema omnipresente.

Segundo Vaz:

“(...) A televisão, nomeadamente, assume uma posição central como fonte de informação nos países referenciados como desenvolvidos e em vias de desenvolvimento, não só pelas características audiovisuais que facilitam a atracção e a assimilação, como pelo facto de ver televisão constituir uma das actividades diárias em que a criança despende mais tempo.” (VAZ, 1996:19).

Hoje em dia, verifica-se um crescente aumento do número de utilizadores da Internet, facto que leva a considerá-la como um meio de socialização bastante importante na sociedade actual. As vantagens da internet são inúmeras, nomeadamente na disponibilização de informação. Contudo, esta também pode ter influências negativas na medida em que não existe uma filtragem na informação disponível, o que leva a que os adolescentes tenham por vezes acesso a informação que por vezes não é correcta ou a mais indicada.

4. Educação Sexual

4.1. Conceito de Educação Sexual

López Sánchez (1990) considerou que a educação sexual nas escolas promove competências que permitem a adopção de comportamentos responsáveis e saudáveis. Por seu lado Ribeiro (1990) refere que a educação sexual deve ser abordada de forma a reflectir a sexualidade segundo uma perspectiva sócio-cultural, abarcando aspectos psicológicos e fisiológicos, no sentido de, através da discussão e do debate, ampliar o sentido crítico e a visão do mundo por parte dos jovens.

Segundo as Linhas Orientadoras, a educação sexual é entendida como:

“(...) uma vertente do processo global da Educação, bem como uma das componentes da Promoção da Saúde, representa uma das áreas em que a colaboração entre os sectores da Educação e da Saúde se torna indispensável.

Nessa medida, a Educação sexual constitui parte integrante do processo de Promoção da Saúde em Meio Escolar, nas diferentes dimensões: curricular, psicossocial, ecológica, comunitária e organizacional.” (Linhas Orientadoras, 2005: 15).

Para o Grupo de Trabalho a Educação Sexual:

“(…) também designada por Educação para a Sexualidade, é o processo pelo qual se obtém informação e se formam atitudes e crenças acerca da sexualidade e do comportamento sexual. Tem como objectivo fundamental o desenvolvimento de competências nos jovens, de modo a possibilitar-lhes escolhas informadas nos seus comportamentos na área da sexualidade, permitindo que se sintam informados e seguros nas suas opções. A ES para os jovens tem como objectivo conseguir uma melhoria dos seus relacionamentos afectivo-sexuais, ao mesmo tempo que pretende reduzir as possíveis consequências negativas dos comportamentos sexuais, tais como a gravidez não planeada e as doenças sexualmente transmissíveis. Tem também como meta a necessidade de dotar os mais novos da capacidade de protecção face a todas as formas de abuso e exploração sexual. Numa perspectiva a longo prazo, a ES deve contribuir para a tomada de decisões na área da sexualidade durante toda a vida.” (Relatório Preliminar (GTES), 2005:6).

Segundo Frade *et al* quando estamos a falar de educação sexual e de programa de educação sexual estamos a utilizar um conceito global abrangente de sexualidade que inclui a identidade sexual (masculino/feminino), o corpo, as expressões de sexualidade, os afectos, a reprodução e a promoção da saúde sexual e reprodutiva”. (Frade, 1999:15).

A educação sexual é um processo que não tem começo nem fim, pois está intrinsecamente ligado com a aprendizagem ao longo da vida, por isso, não faz sentido perguntar quando se deve iniciar a educação sexual de uma criança. Uma vez que ela acontece constantemente, implícita ou explicitamente, na maioria das vezes sem palavras, através da observação do comportamento dos adultos mais próximos, das suas reacções afectivas, dos seus relacionamentos interpessoais.

4.2. Tipologias de Educação Sexual

4.2.1. Informal

Segundo Vaz (1996), a educação sexual informal refere-se ao *“(…) processo mais básico de aprendizagem da sexualidade,, pois assenta na vivência proporcionada ao longo do desenvolvimento nos diversos contextos de vida do individuo, por figuras significativa. Decorre, assim, das experiencias d quotidiano, de forma espontânea, não consciencializada, apelando essencialmente a aspectos*

emocionais. Pode-se denominar, também, por E.S. incidental." (Vaz, 1996:17) A educação sexual informal assenta sobre as nossas próprias vivências quotidianas, e ocorre de forma espontânea, não programada, promovida pelas figuras que são para nós significativas (pais, amigos, família alargada, etc.).

Assim sendo, a educação sexual informal é onnipresente, no sentido em que acompanha o percurso do indivíduo nas diversas etapas do seu desenvolvimento, e se desenvolve nos diversos contextos em que ele se insere, sendo potenciada por agentes educativos preponderantes, como é o caso dos pais, dos pares e dos *media*.

Os pais são agentes educativos importantíssimos, na medida em que representam para os seus filhos figuras de apego e de identificação, pelo que possuem um papel preponderante no processo de aquisição da identidade sexual e do papel do género.

Os pares constituem a principal fonte de informação em matérias de sexualidade. A sua forte influência prende-se com a proximidade de idades e consequentemente de interesses, o que faz com que a sua influência seja positiva, uma vez que se trata de aprendizagens horizontais. Mas existe também o lado negativo, pois as informações por eles transmitidas, se bem que nem sempre incorrectas de todo, podem ser imprecisas ou inconsistentes.

A educação sexual informal advém essencialmente das experiências formais e é feita de forma espontânea e não programada e prende-se com aspectos emocionais (Vaz, 1996:17).

Os *media* são também poderosos meios de modelagem, sobretudo a televisão, que devido às suas conhecidas características, fazem deste agente um modelo particularmente negativo.

Desta forma, a aprendizagem da sexualidade por modelagem (imitação do comportamento de modelos) é fundamental na educação sexual informal.

4.2.2. Não formal e Formal

Segundo Vaz (1996), "(...) *a educação sexual não formal e formal referem-se a um processo sistemático desenvolvido por profissionais. Estes são responsáveis pela programação de actividades em consonância com objectivos e conteúdos, explicitados e estruturados de forma coerente.*" (Vaz, 1996:21).

A educação sexual não formal diz respeito a todos os processos intencionais de educação no âmbito da sexualidade humana, desenvolvidos na escola extra-curricularmente e ou paralelamente ao sistema educativo formal. A educação não formal pretende colmatar as distorções da educação sexual informal e, de certa forma, tenta as resistências à educação sexual na escola, tentando colmatar a falta desta no âmbito da educação global. (Vaz, 1996:22).

As limitações da educação sexual não formal, apresentadas por Vaz (1996), prendem-se essencialmente com o facto de ser um processo extra-curricular que se desenvolve num curto espaço de tempo, e segundo este autor podem sintetizar-se da seguinte forma: são frequentemente realizadas por especialistas o que não lhe confere uma integração no processo educativo; a opcionalidade, transporta-a para uma temática ideológica e não numa área de interesse para todos; o não conhecimento do grupo provoca uma desadequação às necessidades e interesses do público-alvo; e o ritmo de formação será necessariamente mais rápido, mais superficial e menos didáctico (Vaz, 1996:22).

A educação sexual formal é considerada como um processo intencional e programado através do currículo, que implica a definição de objectivos, de competências, da planificação de actividades e da avaliação. O seu processo efectua-se de uma forma sistemática, coerente e complementar através de diferentes níveis escolares, permitindo o envolvimento dos professores, a aquisição de materiais e a articulação com os pais. A programação curricular da educação sexual fundamenta-se a quatro níveis: sociológico, psicológico, epistemológico e pedagógico. A educação sexual formal pode assumir uma forma disciplinar ou uma forma inter e transdisciplinar, o que é mais congruente com o próprio conceito de sexualidade, dada a multiplicidade de áreas que integra (Vaz, 1996: 23-24).

4.3. Modelos de Educação Sexual

Segundo López Sanchez (1990), Vaz (1996) e Lopez & Fuertes (1999) existem quatro modelos diferentes de educação sexual, a saber:

4.3.1. Impositivo Conservador:

São aqueles que veiculam normas de comportamento sexual rígidas, quer por motivos de ordem religiosa quer por motivos de ordem ideológica, e regras de conduta limitativas das decisões pessoais. Neste modelo a sexualidade é vista com fins procriativos e limitada a casais “casados”. Este modelo não aceita comportamentos homossexuais.

4.3.2. Liberal e Revolucionário:

Neste modelo a educação sexual é vista como uma forma de libertação da pessoa e resposta a uma repressão social. Ocorreram em diferentes épocas da História, embora sempre associado a

movimentos juvenis, intelectuais, certos grupos políticos ou mesmo a grupo minoritários. Em Portugal, estes movimentos não tiveram uma expressão significativa como noutros países, como foi o caso do Movimento intelectual freudo-marxismo denominado Sex-Pol, nos anos 30, cujo mentor foi Willhen Reich e, nos anos 60 e 70, os movimentos estudantis, feministas e de homossexuais. Estes movimentos tiveram um papel na crítica à moral sexual tradicional (Vaz, 1996:39).

4.3.3. Médico-Preventivos:

Nestes modelos a educação sexual surge como uma forma de prevenção das gravidezes indesejadas, de aborto, e das doenças sexualmente transmissíveis. A educação sexual está centrada sobretudo em aspectos fisiológicos e médicos, sendo por isso veiculadas por instituições e profissionais de saúde.

4.3.4. Desenvolvimento Pessoal:

Este modelo surgiu nos anos 80 e vê-se imbuído de uma perspectiva construtivista da pessoa, em que a sexualidade é vista como uma construção pessoal.

Segundo Vaz (1996) *este modelo parte de um conceito de sexualidade que integra várias vertentes: a vertente biológica é constituída pelo conjunto de fenómenos que fazem o nosso corpo, um corpo sexuado (anatomia e fisiologia da sexualidade e da reprodução, resposta sexual humana); A vertente psicológica, que engloba processos como a identidade de género, orientação sexual, auto-imagem, construção da identidade sexual, processo relacional e relações afectivo-sexuais e a vertente social, que engloba as discussões dos valores e atitudes, modelos morais que recobrem as vertentes anteriores.*" (Vaz, 1996: 42-43).

CAPITULO III - A PESQUISA EMPÍRICA E OPÇÕES METODOLÓGICAS

CAPÍTULO III

A PESQUISA EMPÍRICA E OPÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo, refere-se a descrição da pesquisa empírica e as opções metodológicas adoptadas no decorrer da investigação. Fazemos também uma abordagem e justificação das opções tomadas no tratamento dos dados.

1. Problemática da Investigação.

Se observarmos atentamente os temas mais frequentes nas discussões científicas, sociais, na escola, no grupo de amigos, nos meios de comunicação, nas músicas, verificamos que em tudo surgem alusões à sexualidade e que a questão da educação sexual é sem dúvida um assunto com bastante relevância no nosso quotidiano.

Nas escolas, e até no nosso dia-a-dia, apercebemo-nos de algumas atitudes e de comportamentos, em matéria de sexualidade, por parte dos adolescentes, que conduzem a argumentos sobre a necessidade de implementar nas escolas públicas portuguesas a temática da educação sexual. Necessidade que não é consensual, na medida em que, para uns a escola é um espaço meramente informativo e para outros a escola é vista como um espaço essencialmente formativo.

Sendo a sexualidade uma parte integrante da vida e que faz parte do ritual de descoberta, onde na aprendizagem da sexualidade interagem os domínios: afectivo, cognitivo e comportamental, e que pressupõe processos basicamente idênticos aos das várias aprendizagens que ocorrem ao longo do ciclo da vida, a escola não pode ficar indiferente e nesta, tal como, em outros lugares, surge a necessidade social de se falar de sexo e de sexualidade. E também pelo facto de na abordagem da sexualidade permanecer uma grande diversidade de discursos, que confundem, antagonizam e aumentam ainda mais a necessidade de se procurar significações para a sexualidade humana, bem como pelo facto de na actualidade os padrões sobre essa dimensão humana serem insuficientes.

Assim, esta dissertação pretende analisar a abordagem da educação sexual numa escola pública portuguesa, com base nos relatos e nas perspectivas de um grupo de alunos do 10.º ano de escolaridade.

2. Opções Metodológicas

A opção por um estudo inspirado em “estudo de caso”²⁴ com características predominantemente qualitativas²⁵ e descritivas, para além de se adequar à problemática de investigação, pareceu-me o mais adequado e vantajoso, dada a minha condição de investigador individual, para atingir os objectivos referidos na introdução do presente trabalho.

3. Planeamento e Organização

3.1. A Selecção do Objecto Empírico da Investigação

A escolha do campo onde se desenrolou a presente investigação assumiu particular relevância para dar resposta às questões orientadoras da investigação e decorreu da combinação de alguns factores:

1.º A preocupação em desenvolver um estudo num local onde fosse possível algum distanciamento face ao meio social e escolar em que poderia estar pessoalmente envolvida, evitando enviesamentos e garantindo alguma imparcialidade.

2.º Algumas considerações de carácter pragmático, nomeadamente:

²⁴ Um estudo de caso não é mais do que o estudo de uma qualquer situação particular, mais ou menos complexa, que decorre a vida em sociedade e que “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico” (Merriam, 1998, cit. por Bogdan & Biklen, 1994, p.89) ocorrido ou a ocorrer num determinado contexto e “analisa de modo intensivo situações particulares (Pardal & Correia, 1995, p.17). O estudo de caso caracteriza-se também pelo facto de que reúne informações “tão numerosas e tão pormenorizadas quanto possível com vista a abranger a totalidade da situação. É a razão pela qual ele se socorre de técnicas variadas de recolha de informações (observações, entrevistas, documentos)” (Bruyne e tal, 1975, cit. por Lessard-Hébert, Goyette & Boutin, 2005, p.170). Ainda segundo Greenwood (1965, cit. Por Gomes, 1998), “o método de estudo de caso consiste no exame intensivo, tanto em amplitude como em profundidade, e utilizando todas as técnicas disponíveis, de uma amostra particular, seleccionada de acordo com determinado objectivo (ou, no máximo, de um certo número de unidades de amostragem) de um fenómeno social, ordenando os dados resultantes de forma a preservar o carácter unitário da amostra, tudo isto com a finalidade última de obter uma ampla compreensão do fenómeno na sua totalidade. (...) Quando a unidade de observação é uma comunidade ou uma sociedade simples, o método designa-se como estudo de campo”(p.141)

²⁵ Como nos refere Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa possui cinco características. “Na investigação qualitativa a fonte directa de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal”, “A investigação qualitativa é descritiva”; “Os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos”; “Os investigadores qualitativos tendem a analisar os seus resultados de forma indutiva”; “O significado é de importância vital na abordagem qualitativa” (pp47-51). Ludke e André (1986) referem ainda que “o estudo qualitativo (...), é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um papel aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualiza” (p18). A este propósito Bauer e Gaskell (2003) referem que o estudo qualitativo tem como finalidade real “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (p. 68).

- a) A proximidade geográfica do objecto de estudo, relativamente à minha área de residência, o que se traduziu na possibilidade de, com maior assiduidade, desenvolver observações, efectuar “trabalho de campo”, proceder a entrevistas, recolher documentos, etc.
- b) O facto de já ter frequentado a escola enquanto estudante, e de conhecer o Presidente do Conselho Executivo da escola, facilitou imenso o acesso a dados essenciais, que me foram bastante úteis na selecção das turmas de estudo, de modo a ter uma amostra mais diversificada.
- c) O “ganhar tempo” relativamente à escolha de outra escola, na medida em que todo o processo de “negociação” de acesso ao campo e a documentação foi facilitado, sendo possível, mais cedo, dedicar-me ao planeamento da investigação.

3.2. Os Contactos com a Escola

Os primeiros contactos com o objecto da investigação procuraram alcançar um duplo objectivo:

- a) Familiarizar-me com as pessoas, e com os espaços envolventes, de modo a “ganhar” alguma autonomia e poder iniciar os primeiros contactos com professores, explicando-lhes qual era o meu papel na escola.
- b) Conquistar empatia e autorizar a investigação junto dos alunos. Para tal solicitei ao Presidente do Conselho Executivo um pedido de autorização em que explicava os objectivos da minha investigação, a colaboração pretendida e dava garantias éticas relativamente aos resultados recolhidos.

3.3. Questões Orientadoras

A investigação empírica foi construída no sentido de recolher dados empíricos que me permitissem interpretar e compreender a educação sexual na escola pública portuguesa a partir da experiência escolar de um grupo de alunos. Este objectivo determinou a formulação das seguintes questões orientadoras:

- a) Para os jovens/adolescentes faz sentido abordar a educação sexual na escola pública portuguesa?
- b) Existe alguma correspondência entre os programas e as orientações oficiais (ME) para a educação sexual na escola pública portuguesa e os problemas evidenciados pelos alunos?

- c) O que pensam os jovens sobre a implementação curricular da educação sexual na escola?
- d) Qual é a experiência lectiva desses jovens nesta matéria ao longo da sua escolaridade?

4. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

4.1. Pesquisa Documental

Efectuámos uma pesquisa documental de leis, normativos, currículos escolares, relatórios, programas do governo e pareceres relacionados com a implementação da educação sexual na escola pública portuguesa. Efectuámos também uma pesquisa de documentos mais generalistas, nomeadamente revistas e jornais com artigos relacionados com a temática.

4.2. Inquérito por Questionário

Em função da necessidade de seleccionar uma técnica de recolha que estivesse de acordo com o tipo de informação que pretendíamos escolher, das características dos actores envolvidos, do contexto em que se desenrolou o estudo, optamos pela aplicação de um inquérito por questionário²⁶. E dada a impossibilidade de auscultar por meio de entrevista a totalidade dos visados, o inquérito por questionário foi o recurso mais adequado.

Assim, para recolher a opinião dos alunos sobre a sua experiência escolar lectiva relativamente à temática da educação sexual, tal como foi referido anteriormente, recorreu-se à aplicação de um questionário semi-directivo, com base num guião que continha os seus tópicos orientadores.

5. O Processo de Recolha de Dados

Os questionários foram efectuados durante duas semanas, nos meses de Maio e Junho de 2006. Os mesmos foram aplicados por mim, durante o período de aulas, onde para cada turma, tive a possibilidade de estar com os alunos numa sala de aula.

Para garantir o anonimato dos inquiridos e a confidencialidade das suas respostas adoptaram-se um conjunto de garantias éticas, nomeadamente a ausência de identificação pessoal no questionário e a atribuição de designações de códigos às turmas inquiridas.

²⁶ Segundo Quiy e Campenhout (1998:188), *o uso do questionário é um método de recolha de dados muito frequentemente utilizado e adequado, quando este é destinado ao conhecimento de opiniões, atitudes e práticas de uma dada população.*

6. Tratamento e Obtenção de Resultados

Os dados foram obtidos através da aplicação do inquérito por questionário. Assim os dados qualitativos, nomeadamente o discurso dos alunos foi recolhido através das perguntas abertas do guião do questionário e trabalhados no programa Word. Por seu lado os dados quantitativos, obtidos através das perguntas fechadas do guião do questionário, foram trabalhados no programa Excel e trabalhados estatisticamente, sendo calculada para cada pergunta a respectiva percentagem.

7. Apresentação e Análise dos Resultados de Investigação

Os resultados de investigação serão apresentados de acordo com quatro dimensões de análise.

As dimensões foram ordenadas de modo sequencial, com objectivo de assegurar uma sequência de análise que se aproximasse das condicionantes empíricas e teóricas fundamentais à problematização das questões de investigação.

7.1. Dimensão 1 - Utilidade da Educação Sexual na Escola Pública Portuguesa

Nesta dimensão analisamos resultados referentes à utilidade da educação sexual na escola pública portuguesa.

7.2. Dimensão 2 - Experiência dos Jovens

Nesta dimensão serão analisados relatos dos alunos referentes à sua experiência escolar lectiva em matéria da sexualidade e educação sexual.

7.3. Dimensão 3 - Família e Educação Sexual

Nesta dimensão analisamos a opinião dos alunos relativamente à participação dos pais na escolha dos temas a tratar na educação sexual.

7.4. Dimensão 4 - Políticas de Educação Sexual

Nesta dimensão analisamos a opinião dos alunos relativamente à proposta apresentada pelo Ministério da Educação sobre a educação sexual para o ensino secundário.

CAPITULO IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DE INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo será efectuada à apresentação da amostra produtora de resultados (base empírica da tese) e em seguida procederemos à análise e apresentação dos resultados da investigação. A apresentação e análise dos resultados de investigação serão elaboradas de acordo com dimensões de análise. Iremos analisar, dentro de cada dimensão de análise, questões referentes ao guião do questionário. Assim, dentro de cada questão existirá uma fazer uma análise quantitativa das respostas dadas pelos alunos às questões de resposta fechada, e uma análise qualitativa dos discursos dos mesmos, recolhidos através das respostas às questões abertas.

1. A Amostra Produtora de Resultados

1.1. Breve Caracterização das Turmas

Para este estudo foram inquiridas quatro turmas do 10.º ano de escolaridade.

- A turma A era constituída por 25 alunos: 8 do sexo feminino e 17 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos. Os alunos, na sua maioria (72%) são provenientes do meio rural. De referir anda que 17 alunos são provenientes de famílias do nível de instrução baixo²⁷.

- A turma B era constituída por 24 alunos: 7 do sexo feminino e 17 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 14 e os 16 anos. Os alunos, na sua maioria (75%) são provenientes do meio urbano. Quanto ao nível de instrução da família verifica-se que mais de metade da turma (14 alunos) se encontra no nível alto e médio alto e apenas seis alunos são provenientes de famílias do nível baixo.

- A turma C era constituída por 18 alunos: 9 do sexo feminino e 9 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos. Uma grande parte dos alunos (67%) era proveniente

²⁷ ²⁷ Relativamente aos níveis de instrução considerou-se que:

Nível Elevado, pelo menos um dos pais teria que ter a Licenciatura ou mestrado.

Nível Médio Alto, pelo menos um dos pais teria que ter a o 12.º ano de escolaridade

Nível Médio Médio, pelo menos um dos pais teria que ter a o 11.º ano de escolaridade

Nível Médio Baixo, pelo menos um dos pais teria que ter a o 9.º ano de escolaridade

Nível Baixo, pelo menos um dos pais teria que ter a o 6.º ano de escolaridade

do meio rural. Quanto ao nível de instrução da família verifica-se que a maior parte dos alunos (15) são provenientes de famílias do nível baixo.

- A turma D era constituída por 24 alunos: 14 do sexo feminino e 10 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos. Uma grande parte dos alunos (79%) era proveniente do meio rural. Quanto ao nível de instrução da família verifica-se que mais de metade da turma (14 alunos) são provenientes de famílias do nível baixo.

Devo salientar ainda o facto das Turmas A e C serem turmas do Agrupamento Científico Natural, e as turmas B e D são turmas do Curso Tecnológico²⁸.

1.1.1. GERAL

| Género | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Rapaz | 53 | 58% |
| Rapariga | 38 | 42% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 1 - Género 2

| Idade | N.º | % |
|--------------|------------|----------|
| 14 anos | 1 | 1% |
| 15 anos | 48 | 53% |
| 16 anos | 36 | 40% |
| 17 anos | 3 | 3% |
| 18 anos | 1 | 1% |
| 19 anos | 1 | 1% |
| 20 anos | 1 | 1% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 2 - Idade

Destaques:

Nos quadros 1 e 2 é de realçar que dos 91 alunos inquiridos, 53 eram rapazes e 38 eram raparigas. E que na sua maioria os alunos tinham idades compreendidas entre os 15 e 16 anos (93%). Contudo destaca-se a presença de três alunos maiores de idade, um com 18 anos, um com 19 anos e outro com 20 anos.

²⁸ Facto que me permitir abranger um leque mais diversificado de opiniões.

1.1.2. **TURMA A**

| Idade | N.º | % |
|--------------|------------|----------|
| 15 anos | 15 | 60% |
| 16 anos | 8 | 32% |
| 17 anos | 2 | 8% |
| Total | 25 | 100% |

Quadro 3 - Idade

| Género | N | % |
|---------------|----------|----------|
| Rapaz | 17 | 68% |
| Rapariga | 8 | 32% |
| Total | 25 | 100% |

Quadro 4 - Género

| Local de Residência | N.º | % |
|----------------------------|------------|----------|
| Rural | 18 | 72% |
| Urbano | 7 | 28% |
| Total | 25 | 100% |

Quadro 5 - Local Residência

| Nível de instrução | N.º | % |
|---------------------------|------------|----------|
| Elevado | 2 | 8% |
| Médio Alto | 3 | 12% |
| Médio Médio | 2 | 8% |
| Médio Baixo | 1 | 4% |
| Baixo | 17 | 68% |
| Total | 25 | 100% |

Quadro 6 - Nível de Instrução**Destaques:**

Nos quadros 3, 4, 5 e 6, verifica-se que a turma A é composta por mais rapazes (68%) do que raparigas, e que a maioria dos alunos tinha 16 anos de idade (60%). Relativamente ao local de residência é de notar que uma grande parte dos alunos (72%) era proveniente do meio rural. Quanto ao nível de instrução dos seus pais destaca-se o facto de mais de metade dos alunos (68%) serem provenientes de famílias com nível de instrução baixo.

1.1.3. **TURMA B**

| Idade | N.º | % |
|--------------|------------|----------|
| 14 anos | 1 | 4% |
| 15 anos | 16 | 67% |
| 16 anos | 7 | 29% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 7 - Idade

| Género | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Rapaz | 17 | 71% |
| Rapariga | 7 | 29% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 8 – Género

| Local de Residência | N.º | % |
|----------------------------|------------|----------|
| Rural | 6 | 25% |
| Urbano | 18 | 75% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 9 - Local Residência

| Nível de instrução | N.º | % |
|---------------------------|------------|----------|
| Elevado | 7 | 29% |
| Médio Alto | 7 | 29% |
| Médio Médio | 2 | 8% |
| Médio Baixo | 2 | 8% |
| Baixo | 6 | 25% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 10 - Nível de Instrução**Destques:**

Nos quadros 7, 8, 9 e 10 verificamos da turma B é composta por mais rapazes (71%) do que raparigas, e que a maioria dos alunos tinha 15 anos de idade (60%). Nesta turma salienta-se o facto de os alunos terem idades inferiores aos 16 anos. Quando ao local de residência verificamos que (75%) dos alunos são provenientes do meio urbano. Quanto ao nível de instrução dos seus pais destaca-se o facto de 58% dos alunos serem provenientes do nível de instrução elevado e médio alto.

1.1.4. **TURMA C**

| Idade | N.º | % |
|--------------|------------|----------|
| 15 anos | 4 | 22% |
| 16 anos | 11 | 61% |
| 18 anos | 1 | 6% |
| 9 anos | 1 | 6% |
| 20 anos | 1 | 6% |
| Total | 18 | 100% |

Quadro 11 – Idade

| Género | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Rapaz | 9 | 50% |
| Rapariga | 9 | 50% |
| Total | 18 | 100% |

Quadro 12 - Género

| Local de Residência | N.º | % |
|----------------------------|------------|----------|
| Rural | 12 | 67% |
| Urbano | 6 | 33% |
| Total | 18 | 100% |

Quadro 13 - Local Residência

| Nível de instrução | N.º | % |
|---------------------------|------------|----------|
| Elevado | 0 | 0% |
| Médio Alto | 1 | 6% |
| Médio Médio | 1 | 6% |
| Médio Baixo | 1 | 6% |
| Baixo | 15 | 83% |
| Total | 18 | 100% |

Quadro 14 - Nível de Instrução**Destques:**

Com a leitura dos quadros 11, 12, 13, e 14 verificamos da turma C é composta por sete alunos do sexo masculino e sete do sexo feminino. A maioria dos alunos possui 16 anos de idade. Contudo destaca-se o facto de nesta turma existirem três alunos maiores de idade. Quanto ao local de residência dos alunos constatamos que a maioria (67%) era proveniente do meio rural. Relativamente ao nível de instrução dos seus pais destaca-se o facto de (83%) dos alunos serem provenientes do nível

de instrução baixo, e de não existir nenhum aluno proveniente de famílias de nível de instrução elevado.

1.1.5. TURMA D

| Idade | N.º | % |
|--------------|------------|----------|
| 15 anos | 13 | 54% |
| 16 anos | 10 | 42% |
| 17 anos | 1 | 4% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 15 – Idade

| Género | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Rapaz | 10 | 42% |
| Rapariga | 14 | 58% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 16 - Género

| Local de Residência | N.º | % |
|----------------------------|------------|----------|
| Rural | 19 | 79% |
| Urbano | 5 | 21% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 17 - Local Residência

| Nível de instrução | N.º | % |
|---------------------------|------------|----------|
| Elevado | 2 | 8% |
| Médio Alto | 3 | 13% |
| Médio Médio | 2 | 8% |
| Médio Baixo | 3 | 13% |
| Baixo | 14 | 58% |
| Total | 24 | 100% |

Quadro 18 - Nível de Instrução

Destaques:

Nos quadros 15, 16, 17 e 18, verifica-se que turma D é composta por (58%) de rapazes e (42%) de raparigas. A maioria dos alunos tinha idades compreendidas entre os 15 e 16 anos de idade. Relativamente ao local de residência, verificamos que a maior parte dos alunos (79%) são provenientes do meio rural. Quanto ao nível de instrução dos seus pais destaca-se o facto de (58%) dos alunos serem provenientes de famílias de nível baixo e dois alunos do nível elevado.

Depois da leitura dos quadros anteriores verifica-se que as quatro turmas são bastante heterogéneas, o que proporcionou uma recolha de informação mais rica de análise. Das quatro turmas, destaca-se a turma B, pois nesta turma comparativamente às outras, a maioria dos alunos são provenientes de famílias com do nível de instrução elevado e também pelo facto de quase todos os alunos serem provenientes do meio urbano.

1.2. Resultados de Investigação: as respostas e as perspectivas dos alunos

1.2.1. Dimensão 1: Utilidade da Educação Sexual na Escola Pública Portuguesa

Questão1- Quais os problemas enfrentados pelos jovens nos dias de hoje?²⁹

Discursos:

TURMA A

RAPAZES³⁰

“Droga, álcool e vandalismo; Drogas, álcool e problemas com as avaliações escolares; Doenças sexualmente transmissíveis; Álcool, drogas e sexualidade; A escola e a droga; Droga e álcool; Droga álcool e tabaco; Drogas, bebidas alcoólicas e por vezes a violência na escola; Álcool e vandalismo; Álcool e as drogas; Doenças sexualmente transmissíveis, não têm dinheiro para preservativos; Na rapariga a gravidez e também as drogas; Droga e álcool e anorexia; Doenças e problemas com os pais; A incompreensão pelos pais e pelas pessoas mais velhas; Drogas e álcool; Drogas álcool e gravidez.”

RAPARIGAS

“Tabaco, drogas, gravidez, violência na escola, violação, roubo e discriminação; Drogas, tabaco gravidez na adolescência, violência na escola e doméstica, violação, racismo; roubo e racismo; Respondeu para falar todos com os pais; Liberdade, conflitos com os pais e as drogas; Drogas álcool e violência; Drogas álcool e violência; Tabaco, álcool e as drogas; Drogas.”

²⁹ Nota: Os dados Obtidos para esta resposta corresponde à questão 2.1. Em tua opinião quais são os principais problemas enfrentados pelos jovens (rapazes e raparigas) nos dias de hoje? (em anexo)

³⁰ Cada afirmação corresponde a um aluno.

TURMA B

RAPAZES

“A droga, o álcool, gravidez na adolescência, acto de gozo, sexualidade; Gravidez na adolescência, droga álcool; Drogas álcool gravidez muito cedo; A sexualidade, escola etc; A escola; Droga e sexualidade; Divorcio dos pais, problemas familiares; Na minha opinião os principais problemas enfrentados pelos jovens são as drogas, stress e sexualidade; Drogas, gravidez na adolescência no caso das raparigas, tabaco; Os jovens enfrentam problemas como o tabaco, as bebidas alcoólicas, as drogas e gravidez na adolescência; Os principais são como por exemplo, as drogas que eles tomas ou/e inserem no seu corpo, a educação que eles têm perante a sociedade, a sexualidade na adolescência. Drogas; Vida escolar, amizades e drogas; Drogas prostituição etc; Sexualidade, drogas; Droga, sexualidade, álcool, conflitos familiares; Utilizar o tempo de estudo como divertimento e elevada carga horária.”

RAPARIGAS

“A falta de liberdade e a injustiça perante os outros, as relações de amizade quer amorosas ou a relação com os pais; Injustiças, o facto de não podemos mostrar as nossas opiniões falta de liberdade, incapacidade de revolução, pouco apoio dos nossos pensamentos: crueldades da vida; Conseguir conciliar as aulas com as actividades extra-curriculares e também as drogas e o tabaco aos quais é difícil resistir; A indiferença, por vezes, sentem-se mal por não usar roupa de marca, por vezes gostam de outros aspectos que os colegas acham mal e já são posto de parte; A discriminação por vezes torna as pessoas solitárias porque se uma pessoa tiver uma roupa que não é de marca é rejeitado e gozado; A droga a gravidez e o álcool; A adolescência que engloba vários problemas como a droga, a vida na escola.”

TURMA C

RAPAZES

“Na minha opinião nos dias de hoje não são compreendidos, e por vezes, optam por maus caminhos como a droga, actos de vandalismo, entre outros; Alguns dos problemas enfrentados pelos jovens são de não poder sair até tarde à noite terem medo de frequentar as ruas à noite; Na minha opinião os principais problemas enfrentados pelos jovens de hoje são as drogas e os assaltos; Os maus vícios como por exemplo a droga e o vício do jogo; Os principais problemas são: drogas álcool e o tabaco; Os principais problemas são as drogas e doenças sexualmente transmissíveis; Os principais problemas enfrentados pelos jovens nos dias de hoje são o álcool e a droga; Por vezes é o álcool, pois hoje em dia os jovens consomem álcool logo perdem a cabeça. Também pode ser rapazes a fazer-se às raparigas quando elas têm namorados; Na minha opinião os principais problemas enfrentados pelos jovens nos dias de hoje, são os maus vícios como o caso da droga.”

RAPARIGAS

“Na minha opinião os problemas enfrentados pelos jovens são: a sexualidade começar muito cedo e as consequências do sexo; Os principais problemas são: a comunicação com os pais (falta de diálogo), obesidade; As drogas, o tabaco, o álcool, problemas com os pais; Os principais problemas enfrentados pelos jovens é a sexualidade, tabaco, drogas, violência nas escolas; Os principais problemas enfrentados pelos jovens são as drogas, álcool e sexualidade; Os problemas enfrentados pelos jovens, nos dias de hoje, acho que são a sexualidade, os vícios como o tabaco e a droga, etc; Os problemas com os pais, o consumo de drogas ou álcool. A discriminação por ter opções diferentes dos amigos, e também por não terem as “medidas” certas ou seja serem mais gordos; Os principais problemas enfrentados pelos jovens são: as drogas, o tabagismo e o alcoolismo; Na minha opinião os problemas enfrentados pelos jovens nos dias de hoje são as drogas, os maus tratos familiares, as doenças sexualmente transmissíveis, etc.”

TURMA D

RAPAZES

“Drogas e álcool; Os problemas para mim são: o álcool. A droga e por vezes a sexualidade; Drogas e álcool; Os principais problemas dos dias de hoje são as drogas (os vícios); Álcool, droga e sexo; Sem dúvida que os problemas dos jovens são as drogas; Os principais problemas são as drogas e principalmente os pais; Tabaco, drogas, sexualidade, etc; As drogas; Relações sexuais, droga e álcool.”

RAPARIGAS

“As drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, gravidez enfim, todos os problemas da adolescência; As drogas que são experimentadas cada vez mais cedo pelos jovens, o álcool que cada vez mais também se torna um problema, a fase da adolescência e todas as transformações da adolescência e todas as transformações que ocorrem durante esta englobando também a sexualidade; Na minha opinião os principais problemas enfrentados pelos jovens de hoje em dia são: as drogas, o álcool, e querer chamar a atenção dos outros, utilizando isso; A falta de informação, má educação, a sexualidade; São, as drogas, o tabaco, as doenças sexualmente transmissíveis, falta de diálogo com a família etc; As drogas etc.; Droga, álcool etc.; Não há comunicação com os pais, álcool droga e sexualidade; Muita falta de informação, muita liberdade e por vezes falta de educação; O olhar dos amigos; Droga, álcool, sexualidade; Os principais problemas são: as drogas, o álcool, a sexualidade; Sexo, drogas, álcool e anorexia; Um dos maiores problemas nos dias de hoje é as drogas, mais propriamente o tabaco.”

Com base dos discursos dos jovens poderemos afirmar que os adolescentes têm uma ideia bastante clara dos problemas que os afectam. Verificamos também que para além de todos os problemas que a adolescência acarreta, em termos de mudanças física e psicológicas, a sexualidade, as doenças sexualmente transmissíveis, a toxicodependência e o alcoolismo são sem dúvida os problemas que mais preocupam os jovens inquiridos.

Questão 2 - A sexualidade é um dos problemas enfrentados pelos jovens?³¹**Dados globais**

| Rapaz/ Raparigas | N.º | % |
|-------------------------|------------|----------|
| Sim | 62 | 68% |
| Não | 29 | 32% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 19 - Dados Globais da Questão 2.2.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 30 | 79% |
| Não | 8 | 21% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 20 - Dados das Raparigas da Questão 2.2.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 32 | 60% |
| Não | 21 | 40% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 21 - Dados dos Rapazes da Questão 2.2.

Face aos resultados, verificamos que a sexualidade é efectivamente o problema mais apontado pelos jovens (68%), no entanto verificamos que é um problema que preocupa mais as raparigas (79%) do que os rapazes (60%).

³¹ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: 2.2. Em tua opinião, a sexualidade é um desses problemas? Sim? Não? Porquê?

Dados Parciais – Turma a Turma**TURMA A**

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 9 | 53% |
| Não | 8 | 47% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 17 | 100% |

Quadro 22 - Dados dos Rapazes da Turma A da Questão 2.2.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 6 | 75% |
| Não | 2 | 25% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 8 | 100% |

Quadro 23 - Dados das Raparigas da Turma A da Questão 2.2.**TURMA B**

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 12 | 71% |
| Não | 5 | 29% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 17 | 100% |

Quadro 24 - Dados dos Rapazes da Turma B da Questão 2.2.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 4 | 57% |
| Não | 3 | 43% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 7 | 100% |

Quadro 25 - Dados das Raparigas da Turma B da Questão 2.2.

TURMA C

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 6 | 67% |
| Não | 3 | 33% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 9 | 100% |

Quadro 26 - Dados dos Rapazes da Turma C da Questão 2.2.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 9 | 100% |
| Não | 0 | 0% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 9 | 100% |

Quadro 27 - Dados das Raparigas da Turma C da Questão 2.2.**TURMA D**

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 5 | 50% |
| Não | 5 | 50% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 10 | 100% |

Quadro 28 - Dados dos Rapazes da Turma D da Questão 2.2.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 11 | 79% |
| Não | 3 | 21% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 14 | 100% |

Quadro 29 - Dados das Raparigas da Turma D da Questão 2.2.

Analisando esta questão, turma a turma, podemos constatar que na turma A, a sexualidade é um problema que preocupa mais as raparigas (75%) do que os rapazes (53%). Por seu lado, na turma B, a sexualidade é um problema que preocupa mais os rapazes (71%) do que as raparigas (57%); Na turma C, a sexualidade é um problema para todas as raparigas inquiridas e (67%) dos rapazes. E na turma D, a sexualidade é um problema que preocupa (79%) das raparigas e (50%) dos rapazes.

Discursos:

Dados Parciais – Turma a Turma

TURMA A

RAPAZES³²

SIM

“A sexualidade também produz doenças nos jovens que não têm prevenção; Falta dele; Por causa da gravidez; Porque as raparigas nesta altura do ano gostam muito; Acho que sim, porque temos as doenças sexualmente transmissíveis; Pois muitos jovens ainda não estão a par de tudo o que deve; Porque muitos jovens apanham doenças por não terem prevenção; Falta de informação.”

NÃO

“Porque actualmente há muita informação sobre o assunto; Porque eu falo abertamente com os meus pais e eles explicam-me; Porque não; Porque deve ser praticado diariamente; Porque todos andam um pouco informados; Porque agora toda a gente tem apoio e informação necessária; Porque ensina muitas coisas de sexo.”

RAPARIGAS

SIM

“Em certos casos por falta de informação, descuido por ser um tema pouco abordado tanto na escola como em casa; Insegurança; Ainda há muita falta de informação, insegurança, é um assunto que ainda hoje gera tabus e existe um pouco de descuido por ambas as partes; Temos muita vergonha para falar com os nossos pais; Porque algumas pessoas ainda têm receio de falar sobre este tema; Porque nos vimos raparigas da nossa idade e mais novas grávidas; Porque a maior parte das raparigas não se sentem preparadas para mostrarem o seu corpo.”

NÃO

“Porque hoje em dia há muita informação sobre sexualidade só há problemas quando as pessoas são irresponsáveis; Porque nos dias de hoje há muita informação.”

³² Um aluno não respondeu a esta questão

TURMA B

RAPAZES

SIM³³

“Porque muita gente não sabe o que fazer quando é a hora H; Porque os jovens por vezes não usam preservativo; Porque os jovens preocupam-se muito com a primeira vez, e muitas vezes não conhecem os meios contraceptivos todos, correm vários riscos; Porque existe pouca informação; porque muitos dos jovens não sabem a responsabilidade que tem sobre a sua própria saúde e principalmente na dos outros; Porque ainda não estamos assim muito actualizados a esse ponto; As raparigas não se divertem tanto como os rapazes daí estudam mais; Eu acho que deve haver instrução mais explicativa; Porque os jovens não falam com os pais sobre o assunto abertamente e deixam-se pressionar pelos colegas.”

NÃO

“Porque os jovens já tem cabeça suficiente para passar esses problemas, quando afrontados pelos colegas; porque acho que não é nenhum problema; Porque, com o nível de informação que existe nos dias de hoje, a sexualidade (acho que) deixou de ser um problema; Porque é uma coisa que hoje em dia deve-se levar com naturalidade; Porque há cada vez mais informações; Na minha opinião é, porque os jovens naquelas famílias mais pobres ou com problemas, tem dificuldades em debater esses assuntos em casa com os pais, em família.”

RAPARIGAS

SIM

“Porque os jovens não estão preparados para falar ou agir sobre a sexualidade; Porque muitas vezes são influenciados pelos amigos; Porque é uma experiência nova; Porque também é injusto. O amor já não é visto como era.”

NÃO

“Eu não tenho problemas desses; Na minha opinião não tenho problemas desses; Pois actualmente há vários métodos capazes de nos proteger contra as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez. Hoje em dia há muita informação.”

³³ Dois alunos não responderam ao porquê.

TURMA C

RAPAZES

SIM

“Porque geralmente o sexo feminino tem menos direitos que o masculino a nível de emprego e em mais situações; Porque é o início das relações sexuais e se não se tomar precauções pode ser um grande problema; Por vezes há jovens que têm muita falta de conhecimento; Porque nos dias de hoje os adolescentes fazem comentários e têm brigas por causa da sexualidade; Cada vez mais aparecem raparigas grávidas muito novas; Há rapazes devem só querer as raparigas para isso. Só pensam nisso. É muito chato para as raparigas.”

NÃO

“Embora haja muitas pessoas que já têm feito sexo acho que já não é um problema. Ainda há pessoas com inteligência no mundo; Porque nos dias que decorrem os jovens já sabem quais as precauções que têm de tomar; Porque hoje em dia os jovens já sabem como se deve ter relações e há muita informação para que se possa ter relações seguras.”

RAPARIGAS³⁴

SIM³⁵

“No caso das raparigas, elas é que sofrem no caso de engravidarem muito novas; Porque por vezes não têm com quem falar ou como esclarecer dúvidas; Por exemplo entre as raparigas fala-se desse assunto mas se for uma rapariga com um rapaz à sempre mais vergonha; Porque de certa forma têm medo de uma repreensão a nível familiar e social; Porque hoje em dia os jovens quando se fala neste assunto são um pouco tímidos e é melhor saber tudo sobre isso para mais tarde não fazer nada que se arrependam; Porque; Porque muitos jovens não são informados sobre este assunto; Hoje em dia os jovens não vêem a sexualidade como antes, os nossos pais ou avós, por isso praticam-na com mais frequência e sem precauções o que dá origem a muitos problemas, tais como, as doenças ou gravidez indesejadas.”

³⁴ Todas as raparigas responderam afirmativamente.

³⁵ Uma rapariga não respondeu.

TURMA D

RAPAZES

SIM

"Há jovens que não estão informados e correm riscos; Porque todos começam a pensar na vida; Porque os pais não falam com os filhos sobre isso; Porque há muitas pessoas que não estão informadas e há outras que estão informadas mas cometem erros; Porque nos dias de hoje muitas raparigas engravidam muito cedo."

NÃO

"Já existem muitas informações sobre este assunto; Estamos bem informados; Porque a sexualidade é um problema que os jovens não têm dificuldade de ultrapassar; Com a informação que há nos dias de hoje a sexualidade não pode ser um problema; Não é um problema hoje em dia."

RAPARIGAS

SIM

"Porque por vezes a sexualidade é encarada de uma maneira menos própria; Porque os jovens não conversam abertamente com os pais e por isso cometem erros; Porque os jovens querem iniciar a sua vida sexual cedo, não usam preservativo; Por causa de olhar dos amigos muitos rapazes dizem que já tiveram relações só para ficar bem à beira dos amigos; Porque não há diálogo com os pais sobre este assunto; Porque há muitos jovens que não têm conversas com os pais, sobre este assunto; Na minha opinião os jovens enfrentam com dificuldade o seu corpo e o corpo dos outros e com a sexualidade lidam de forma inconsciente; Porque na maior parte dos casos, há uma grande falta de informação nas escolas e por vezes na família; Porque os jovens começam a ter relações sexuais cada vez mais cedo, e muitos deles não estão preparados; Porque os jovens ainda não têm o relacionamento que deviam com os pais, havendo ainda muitos tabus e preconceitos de falar sobre a sexualidade com os pais. De forma que muitas dúvidas ficam no ar e outras vezes os pais também não sabem resolver da forma mais correcta; Pelo cuidado a ter."

NÃO

"Porque actualmente já há muita informação sobre este assunto; A sexualidade não é um problema quando tiverem informação e souberem os riscos que podem estar a correr; Porque actualmente à muita informação sobre este assunto."

Com base no discurso dos jovens, verificamos que quer para as raparigas, quer para os rapazes, a sexualidade é um problema que os afecta., pois a maioria dos adolescentes inquiridos

queixou-se da falta de conhecimentos, de informação, nomeadamente em relação aos métodos contraceptivos, e às doenças sexualmente transmissíveis, bem como da falta de diálogo com os pais. Perante o discurso dos jovens poderemos também afirmar que, apesar de existir em Portugal legislação que regulamenta a abordagem desta temática na escola pública portuguesa, certo é que os jovens não têm acesso a essa informação.

Em suma, podemos afirmar que, segundo os jovens inquiridos faz todo o sentido abordar na escola pública a temática da sexualidade.

Questão 3 - Achas importante ter educação sexual?³⁶

Dados Globais

| Rapaz/Rapariga | | % |
|-----------------------|----|----------|
| Sim | 84 | 92% |
| Não | 7 | 8% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 30 - Dados Globais da Questão 3.1.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 47 | 89% |
| Não | 6 | 11% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 31 - Dados dos Rapazes da Questão 3.1.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 37 | 97% |
| Não | 1 | 3% |
| Não respondeu | | 0% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 32 - Dados das Raparigas da Questão 3.1.

Através dos resultados desta questão, poderemos afirmar que a maioria dos adolescentes inquiridos (92%) considerou importante ter educação sexual.

³⁶ Nota. Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: 3.1. Achas que é importante ter Educação Sexual? Sim? Não? Porquê?

NÍVEIS DE INSTRUÇÃO DA FAMÍLIA

| Rapazes | N.º | | % | |
|-------------|-----|-----|-----|-----|
| | Sim | Não | Sim | Não |
| Elevado | 6 | 1 | 11% | 2% |
| Médio Alto | 9 | | 17% | 0% |
| Médio Médio | 4 | | 8% | 0% |
| Médio Baixo | 3 | 1 | 6% | 2% |
| Baixo | 25 | 4 | 47% | 8% |
| Total | 47 | 6 | 89% | 11% |

Quadro 33 – Dados dos Rapazes e de acordo com o nível de instrução da Questão 3.1.

| Raparigas | N.º | | % | |
|-------------|-----|-----|-----|-----|
| | Sim | Não | Sim | Não |
| Elevado | 4 | | 11% | 0% |
| Médio Alto | 5 | | 13% | 0% |
| Médio Médio | 4 | | 11% | 0% |
| Médio Baixo | 1 | 1 | 3% | 3% |
| Baixo | 23 | | 61% | 0% |
| Total | 37 | 1 | 97% | 3% |

Quadro 34 – Dados das Raparigas e de acordo com o nível de instrução da Questão 3.1.

Face aos resultados expressos nos quadros 33 e 34, podemos realçar que a importância da educação sexual não está relacionada com o nível de instrução da família dos alunos inquiridos. Assim independentemente do nível de instrução da família, a grande maioria dos alunos (89%) acha importante ter educação sexual. Contudo, verificamos ainda que dos (11%) dos alunos que não considerou importante ter educação sexual, sendo (8%) desses alunos provenientes de famílias com nível de instrução baixo.

Discursos:

TURMA A

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Nos educa para esse problema; Porque existem pais e filhos que não se sentem à vontade para falar desses assuntos; Porque ajuda a tirar dúvidas e aprender muitas coisas sobre a sexualidade como por exemplo as doenças sexualmente transmissíveis e como evitá-las; Para tirar algumas

dúvidas; Pois podemos tirar dúvidas; É uma boa maneira de ficar informados; Ficamos mais a saber sobre a educação sexual; Sim porque os jovens podem ter relações sexuais e podem engravidar as raparigas; Porque podíamos aprender mais coisas sobre a sexualidade."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque nos vai informar sobre coisas que ainda não sabemos; Para estarmos informados de todos os riscos; Para ficarmos informados sobre vários aspectos."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Porque ficamos mais cultos sobre a sexualidade e assim não fazemos acções ignorantes."

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Porque podemos saber mais sobre a vida sexual, seus métodos contraceptivos, etc."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Porque não precisamos de ser ensinados."

NÃO - Nível de Instrução - Baixo

"Cada um aprende sozinho; Porque só não sabe quem não quer."

RAPARIGAS

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Porque podemos exprimir dúvidas; Para nos manter informados; Para nos alertar dos problemas que existam; Para nos alertar dos problemas que podemos correr; Porque podemos ficar a saber mais sobre esse tema; Podemos prender acerca das doenças."

SIM - Nível de Instrução - Médio - Médio

"Porque é uma forma de termos acesso facilitado a este assunto e alguma dúvida que surja pode ser esclarecida como em relação à gravidez, às doenças transmissíveis, uso de métodos contraceptivos, ..."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Para que todos os jovens sejam prevenidos das consequências da actividade sexual. (doenças sexualmente transmissíveis, gravidez ...), ou seja, é um modo de obter respostas a todas as dúvidas que possam surgir. Deste modo os jovens terão uma certa preparação para esse passo."

Face ao discurso dos alunos da turma A, poderemos concluir que os rapazes inquiridos consideram importante ter educação sexual, pois segundo eles a educação sexual é importante porque os informa, ajuda a tirar dúvidas sobre as doenças sexualmente transmissíveis, a sexualidade e outros assuntos relacionados com esta temática. Consideraram também que ter educação sexual é importante porque pode ajudar os jovens que não têm os pais para lhes tirar dúvidas. Realça-se também o facto de dois rapazes que não consideraram importante ter educação sexual, porque segundo eles, só não anda informado quem não quer e não precisam de ser ensinados. Relativamente, às raparigas inquiridas todas afirmaram que é importante ter educação sexual. Algumas referindo que as ajuda a tirarem dúvidas, a estarem informadas e prevenidas contra as doenças sexualmente transmissíveis e as gravidezes indesejadas.

TURMA B

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Porque nos ajuda a lidar com esse tema; Para encontrar respostas para as dúvidas que os jovens têm há cerca do tema; Por causa da instrução que nós devemos ter."

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Conhecer métodos de prevenção de doenças ou de gravidez."

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Para ajudar-nos nas coisas onde temos dúvidas; Sim eu já tive essa experiência, dois anos, com professores/as nessa matéria, e na minha opinião pessoal, acho ou tenho a certeza de que é essencial, sobretudo na nossa idade; Para as pessoas ficarem mais informados sobre isso e para se sentirem mais seguros."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

“Para esclarecer as ideias dos jovens; Porque ajuda-nos nos problemas que podemos vir a ter; Porque como já disse anteriormente os jovens não sabem a responsabilidade que têm na sua saúde e na dos outros; Para aprender a lidar com a sexualidade e não fazer asneiras.”

SIM - Nível de Instrução - Elevado

“Porque prepara-nos a todos os níveis. Ficamos mais preparados e podemos assim ajudar também os que não sabem; Porque ajuda a alertar sobre as DST; Para aprofundarmos os nossos conhecimentos e não cometermos erros; Sim porque estas aulas ajudam a uma pessoa crescer com consciência do seu corpo e dos que os rodeia.”

NÃO - Nível de Instrução - Elevado

“Porque não.”

NÃO - Nível de Instrução - Baixo

“Acho que não é importante servia apenas para mais carga horária.”

RAPARIGAS³⁷

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Os jovens têm que estar preparados. Devem saber os riscos que correm. Mas a educação sexual não irá abranger apenas isso mas de qualquer forma acho que é muito importante.”

SIM - Nível de Instrução - Médio baixo

“Para nos prevenir de vários problemas. Como agir, as doenças sexualmente transmissíveis e muito mais.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

“Porque pode prevenir várias situações; Para estarmos mais informados; Porque devemos estar informados sobre a educação sexual para não corrermos riscos.”

³⁷ Todas responderam afirmativamente

SIM - Nível de Instrução - Elevado

“Pois embora, nos tempos actuais, haja muita informação, há sempre dúvidas que poderiam ser melhor esclarecidas e consequentemente sentir-nos-íamos mais seguros; Porque simplesmente existem jovens que antes de iniciarem a sua vida sexual não se importam das consequências. Têm que ter mais cuidado.”

Com o discurso dos alunos da turma B, constatamos que quase todos os rapazes inquiridos consideraram importante ter educação sexual. Na sua maioria afirmaram que a educação sexual os ajuda a tirar dúvidas, a estarem informados e a prepará-los e alertá-los para os riscos relacionados com a sexualidade, nomeadamente as doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, salienta-se o facto de dois rapazes não terem considerado importante ter educação sexual como uma disciplina, pois segundo eles não é importante, chegando um a afirmar um que aumentaria a sua carga horária.

Todas as raparigas consideraram importante ter educação sexual, porque segundo elas, a educação sexual ajuda-as a estarem informadas, alerta-as contra os perigos e auxilia-as nas dúvidas que possam existir em matéria de educação sexual.

TURMA C

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Para uma pessoa saber as consequências que pode ter, como as prevenir, para estar mais informado, etc.; Acho que é necessário pois cada vez há mais raparigas grávidas e muito novas. Assim acho que é necessário; Porque quando somos adolescentes gostamos e queremos sempre saber mais sobre a sexualidade; Para os jovens tirarem as suas dúvidas; Porque hoje em dia ter Educação Sexual é quase obrigatório e é uma sensação fantástica para todos os jovens; Porque apesar de termos muita informação, há sempre aquela pergunta que fica por saber.”

SIM - Nível de Instrução - Médio baixo

“Porque apesar de os jovens da nossa idade estarem conscientes dos perigos que correm pensam que os problemas só afectam os outros.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

“Porque quanto mais informação houver melhor.”

NÃO - Nível de Instrução - Baixo

"Porque os alunos já têm uma grande carga horária de aulas."

RAPARIGAS³⁸

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Por mais informação que os jovens de hoje em dia tenham nunca é a necessária para enfrentar certos problemas e tiverem que lhes tire certas dúvidas podem enfrentá-los melhor; Porque muitas vezes os jovens não estão informados sobre as doenças sexualmente transmissíveis e os métodos contraceptivos; Porque alguns pais não se sentem à vontade para falar de certos assuntos que tenham haver (sic) com a educação sexual; Os jovens como nem sempre têm coragem para falar com os pais haviam de ter alguém na escola já que é um estabelecido de ensino; Pode-se tirar as dúvidas a muitos jovens que não sabem as consequências de não usar preservativo numa relação em que se pode ficar grávida e com doenças; Porque as vezes os pais não se sentem à vontade para falar sobre sexualidade; Permite-nos esclarecer dúvidas, ajudava a prevenir gravidez indesejadas, evitar doenças sexualmente transmissíveis; Assim podemos no manter mais informados e até reduzir o número de grávidas na adolescência."

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Porque a educação sexual é importante para todos pois deve-se saber tudo acerca desse tema para estar bem informado e mais tarde não ter problemas como a gravidez."

Face ao discurso dos alunos da turma C, verificamos que a maioria dos rapazes inquiridos, considerou importante ter educação sexual, porque segundo eles, a educação sexual ajuda-os a tirar dúvidas. Apesar de considerarem que existe muita informação nesta matéria, referiram ainda que há sempre alguma dúvida a esclarecer ou alguma pergunta a fazer. Contudo, salienta-se o caso de um rapaz não considerar importante ter educação sexual, porque segundo ele os alunos já têm uma carga horária muito elevada.

A totalidade das raparigas considerou importante ter educação sexual, porque segundo elas, a educação sexual informa os jovens sobre alguns perigos relacionados com a sexualidade, nomeadamente as doenças sexualmente transmissíveis e os métodos contraceptivos. E também pelo facto de considerarem que ao terem educação sexual, esta pode vir a auxiliar os jovens que não têm a ajuda dos pais, ou não se sentem à vontade para falar com eles, sobre os assuntos relacionados com esta temática.

³⁸ Todas responderam afirmativamente

TURMA D

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Porque assim os jovens fica com mais consciência e como deve fazer de uma forma perfeitamente segura; Porque nos ajuda a saber mais sobre o assunto; Para informar sobre a educação sexual; Para os jovens ficarem mais informados a esse nível; Há mais informação; Para não correr riscos e não apanhar doenças; Para informar os adolescentes sobre tudo o que diz respeito a sexo."

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Para correr menos riscos."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque nunca é demais a informação."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Para aprender a praticar sexo."

RAPARIGAS

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Porque permite aos jovens ter a informação necessária para ter uma vida sexual sem problemas como a sida; Porque ficamos mais informados; Para os jovens esclarecer as suas dúvidas; Para ajudar os jovens e alertá-los sobre doenças entre outras coisas; Porque a informação nunca é demais; Sim porque os jovens sentem-se mais à vontade ao falar destes assuntos na escola. E ouvem com mais atenção, e não se sentem tão tímidos; Para termos informação sobre alguns riscos que se pode ter na vida sexual; Para que possa haver mais informação."

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Porque ainda existem pessoas que não conhecem os riscos de ter relações sexuais sem usar o preservativo, por exemplo. Muitas pessoas não falam dessas coisas com os filhos, e assim, se os

filhos tiveram a educação sexual, ficam mais informados e podem-se prevenir; Porque embora a informação sobre a sexualidade já seja em grande escala ainda há muitos problemas."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque podia ajudar os alunos em algumas dúvidas que lhes possam surgir e também nos ajuda a ficar com mais à vontade perante este assunto; Para nos alertar dos perigos que corremos se não tomarmos precauções."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Porque apesar de já haver bastante informação sobre este tema ainda existem muitas dúvidas que deveriam ser esclarecidas dentro destes também os preconceitos."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Devido ao ensino actual e a média de vida e cultural os jovens mantenha-se informados, apenas querem a educação sexual para não terem outras disciplinas."

Face aos discursos dos alunos da turma D, verificamos que todos os rapazes consideraram importante ter educação sexual, porque segundo eles, a educação sexual informa-os e ajuda-os a correr menos riscos relacionados com a sexualidade. Quanto às raparigas, a maioria considerou importante ter educação sexual porque esta ajuda-as a tirarem dúvidas e a estarem informadas sobre os problemas relacionados com a sexualidade. Salienta-se o caso de uma rapariga que considerou não ser importante ter educação sexual, afirmando que a educação sexual não é necessária no sistema de ensino actual, porque os jovens estão devidamente informados e apenas querem ter educação sexual para substituir outras disciplinas.

Com o discurso dos adolescentes inquiridos, relativamente à importância da educação sexual, constatamos que, de uma forma geral, quase todos os alunos inquiridos, consideraram importante ter educação sexual, dado que esta os informa e os prepara para os problemas que possam vir a ter nesta matéria. Face ao discurso dos alunos, consideramos que é de todo importante trabalhar esta temática na escola pública portuguesa, na opinião dos alunos. Pois não nos podemos esquecer que a educação sexual está regulamentada desde 1984, ano em que é aprovada a primeira lei referente a esta temática, Lei n.º 3/ 84.

Questão 4 - Com que idade se deve ter educação sexual?³⁹

Discursos:

RAPAZES

TURMA A

“10 anos - porque entendo ser a idade adequada. Início do 5.º ano de escolaridade; 13 anos - porque é quando se começa a falar da sexualidade; 14 anos - porque já são crescidos e já sabem o que é; 18 anos- porque é a idade de maturidade; 0 aos 100 - porque a educação sexual não tem idade para começar; 12 anos - é quando os aparelhos reprodutores estão praticamente desenvolvidos; 13 anos - é quando os jovens começam a ter juízo; 10 anos - é para ter já ideia sobre como se prevenir das DST; 16 anos - porque normalmente já tem um pouco de maturidade; 11 anos - idade para aprender; 13 ou 14 anos - desde que pode começar a nossa vida sexual activa; 10 anos - porque é nesta idade que normalmente atingimos a puberdade; 12 anos -porque é a idade mais adequada para isso; 10 anos - idade compreensível; 6 anos - para começar de pequenino; 12 anos - porque mesmo as raparigas iniciam a puberdade mais cedo que os rapazes e necessitam de ser informadas mais cedo; 12 anos - porque é quando se entra na puberdade.”

TURMA B

“10 anos - porque é a idade onde nós nos “chegamos” mais próximos das pessoas; 10 anos - para que se mostre como agir em certas situações, ou seja, para funcionar como preparação e prevenção; 12 anos- porque é nessa idade que começa a nossa adolescência; 16 anos - é uma idade onde já se tem alguma mentalidade para conhecer os problemas e preveni-los; 10 anos - é uma boa idade; 14 anos - porque nessa idade já temos mentalidade suficiente. Acho eu; 13 anos - disse aos 13 anos, porque foi quando eu comecei a ter e também que é nessa idade que os jovens começam a amadurecer e querem experimentar coisas novas, querem imitar os adultos; 13 anos - porque é quando os adolescentes começam a mostrar mais interesse por isso; 14 anos - eu acho não ser preciso, mas se fosse preciso era aos 13/14; 16 anos - porque começa a adquirir maior maturidade fazendo as coisas com mais cabeça; 11 anos - porque é de pequenino que se fazem as asneiras; 4 anos - porque sim; Não há idade - quando se tiver preparado; 12 anos- normalmente esta é a idade do início da adolescência; 14 anos - porque cada vez mais os jovens começam a actividade sexual muito cedo; 13 /14 anos - é quando os jovens começam a entrar na puberdade, no caso rapazes e assim começam a ser alertados; 14 anos -porque sim.”

TURMA C

“10 anos - para ter uma noção dos perigos que se podem correr nas relações sexuais; 14 anos - porque é a idade em que os jovens começam a ficar mais responsáveis e já devem ter mais responsabilidade; 16 anos - porque é a idade mais natural para se começar até porque já é uma idade em que os jovens têm consciência daquilo que vão fazer; 14 anos - porque é quando os jovens começam a ter as suas experiências sexuais; Não há idade - Na minha opinião acho que não há

³⁹ Nota. Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: 3.2. Em tua opinião, a partir de que idade se deveria começar a ter educação sexual? Porquê? Idade.

idade certa para se começar a ter relações sexuais, porque o sexo hoje em dia é uma coisa natural; 12 anos - porque cada vez mais os rapazes e as raparigas iniciam a sua vida sexual muito cedo; 12 anos - porque é a partir dos 12 que as pessoas começam a pensar no sexo; 14 anos - porque é mais ou menos quando os jovens dos nossos tempos começam a ter relações sexuais; 14 anos - penso que quanto mais cedo os jovens souber melhor.”

TURMA D

“Não tem - porque é quando as pessoas querem ou quando se sentirem preparados; 13 anos - para começar desde cedo a ver que o sexo não é uma simples brincadeira e sim um assunto sério; 12 anos - porque é mais ou menos quando os adolescentes começam a despertar para outros interesses da vida como o sexo; 14 anos - porque dá tempo para compreender como se evita problemas; 13 anos - porque é uma idade em que se começa a ter uma maior noção sobre o tema sexo; A educação sexual deve começar desde pequeno por isso não está definida; 10 anos - porque é de pequenino que se começa; 18 anos - porque só a partir dos 18 anos é que se tem tempo para estar com quem quiser; 16 anos - porque acho que aos 16 já, por norma os jovens já estão bem mentalizados; 11 anos - é quando se entra na puberdade.”

De acordo com as perspectivas dos rapazes, a educação sexual deveria ser ensinada na escola, sobretudo entre os 10 e os 14 anos. Esta opção parece fazer sentido, pois o intervalo de idades referido por eles corresponde à entrada na adolescência.

RAPARIGAS

TURMA A⁴⁰

“17 anos - não há idade para se começar a ter educação sexual mas acho que começar a ter educação sexual antes dos 17 anos - acho que é precipitado; 16 anos - porque temos que perceber das doenças; 12 anos - porque os jovens a partir dessa idade já começam a ter curiosidade sobre esse assunto; 13 anos - para não haver gravidez mais cedo; 12 anos - para que não haja grávidas adolescentes, o que no nosso país existe muito; não mencionou – qualquer idade serve desde que as duas pessoas saibam os passos que vão dar; 13/14 anos - desde que pode começar a nossa vida sexual activa.”

TURMA B

“15 anos - pois é nesta idade que os jovens começam a ter as suas principais dúvidas e devem estar esclarecidos para não cometerem erros; não mencionou – a idade não sei, mas acho que é quando a pessoa se sentir realmente preparada e achar que é a pessoa certa; 13 anos, porque já começamos a perceber melhor as coisas; 13 anos - porque é aí que temos a menstruação; 15 anos - porque é nesta idade que normalmente se começa a namorar; 13 anos - porque é nesta altura que se fazem mais loucuras; 13 anos - a partir desta idade já todos começam a perceber outros aspectos que até então não entendíamos.”

⁴⁰ Uma rapariga não respondeu

TURMA C

“12 anos - porque é mais ou menos com essa idade que começam a surgir as primeiras dúvidas, e também é mais ou menos nessa idade que os jovens começam a entrar na puberdade; 12 anos, porque é mais ou menos nessa idade que se começam as dúvidas e assim estariam bem preparados em relação a isso; 12 anos - porque apesar de entrar na fase da adolescência, muitos jovens partem para novas descobertas, como relações sexuais sem ter cuidado, nem sabem os riscos que correm; Eu acho que não há idade; 12 anos - porque muitos jovens começam a ter relações sexuais muito cedo, e assim talvez tire as suas dúvidas e a perguntarem a si próprios se é isso que querem fazer; 12 anos - porque cada vez mais cedo aparecem raparigas grávidas e jovens com doenças sexualmente transmissíveis; A idade pode ser relativa, mas acho que devia ser quando os jovens, crianças ou adultos tenham dúvidas sobre esse assunto; 17 anos - porque a partir dessa idade os jovens começam a amadurecer e a escolher aquilo que eles querem mesmo; 12 anos - porque cada vez mais se ouvem a falar de casos de gravidez na adolescência e também que as dúvidas sobre sexualidade começam a aparecer muito cedo.”

TURMA D

12 anos - porque eu acho que se deve informar os jovens sobre este assunto o mais cedo possível para que eles não cometam asneiras; Não há - no meu ponto de vista cada um deverá assumir esse passo quando estiver preparado; 13 anos - deveria ser aos 13, porque é uma idade conturbadora em que na minha opinião as dúvidas começam a surgir; 13 anos - porque é a idade em que começam a passar para uma outra fase da nossa vida, ou seja, a adolescência. E é nesta altura que nos começamos a questionar sobre estas coisas; 14 anos, porque foi na idade em que senti mais transformações no corpo e as dúvidas começaram a surgir e o despertar para saber mais; Qualquer uma - porque deve-se ter relações quando as pessoas acham que estão preparadas e não por idades; 18 anos - porque é nessa idade que nos podemos considerar adultos para o fazer; 18 anos - não tem idade, uma pessoa faz quando se está preparada, mas a partir dos 18 seria a melhor idade pois já somos maiores de idade; 14 anos - porque é nesta idade que os jovens começam a pensar mais no assunto da sexualidade; Acho que não há idade que tem a ver com a mentalidade das pessoas e algumas precisam de mais tempo para se sentirem preparadas; Não tem idade - acho que não tem idade, pois cada um sabe quando se sente preparado; Penso que não existe idade, deve ser quando se sentirem preparados; Idade, não sei Quando sentirmo-nos preparados; 16 anos - porque têm outra maneira de pensar sobre o assunto e permite mais à vontade.”

De acordo com as perspectivas das raparigas, a educação sexual deveria ser ensinada na escola, nomeadamente entre os 12 e os 14 anos, porque, segundo elas, é quando começam a entrar na adolescência e aparecem todos os problemas que lhes estão inerentes e também pelo facto de considerarem ser importante o início da aprendizagem da educação sexual. Salientam-se os casos de algumas raparigas que não referiram a idade, porque segundo elas não há idade para se ter educação sexual. Outras referiram os 18 anos porque é quando são adultas e estão preparadas. Tal como aconteceu com nos rapazes, esta opção faz sentido porque o intervalo de idades referido por elas corresponde à entrada na adolescência.

Quanto a idade em que se teve ter educação sexual, verificamos que as idades, referidas pelos alunos, se situam, numa grande parte, com a entrada no 2.º ciclo (5.º ano de escolaridade). Por seu

lado, o Relatório Final de Educação Sexual apontam a importância da Promoção e Educação para a Saúde nas escolas do 1.º ano ao 12.º ano (R.F, 2007:4).

Questão 5 - A educação sexual pode ajudar a evitar problemas como, por exemplo, a gravidez na adolescência, bem como doenças sexualmente transmissíveis?⁴¹

Dados Globais

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|-----------------------|------------|----------|
| Sim | 89 | 98% |
| Não | 2 | 2% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 35 - Dados Globais da Questão 3.3.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 51 | 96% |
| Não | 2 | 4% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 36 - Dados Globais dos Rapazes da Questão 3.3.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 38 | 100% |
| Não | 0 | 0% |
| Não respondeu | | 0% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 37 - Dados das Raparigas da Questão 3.3.

Com os resultados expressos nos quadros 35, 36 e 37, podemos concluir que quase todos os adolescentes inquiridos (98%) considerou que a educação sexual os ajuda a evitar problemas da adolescência como a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis. Verificamos que as respostas dadas pelos alunos estão de acordo com o que é previsto na legislação, nomeadamente na Lei n.º 3/84, que refere que eram objectivos do Estado contribuir, através desta Lei, para a progressiva eliminação da discriminação baseada no sexo e da divisão de funções de trabalho entre homens e mulheres, e especialmente diminuir o número bastante elevado de interrupções voluntárias de gravidezes.

⁴¹ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: 3.3. A educação sexual pode ajudar a evitar problemas como, por exemplo, a gravidez na adolescência bem como doenças sexualmente transmissíveis. Concordas com esta afirmação? Sim? Não? Porquê?

Questão 6 - Achas importante a educação sexual na escola?⁴²**Dados Globais**

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|-----------------------|------------|----------|
| Sim | 85 | 93% |
| Não | 4 | 4% |
| Não Respondeu | 2 | 2% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 38 - Dados Globais da Questão 6.3.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 47 | 89% |
| Não | 4 | 8% |
| Não respondeu | 2 | 4% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 39 - Dados dos Rapazes da Questão 6.3.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 38 | 100% |
| Não | 0 | 0% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 40 - Dados das Raparigas Questão 6.3.

Com os resultados expressos nos quadros 38, 39 e 40, poderemos concluir que a maioria dos adolescentes inquiridos (93%) considera importante ter a educação sexual nas escolas. Destaca-se o facto de todas as raparigas responderem afirmativamente a esta questão. Opinião que é partilhada pelo Grupo de Trabalho de Educação Sexual, na medida em que este refere no Relatório Final, a importância da promoção e educação para a saúde na escola do 1.º ao 12.º ano de escolaridade. E no Relatório Preliminar, quando refere que a educação para a saúde deve ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino.

⁴² Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: 6.3- Achas importante que se fale sobre educação sexual na escola? Sim? Não? Porquê?

1.2.2. Dimensão 2 - Experiência Lectiva dos Jovens

Questão 1 - Que fontes utilizam ou utilizaram os alunos para ter acesso a informações sobre a sexualidade?⁴³

Dados Globais

| Fontes de Informação | N.º |
|----------------------|-----|
| Internet | 62 |
| Televisão | 61 |
| Amigos | 51 |
| Revistas | 37 |
| Livros | 36 |
| Colegas | 29 |
| Pais | 13 |
| Família | 9 |
| Professores | 7 |
| Mãe | 7 |
| Escola | 3 |
| Madrinha | 1 |
| Filmes | 1 |
| Irmã | 1 |
| Nenhum | 1 |
| Não respondeu | 1 |
| Palestra | 1 |

Quadro 41 - Dados Globais da Questão 4.1.

Mediante às respostas dos alunos inquiridos, podemos concluir que as fontes mais utilizadas pelos alunos são os meios de comunicação, nomeadamente a *internet* e a televisão. O grupo de amigos, também constitui uma das fontes mais utilizadas pelos alunos. Evidenciamos ainda, através do quadro 41, que a escola e a família são os meios menos utilizados pelos alunos, como fonte de informação sobre a sexualidade.

⁴³ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: 4.1. Aponta, por favor, algumas fontes que tenhas utilizado ou ainda utilizes para ter acesso a informação sobre assuntos ligados à sexualidade (ex. colegas, amigos, televisão, internet, livros, revistas, etc.)

Dados Parciais**RAPAZES**

| Fontes de Informação | N.º |
|-----------------------------|------------|
| Internet | 33 |
| Televisão | 30 |
| Revistas | 21 |
| Amigos | 21 |
| Livros | 16 |
| Colegas | 13 |
| Pais | 7 |
| Família | 2 |
| Professores | 2 |
| Escola | 1 |
| Filmes | 1 |
| Nenhum | 1 |
| Não respondeu | 1 |

Quadro 42 - Dados dos Rapazes da Questão 4.1.**RAPARIGAS**

| Fontes de Informação | N.º |
|-----------------------------|------------|
| Televisão | 31 |
| Amigos | 30 |
| Internet | 29 |
| Livros | 20 |
| Colegas | 16 |
| Revistas | 16 |
| Família | 7 |
| Mãe | 7 |
| Pais | 6 |
| Professores | 6 |
| Escola | 2 |
| Aulas | 1 |
| Irmã | 1 |
| Palestra | 1 |
| Madrinha | 1 |

Quadro 43 - Dados das Raparigas da Questão 4.1.

Os quadros 42 e 43 mostram que o género não influencia a escolha da fonte de informação e que tal como se verificou no quadro 41, os meios mais utilizados pelos rapazes e pelas raparigas, são a televisão, *internet* e os amigos. Contudo, devemos realçar que as raparigas recorrem mais à escola e aos professores do que os rapazes.

Dados Parciais - Nível de Instrução da Família

| Fontes de Informação | N.º |
|-----------------------------|------------|
| Colegas | 1 |
| Amigos | 6 |
| Televisão | 7 |
| Internet | 8 |
| Livros | 1 |
| Revistas | 4 |
| Aulas | 1 |
| Família | 1 |
| Professores | 2 |

Quadro 44 – Dados dos Alunos do Nível de Instrução Elevado da Questão 4.1.**Médio Alto**

| Fontes de Informação | N.º |
|-----------------------------|------------|
| Colegas | 6 |
| Amigos | 8 |
| Televisão | 10 |
| Internet | 6 |
| Livros | 7 |
| Revistas | 5 |
| Pais | 1 |
| Mãe | 2 |
| Professores | 1 |
| Escola | 1 |

Quadro 45 - Dados dos Alunos do Nível de Instrução Médio Alto da Questão 4.1.**Médio Médio**

| Fontes de Informação | N.º |
|-----------------------------|------------|
| Colegas | 1 |
| Amigos | 6 |
| Televisão | 5 |
| Internet | 8 |
| Livros | 1 |
| Revistas | 1 |
| Pais | 2 |
| Professores | 1 |

Quadro 46 - Dados dos Alunos do Nível de Instrução Médio-Médio da Questão 4.1.

Médio Baixo

| Fontes de Informação | N.º |
|-----------------------------|------------|
| Colegas | 1 |
| Amigos | 3 |
| Televisão | 4 |
| Internet | 6 |
| Livros | 0 |
| Revistas | 3 |
| Pais | 1 |
| Mãe | 3 |

Quadro 47 – Dados dos Alunos do Nível de Instrução Médio-Baixo da Questão 4.1.**Baixo**

| Fontes de Informação | N.º |
|-----------------------------|------------|
| Colegas | 20 |
| Amigos | 28 |
| Televisão | 35 |
| Internet | 34 |
| Livros | 27 |
| Revistas | 24 |
| Pais | 9 |
| Professores | 3 |
| Família | 8 |
| Escola | 2 |
| Irmã | 1 |
| Madrinha | 1 |
| Mãe | 2 |
| Palestra | 1 |
| Nenhuma | 1 |
| Não Respondeu | 1 |

Quadro 48 - Dados dos Alunos do Nível de Instrução Baixo da Questão 4.1.

Os dados expressos neste conjunto de quadros mostram que a utilização da *internet*, televisão e amigos é transversal ao nível de instrução da família.

Questão 2 - Já alguma vez abordaste temas de educação sexual na escola?⁴⁴**Dados globais**

| Ano de Escolaridade | N.º |
|----------------------------|------------|
| 5.º Ano | 1 |
| 6.º Ano | 17 |
| 7.º Ano | 13 |
| 8.º Ano | 34 |
| 9.º Ano | 63 |
| 10.º Ano | 1 |
| Não respondeu | 1 |
| Sim | 1 |
| Vários | 1 |

Quadro 49 – Dados dos Alunos relativamente ao Ano de Escolaridade da Questão 6.1.

| Disciplinas | N.º |
|--------------------------|------------|
| Áreas interdisciplinares | 38 |
| Desenho | 2 |
| Ciências da Natureza | 49 |
| Educação Moral | 6 |
| Educação Sexual | 2 |
| Língua Portuguesa | 4 |
| Inglês | 1 |
| TIC | 1 |
| Não Respondeu | 3 |

Quadro 50 – Dados dos Alunos relativamente à Disciplina da Questão 6.1.

| Temas | N.º |
|--------------------------|------------|
| Sexualidade | 13 |
| Gravidez na adolescência | 18 |
| DST | 33 |
| Aparelho Reprodutor | 10 |
| Métodos contraceptivos | 26 |
| Educação Sexual | 1 |
| Sexo | 5 |
| Aborto | 3 |
| Reprodução | 6 |
| Puberdade | 2 |
| Adolescência | 3 |
| Poucas | 1 |
| Todos | 14 |

Quadro 51 - Dados dos Alunos relativamente aos Temas da Questão 6.

⁴⁴ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.1. – Já alguma vez abordaste temas de Educação Sexual na Escola? Que disciplina? De que temas te falaram?

Com os dados expressos nos quadros 49, 50 e 51 concluímos que os alunos abordaram temas de educação sexual durante o seu percurso escolar, e o nono ano corresponde ao ano com maior incidência. E é nas disciplinas de Ciências da Natureza e nas Áreas Interdisciplinares que abordaram os temas relativos a esta temática.

Quanto aos temas abordados verificamos que as doenças sexualmente transmissíveis (DST), os métodos contraceptivos, a gravidez e a sexualidade são os temas mais referidos pelos adolescentes inquiridos.

Questão 3- Quais foram os temas de que mais gostaste? Porque?⁴⁵

Dados Parciais

Turma A

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 7 | 41% |
| Gravidez na adolescência | 2 | 11% |
| DST | 1 | 6% |
| Sexualidade | 1 | 6% |
| Métodos contraceptivos | 1 | 6% |
| Não me lembro | 1 | 6% |
| Sexo | 1 | 6% |
| Não respondeu | 3 | 18% |
| Total | 17 | 100% |

Quadro 52 - Dados dos Rapazes da Turma A da Questão 6.2.

| Temas preferidos da Raparigas | N.º | % |
|--------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 4 | 50% |
| Aborto | 2 | 25% |
| Experiência na aula | 1 | 12,5% |
| Gravidez na adolescência | 1 | 12,5% |
| Total | 8 | 100% |

Quadro 53 - Dados das Raparigas da Turma A da Questão 6.2

⁴⁵ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.2. - Que temas gostaste mais? Porquê?

Turma B

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 1 | 10% |
| DST | 2 | 20% |
| Métodos contraceptivos | 5 | 50% |
| Não Respondeu | 2 | 20% |
| Total | 10 | 100% |

Quadro 54 - Dados dos Rapazes da Turma B da Questão 6.2.

| Temas preferidos das Raparigas | N.º | % |
|---------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 4 | 29% |
| DST | 1 | 7% |
| Métodos contraceptivos | 1 | 7% |
| Gravidez na adolescência | 4 | 29% |
| Sexualidade | 1 | 7% |
| Responsabilidade | 1 | 7% |
| Não Respondeu | 1 | 7% |
| Adolescência | 1 | 7% |
| Total | 14 | 100% |

Quadro 55 - Dados das Raparigas da Turma B da Questão 6.2.**Turma C**

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 6 | 34% |
| Gravidez na adolescência | 1 | 6% |
| DST | 1 | 6% |
| Métodos contraceptivos | 2 | 12% |
| Não respondeu | 2 | 12% |
| Sexo | 1 | 6% |
| Situações Reais | 1 | 6% |
| Sistema Reprodutor | 3 | 18% |
| Total | 17 | 100% |

Quadro 56 - Dados dos Rapazes da Turma C da Questão 6.2.

| Temas preferidos da Raparigas | N.º | % |
|--------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 1 | 14% |
| Métodos Contraceptivos | 2 | 28% |
| DST | 1 | 14% |
| Gravidez na adolescência | 1 | 14% |
| Namoro | 1 | 14% |
| Aparelho Reprodutor | 1 | 14% |
| Total | 7 | 100% |

Quadro 57 - Dados das Raparigas da Turma C da Questão 6.2.**Turma D**

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 1 | 11% |
| DST | 4 | 45% |
| Métodos contraceptivos | 3 | 33% |
| Sistema Reprodutor | 1 | 11% |
| Total | 9 | 100% |

Quadro 58 - Dados dos Rapazes da Turma D da Questão 6.2.

| Temas preferidos das Raparigas | N.º | % |
|---------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 4 | 44% |
| DST | 4 | 44% |
| Métodos contraceptivos | 1 | 12% |
| Sistema Reprodutor | 0 | 0% |
| Total | 9 | 100% |

Quadro 59 - Dados das Raparigas da Turma D da Questão 6.2.

Os dados expressos neste conjunto de quadros mostram que as doenças sexualmente transmissíveis e os métodos contraceptivos são sem dúvida os temas que mais agradaram os jovens inquiridos, independentemente do género. Relativamente às raparigas, reparamos que para além destes temas, a gravidez na adolescência também foi um dos temas que mais suscita o interesse por parte destas.

1.2.3. Dimensão 3 - Família e Educação Sexual

Questão 1- Os teus pais já alguma vez te falaram sobre assuntos ligados à educação sexual? Sim? Não?⁴⁶

Dados Globais:

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|----------------|-----|------|
| Sim | 63 | 70% |
| Não | 28 | 30% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 60 - Dados dos Alunos da Questão 5.1.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|-----|------|
| Sim | 34 | 64% |
| Não | 19 | 36% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 61 - Dados dos Rapazes da Questão 5.1.

| Rapariga | N.º | % |
|---------------|-----|------|
| Sim | 29 | 76% |
| Não | 9 | 24% |
| Não respondeu | 0 | 0% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 62 - Dados das Raparigas da Questão 5.1.

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|----------------|-----|------|
| Sim | 78 | 86% |
| Não | 5 | 5% |
| Não Respondeu | 6 | 7% |
| Não Sabe | 2 | 2% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 63 - Dados dos Alunos da Questão 5.2.

⁴⁶ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 5.1. Os teus pais já alguma vez te falaram sobre assuntos ligados à educação sexual? Sim? Não?

Através do quadro 60, 61, 62, 63 podemos inferir que uma grande parte dos alunos, (70%) já abordou com os seus pais temas relacionados com a educação sexual. Verificamos, também que os rapazes conversam mais com os seus pais do que as raparigas.

Questão 2 - Os teus pais concordam com a educação sexual na escola?⁴⁷

Dados Globais

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 47 | 89% |
| Não | 3 | 6% |
| Não respondeu | 2 | 4% |
| Não Sabe | 1 | 2% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 64 - Dados dos Rapazes da Questão 5.2.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 31 | 82% |
| Não | 2 | 5% |
| Não respondeu | 4 | 11% |
| Não Sabe | 1 | 2% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 65 - Dados das Raparigas da Questão 5.2.

Os dados expressos nos quadros 64 e 65 mostram que a maioria dos alunos (86%) afirmou que os seus pais concordam com a educação sexual.

⁴⁷ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 5.2 Os teus pais concordam com a educação sexual na escola? Sim? Não Porquê?

Dados Parciais – Turma a Turma e por níveis de instrução da família

Discursos:

TURMA A

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Porque acham que é melhor para eu aprender; Porque ajuda a prevenir; Pois é importante os jovens estarem informados sobre tudo; Porque acham importante para podermos ser informados sobre o que eles conseguem explicar; Acham que ajudam bastante os jovens; Acham importante; Porque fica facilitada a sua tarefa; Porque acham importante para a nossa vida; Para as raparigas por exemplo, para nós os rapazes temos muito cuidado.”

NÃO - Nível de Instrução - Baixo

“Porque nunca lhes perguntei.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

“Porque nos vem ajudar; Porque acham que esta aula deve evitar certos problemas na adolescência; Porque acham importante.”

SIM - Nível de Instrução - Elevado

“Pelo mesmo motivo que eu.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

“Porque ajuda-nos a perceber mais sobre os métodos contraceptivos.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

“Para aprender mais alguma coisa.”

RAPARIGAS⁴⁸

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Para não cometermos nenhuma asneira; Para ensinar; Aham que assim os jovens podem ficar a conhecer mais coisas sobre a sexualidade; Para que no futuro esteja preparada e a educação sexual ajuda-nos psicologicamente.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

“Aham que é uma fonte de informação extra sobre a sexualidade para além da informação que eles nos dão.”

SIM - Nível de Instrução - Elevado

“Acho que sim porque por vezes mesmos os nossos pais desconhecem certos aspectos sobre a educação sexual. Era um modo de nos prevenir para os perigos deste.”

No que diz respeito ao discurso dos alunos da turma A, verificamos que, tanto os rapazes como as raparigas afirmaram que os seus pais concordam com a educação sexual. Declarando que os seus pais consideram que a educação sexual os informa e os previne contra os problemas ligados à sexualidade. De salientar o facto de que o único rapaz que respondeu negativamente a esta questão afirmou que nunca tinha questionado os seus pais.

TURMA B

RAPAZES⁴⁹

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Porque há certas perguntas que devem ser feitas a pessoas melhor preparadas para responder; Porque sabem que nos vai ajudar; Porque acho que eles querem sempre a nossa instrução; Acho que sim, mas não tenho a certeza, pois acho que eles pensam que devemos aprender coisas que eles não tiveram oportunidade de saber.”

⁴⁸ Duas raparigas de nível baixo responderam: não sei.

⁴⁹ Um aluno de nível médio alto não respondeu a esta questão, e um de nível elevado respondeu não sei

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Prevenir os alunos."

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Concordam porque "é de pequenino que se torce o pepino" e os nossos pais querem-nos totalmente prevenidos; Porque os jovens devem estar informados sobre esse tema uma vez que é bastante importante para a vida de uma pessoa... acho eu!; Porque assim podem nos ajudar."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque sim; Porque é fundamental, para a nossa vida, para não correr riscos."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Alto

"Sei lá."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Porque ajuda-nos a aprender a viver com o sexo; Porque ajuda a compreender melhor os problemas da sexualidade; porque assim não são só eles a alertar; Sim porque acima de tudo educam-nos."

RAPARIGAS⁵⁰

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Acho que sim porque já várias vezes disseram que é um tema que deveria ser falado."

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Porque ajuda-nos a esclarecer dúvidas que talvez eles não saibam explicar."

⁵⁰ Uma rapariga de nível Médio Alto não respondeu

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque acham que isso deve ser tratado com os colegas."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Alto

"Ficamos mais informados sobre alguns aspectos e outros em que não percebemos."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Porque têm vergonha de falar sobre esse assunto e deixam essa tarefa aos professores; Pois não têm muito à vontade para abordar esses temas na minha presença, e certamente gostavam de saber que todas as minhas dúvidas são esclarecidas da melhor maneira possível."

Face ao discurso dos alunos da turma B, verificamos que a maioria dos rapazes afirmou que os seus pais concordam com a educação sexual porque esta os informa e ajuda. Quanto às raparigas, a maioria também está de acordo com os rapazes, pois também corroboraram a ideia de que os seus pais consideram que a educação sexual as informa e ajuda a esclarecer as suas dúvidas. No entanto, salientam-se os casos de duas alunas que referiram que os pais não se sentem à vontade para falar sobre educação sexual e que esta deveria ser abordada na escola. É o caso de uma aluna que referiu que os pais já lhe disseram que a educação sexual deveria ser abordada na escola.

TURMA C

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Principalmente os pais que acham que tenham filhas. Acho que se preocupam mais do que aqueles que só tenham filhos; Tem a mesma opinião que eu. As pessoas devem de andar informadas sobre os perigos que podem acontecer; Porque a educação sexual na escola vai dar conhecimentos aos adolescentes e vai ajudá-los a perceber coisas que eles desconhecem, e eu penso que todos os pais concordam; É um meio de informar os jovens; Porque acham importante que os jovens adquiram a quantidade de informação necessária para não correrem riscos; Porque acham que é melhor para mim; Porque eles acham que nos podem trazer mais informação."

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

“Porque acham que assim ficamos bem cientes dos riscos que corremos mesmo que eles já nos tenham alertado para esses mesmos riscos.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

“Porque eles também têm filhos e embora achem que a educação começa em casa, a escola também deveria ter essa educação.”

RAPARIGAS⁵¹

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Porque acham importante; É uma maneira de nós filhos estarmos sempre informados mesmo por vezes essa informação não seja praticada. Por vezes os pais não têm a vontade de falar com os filhos. Porque acham que a escola tem um papel importante na formação dos jovens; Talvez porque eles têm vergonha de nos falar sobre o assunto e pensem que a escola nos pode ajudar; Para nos mantermos cada vez mais seguros ou protegidos das doenças ou até da gravidez na adolescência; Sim porque acham que é uma forma de os jovens estarem informados sobre a sexualidade.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

“Porque eles de certeza que não querem que eu cometa alguns erros por não saber informação sobre a sexualidade.”

Com o discurso dos alunos da turma C, constatamos que a totalidade dos alunos respondeu afirmativamente a esta questão. Os rapazes afirmaram que os seus pais concordam com a educação sexual, porque segundo eles, os pais consideram que a educação sexual vai informar e alertá-los para os perigos inerentes à sexualidade. Relativamente às raparigas, estas afirmaram que os seus pais concordam com a educação sexual, pois consideram que esta é importante, em virtude de esta as informar e alertar para os problemas que possam surgir em matéria de educação sexual. No entanto, salienta-se o caso de uma aluna que referiu que como os pais não se sentem à vontade para falar com os filhos sobre educação sexual, por isso concordam que esta temática seja abordada na escola.

⁵¹ Uma aluna de nível baixo respondeu sim mas não disse porquê. E outra não respondeu à questão e referiu que os pais nunca se manifestaram sobre esse assunto.

TURMA D

RAPAZES⁵²

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Porque ficamos a saber mais sobre o assunto; Porque acham que eu não estava a ser bem informado; Acham bem porque alerta os jovens para os problemas sexuais; Porque sim; Se os pais não falam com os filhos estes assuntos em casa deveriam ser falados na escola.”

NÃO - Nível de Instrução - Baixo

“Porque nunca foi necessário haver essa disciplina porque há outros meios para ser informados.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

“Porque assim já sabem e têm o mínimo dessa educação.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

“Porque temos de estar informados se não forem os pais a informar, existe alguém que o faça.”

RAPARIGAS⁵³

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Porque há certas coisas que os pais não gostam de falar com os filhos; Porque para além da informação dada pelos nossos pais, também pensam que a ajuda de profissionais é necessária; Porque também compete à escola abordar o assunto da sexualidade; Acho que sim, já que não se fala deste assunto em casa, é sempre bom saber que é falado na escola para nos alertar sobre todos os problemas; Porque nos tiram dúvidas, etc.; Porque acham que é importante na nossa idade, termos educação sexual na escola.”

⁵² Um aluno de nível elevado respondeu: não sei, “porque não sei se eles concordam.”

⁵³ Duas raparigas de níveis baixo responderam: uma não sei e a outra não respondeu.

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Porque normalmente o assunto da sexualidade ainda é um tabu e a maioria dos pais não tem coragem para abordar esse tema connosco. A ajuda exterior é melhor; Porque embora eles falem em casa, eles sabem que na escola nos podem explicar melhor."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque ajuda a um melhor conhecimento sobre assuntos que a minha mãe pode não esclarecer tão bem; Porque acham que é um tema bastante importante, principalmente na nossa idade. E pelo facto de nos alertarem para o mundo da realidade."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Pois é sempre uma boa forma da sociedade mudar para melhor."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Como tenho uma excelente relação com os meus pais, e como eles estão a par de toda a minha situação não acham necessário."

Relativamente à turma D, aferimos que a maioria dos rapazes afirmou que os seus pais concordam com a educação sexual. Segundo eles, os pais consideram que esta vai informar e alertar os seus filhos para certos problemas da sexualidade. Salienta-se, o caso de um aluno que referiu o contrário justificando que existem outros meios de informação, e que nunca existiu nenhuma disciplina e nem é necessária.

Comparativamente, as raparigas argumentaram que os seus pais concordam com a educação sexual, porque segundo elas, os seus pais consideraram que esta é importante e informa os jovens e pode complementar o papel dos pais, ou até fazer o papel destes, pois nem todos têm oportunidade de falar com os seus pais. Salienta-se ainda, o caso de uma aluna, que referiu os pais não consideram ser importante a educação sexual na escola porque mantêm uma boa relação com os pais e estes estão a par de toda a sua situação.

Questão 3 - Achas que os pais/encarregados de educação deviam ser ouvidos para a escolha dos assuntos a tratar na educação sexual?⁵⁴

Dados Globais:

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|-----------------------|------------|----------|
| Sim | 51 | 56% |
| Não | 37 | 41% |
| Não Respondeu | 6 | 7% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 66 - Dados dos Alunos da Questão 5.3.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 31 | 58% |
| Não | 20 | 38% |
| Não respondeu | 2 | 4% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 67 - Dados dos Rapazes da Questão 5.3.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 20 | 53% |
| Não | 17 | 45% |
| Não respondeu | 1 | 3% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 68 - Dados das Raparigas da Questão 5.3.

Os dados expressos nos quadros 66, 67 e 68 mostraram que mais de metade dos alunos considerou que os seus pais deveriam ser ouvidos para a escolha dos temas a tratar em educação sexual. De referir que a percentagem nos rapazes (58%) é superior face à das raparigas (53%).

⁵⁴ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 5.3. - Achas que os pais/encarregados de educação deviam ser ouvidos para a escolha dos assuntos a tratar na educação sexual? Sim? Não? Porquê?

Dados Parciais - Turma a Turma

Discursos:

TURMA A

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Não justificou; Pois os pais podem não gostar de algum assunto; Porque assim estavam a par dos conhecimentos e das dúvidas dos filhos; Acho que têm uma opinião a dar; Davam melhor opinião; Porque eles têm mais experiência; Porque podiam haver assuntos que os nossos pais não gostassem."

NÃO - Nível de Instrução - Baixo

"Não faço ideia; Porque temos que ser nos próprios a escolher; Porque os filhos normalmente querem saber sobre tudo; Porque os jovens é que sabem o que querem."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque eles têm mais experiência; Deviam dar a sua opinião, em conjunto com os psicólogos."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque nós é que sabemos da nossa vida."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Para dar a sua opinião."

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Também ficam a perceber melhor."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Baixo

“Porque tem que trabalhar.”

Face às respostas dos rapazes da turma A, constatamos que as opiniões divergem. Assim, os rapazes que responderam afirmativamente argumentam que os seus pais têm experiência, têm uma opinião a dar, compreendem melhor os problemas e as dúvidas dos seus filhos. Salienta-se ainda o caso de dois alunos que referiram que os pais deveriam ser ouvidos na escolha dos temas, na medida em que, poderão existir assuntos que estes não queiram ver abordados em educação sexual. Quanto aos alunos que responderam negativamente, argumentam que são eles que têm de escolher pois é um assunto que lhes diz respeito.

RAPARIGAS⁵⁵

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Não justificou; Para falar com os filhos; Porque como são nossos pais sabem o que é melhor para nós.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

“Eles conhecem-nos bem e podem ser eles a darmos os temas a tratar na educação sexual.”

SIM - Nível de Instrução - Elevado

“Sim, porque sendo nos menores de idade os nossos pais apresentam um papel relevante na nossa vida. Assim também estaríamos perante uma diversidade de temas já que os pais poderiam sugerir vários temas.”

A totalidade das raparigas menciona que os pais deveriam ser ouvidos na escolha dos temas referentes à educação sexual, argumentando que os pais sabem o que é melhor para os seus filhos e podem desta forma sugerir temas. E também pelo facto de serem menores, realçando a importância dos pais na sua vida e na sua educação.

⁵⁵ Duas raparigas do nível baixo responderam: não sei e uma não respondeu.

TURMA B

RAPAZES⁵⁶

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Para que saibam falar com os filhos; Para saber com aquilo que os seus educandos vão contar; Para darem a sua opinião acerca disso."

NÃO - Nível de Instrução - Baixo

"Não respondeu; pois acho que censuram um bocado os temas."

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

"Porque eles poderiam dar novas ideias; Normalmente, mas nem sempre, eles sabem o que é melhor para nós."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque sim."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque não estou para os aturar também na escola."

SIM – Nível - Elevado

"Não sei dizer, desculpe; Para ajudar a alertar obre as DST e a gravidez."

NÃO - Nível de Instrução - Elevado

"Não sei; Porque quem vai aprender são os alunos não os pais; Porque na época dos nossos pais não havia educação sexual na escola, logo tem outra maneira de pensar."

⁵⁶ Um aluno de nível médio alto não respondeu ,outro do mesmo nível respondeu apenas sim e outro de nível médio baixo apenas respondeu não.

Quanto aos rapazes da turma B, verificamos que os que responderam afirmativamente argumentam que os seus pais ao serem ouvidos na escolha dos temas podem vir a ajudá-los e simultaneamente ficariam informados sobre os temas que se tratam nesta temática na escola. Por seu lado os que responderam negativamente argumentam que os temas são uma escolha deles e não dos seus pais. Considerando ainda, que possam eventualmente vir a existir temas que eles queiram ver abordados em educação sexual e podem não estar de acordo os dos pais.

RAPARIGAS⁵⁷

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Mas sinceramente nunca pensei nisso."

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Porque os pais querem o melhor para os filhos e os professores também e assim todos podiam chegar a um acordo."

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

"Nunca pensei nisso."

NÃO - Nível de Instrução - Médio Alto

"Acho que devem ser tratados todos os assuntos mais problemáticos."

SIM - Nível de Instrução - Elevado

"Porque eles devem mostrar a sua opinião e exprimir-se livremente. Dizem a estranhos o que não conseguem dizer aos filhos."

NÃO - Nível de Instrução - Elevado

"Pois todos os temas devem ser abordados mesmo que os nossos pais não "aceitem."

⁵⁷ Uma aluna médio alto respondeu não mas não justificou

Quanto às raparigas, verificamos que a maioria é da opinião que os pais deveriam ser ouvidos na escolha dos temas, argumentando que estes querem o melhor para os seus filhos. Também pelo facto de existirem pais que não conseguem falar abertamente com os filhos e assim sentem-se mais à vontade. Relativamente, às que responderam o contrário, argumentam que devem ser abordados todos os temas, em especial os mais problemáticos, independente da opinião dos seus pais.

TURMA C

RAPAZES

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Há muitos pais que não falam abertamente de sexo com os filhos pois os pais deles também nunca lhes falaram; Para dar alguns exemplos, ou para ajudar; Porque eles devem dar a sua opinião, porque trata-se dos seus filhos; Porque eles também têm o direito de dar a sua opinião sobre o assunto; Porque eles são os encarregados de educação e têm o direito de dar a sua opinião; Porque por vezes os pais não conseguem falar com os filhos sobre alguns assuntos, e assim a educação sexual pode falar sobre esses assuntos.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Baixo

“Porque escolheria aqueles que tem mais interesse.”

NÃO - Nível de Instrução – Baixo

“Porque a pessoa está encarregada de transmitir esse assunto deve saber o que faz e os pais acho que não são de muita ajuda; “Eu penso que não porque os jovens gostam de saber tudo.”

Relativamente aos rapazes, da turma C, verificamos que os que responderam afirmativamente a esta questão referiram que os seus pais têm o direito de dar a sua opinião. Destacando que a participação dos seus pais na escolha dos temas a abordar em educação sexual pode vir a ajudar os mesmos a falar abertamente com os seus filhos sobre esta temática. Por seu lado, os que responderam negativamente referem que os seus pais podem não ser uma boa ajuda e confiam em quem vai abordar os temas, e também pelo facto de existirem temas que os pais possam não querer ver abordados e os jovens sim.

RAPARIGAS⁵⁸

SIM - Nível de Instrução - Baixo

“Porque assim os assuntos que iriam ser abordados seriam de acordo com o que eles querem; Porque muitos pais não concordam; Há muitos pais que não falam abertamente de sexo com os filhos pois os seus pais nunca lhes falaram.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Médio

“Porque depois em casa eles também podem dar a sua opinião sobre o assunto e falar abertamente comigo.”

NÃO - Nível de Instrução - Baixo⁵⁹

“Porque normalmente os alunos é que deveriam escolher os temas; já que são eles que os vão tratar na educação sexual; porque Portugal é um país com pessoas extremamente conservadoras; Porque a pessoa que está encarregue de transmitir esse assunto deve saber o que faz, e os pais acho que não são de muita ajuda.”

Relativamente às raparigas, verificamos que as que responderam afirmativamente argumentam que os seus pais, ao participarem na escolha dos temas podem vir a ser uma mais-valia, pelo facto de em casa estes virem a falar de assuntos relacionados com esta temática, considerando ainda que os temas que possam vir a ser abordados são do seu consentimento. Quanto às que não concordam, dizem que quem deve escolher os temas são os alunos, arguindo que os pais podem não ser uma boa ajuda.

⁵⁸ Uma aluna do nível baixo não respondeu.

⁵⁹ Uma aluna não referiu o porquê?

TURMA D⁶⁰

RAPAZES⁶¹

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Para eles saberem o que dizer aos filhos; Para tentar ajudar os filhos da melhor forma; Porque assim em casa já não tinham de abordar connosco esse assunto; Para saber do que vamos falar."

Não - Nível de Instrução - Médio Baixo

"Porque deve-se falar dos temas da actualidade e não dos assuntos que as pessoas querem."

Não - Nível de Instrução - Médio Alto

"Porque se eles não querem informar os filhos que deixem os professores fazer o trabalho."

Não - Nível de Instrução - Baixo

"Porque só os alunos é que deveriam escolher os assuntos, pois são eles que têm as dúvidas; Deve ser escolhido por pessoas entendidas da matéria."

Relativamente à opinião dos rapazes desta turma, verificamos que uma grande parte não concorda com a ideia dos pais serem ouvidos, porque segundo eles são os alunos quem devem escolher os temas. Quanto aos que responderam afirmativamente, dizem que assim os seus pais ficam a saber do que se vai falar e podem vir a abordar desta temática com os seus filhos.

RAPARIGAS

SIM - Nível de Instrução - Baixo

"Porque acho que pode contribuir para uma melhor aprendizagem; Acho que tudo que está ligado à nossa educação deve ser comunicado aos pais; Sim, porque assim aprendiam mais coisas; Porque podiam esclarecer as dúvidas que necessitavam."

⁶⁰ Um rapaz do nível elevado não Respondeu ao porquê?

⁶¹ Um rapaz do Nível Baixo não respondeu

NÃO - Nível de Instrução - Baixo⁶²

“Porque acho que isso é uma escolha dos alunos, e são os alunos que escolhem se querem ou não tratar de assuntos sobre a educação sexual” Eu acho que eles devem confiar nos assuntos que serão falados; Porque não me sinto a vontade para falar com eles sobre esse assunto.”

NÃO – Nível - Médio Médio

“Porque nós temos mais direito de ser informados de tudo na escola, não são os pais que vão escolher os temas; Porque eles são muito reservados quando se trata em relação aos filhos. Com certeza que nos poupariam a muitos dos pormenores do tema.”

SIM - Nível de Instrução - Médio Alto

“Porque para eles podem sempre existir problemas que eles achem que não devem ser falados; Porque iriam ser abordados os temas que os pais tivessem menos à vontade para falar.”

SIM - Nível de Instrução - Elevado

“Porque acho que eles mais do que ninguém sabem dos nossos problemas.”

NÃO - Nível de Instrução - Médio Baixo

“Não, como tenho uma excelente relação com os meus pais e como eles estão a par de toda a minha situação não acho necessário.”

Em relação ao discurso das raparigas, verificamos que as que responderam afirmativamente argumentam que os seus pais devem estar informados no que respeita à educação dos seus filhos. Segundo elas, são os pais quem melhor conhece os seus filhos, referindo também que a participação dos seus pais é importante porque podem existir temas que os seus pais não concordem. As que responderam negativamente referem que é uma escolha dos alunos e, por sua vez, os pais devem confiar na escolha dos seus filhos.

Relativamente, à participação dos pais, convém realçar a ideia do Grupo de Trabalho em Educação Sexual, nomeadamente a que é expressa no seu Relatório Preliminar sobre Educação Sexual, no qual este considera que *“Os pais e encarregados de educação deverão estar em contacto permanente com a planificação e execução desta área, numa perspectiva de colaboração com a escola*

⁶² Uma aluna não referiu o porquê?

responsável. A participação dos pais é considerada crucial para o êxito deste conjunto de propostas, (R.P.2005:4). Esta opinião foi partilhada por 56% dos alunos inquiridos.

1.2.4. Dimensão 4 - Políticas de Educação Sexual

Questão 1 - Achas que os alunos deviam ser ouvidos para a escolha dos assuntos a tratar na educação sexual?⁶³

Dados Globais

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|----------------|-----|------|
| Sim | 69 | 76% |
| Não | 16 | 18% |
| Não Sei | 1 | 1% |
| Não Respondeu | 5 | 5% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 69 - Dados dos Alunos da Questão 6.4.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|-----|------|
| Sim | 36 | 68% |
| Não | 13 | 25% |
| Não Sei | 1 | 2% |
| Não respondeu | 3 | 6% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 70 - Dados dos Rapazes da Questão 6.4.

| Rapariga | N | % |
|---------------|----|------|
| Sim | 33 | 87% |
| Não | 3 | 8% |
| Não Sei | 0 | 0% |
| Não respondeu | 2 | 5% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 71 - Dados das Raparigas da Questão 6.4.

Os dados expressos nos quadros 69, 70 e 71 mostram que 76%) dos alunos inquiridos, consideraram importante a sua participação na escolha dos assuntos a tratar em educação sexual. Deve-se salientar o facto de 87% das raparigas responderem afirmativamente a esta questão.

Relativamente à participação dos alunos, o Grupo de Trabalho em Educação Sexual refere que: *“A participação dos alunos e a sua capacitação permanente deverão estar presentes em todas as fases*

⁶³ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.4. Achas que os alunos deviam ser ouvidos para a escolha dos assuntos a tratar na educação sexual?

de aprendizagem desta nova área curricular”(R.P,2005:4), verifica-se novamente que a opinião dos alunos está de acordo com a do Grupo, na medida em que 76% dos alunos responderam que devem ser ouvidos na escolha dos assuntos a abordar em educação sexual.

Questão 2 - Que temas gostarias de ver abordados em educação sexual? Porquê?⁶⁴

Dados Parciais

TURMA A

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 9 | 52% |
| DST e Gravidez | 1 | 6% |
| DST e Sexualidade | 3 | 18% |
| Não Sabe | 2 | 12% |
| Não respondeu | 2 | 12% |
| Total | 17 | 100% |

Quadro 72 - Dados dos Rapazes da Turma A da Questão 6.5.

| Temas preferidos das Raparigas | N.º | % |
|---------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 1 | 14% |
| DST e Métodos | 4 | 58% |
| Sexualidade | 2 | 28% |
| Total | 7 | 100% |

Quadro 73 - Dados das Raparigas da Turma A da Questão 6.5.

Os dados expressos nos quadros 72 e 73, mostram que uma grande parte dos alunos da turma A gostava de ver abordado em educação sexual todos os temas, contudo verifica-se que as doenças sexualmente transmissíveis e a gravidez são os temas mais escolhidos pelos adolescentes inquiridos.

⁶⁴ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.5. Que temas gostarias de ver abordados em Educação Sexual? Porquê?

TURMA B

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 10 | 59% |
| DST e Gravidez | 3 | 18% |
| Não Respondeu | 4 | 23% |
| Total | 17 | 100% |

Quadro 74 - Dados dos Rapazes da Turma B da Questão 6.5.

| Temas preferidos das Raparigas | N.º | % |
|---------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 2 | 25% |
| DST e Gravidez | 2 | 25% |
| Não Respondeu | 4 | 50% |
| Total | 8 | 100% |

Quadro 75 - Dados das Raparigas da Turma B da Questão 6.5.

Analisando os resultados da turma B, verifica-se que mais de metade (59%) dos rapazes inquiridos gostavam de ver abordados em educação sexual todos os temas. Quanto às raparigas salienta-se o facto de metade das raparigas não responderem a esta questão. Verifica-se ainda, tal como na turma anterior, que as doenças sexualmente transmissível é o tema mais mencionado pelos adolescentes inquiridos.

TURMA C

| Temas preferidos das Raparigas | N.º | % |
|---------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 1 | 7% |
| Sexualidade | 4 | 29% |
| DST e Gravidez | 6 | 43% |
| Métodos | 1 | 7% |
| Não Respondeu | 2 | 14% |
| Total | 14 | 100% |

Quadro 76 - Dados dos Rapazes da Turma C da Questão 6.5.

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 1 | 10% |
| DST e Métodos | 4 | 40% |
| Não Respondeu | 5 | 50% |
| Total | 10 | 100% |

Quadro 77 - Dados das Raparigas da Turma C da Questão 6.5.

Relativamente à turma C, corrobora-se novamente que as doenças sexualmente transmissíveis são o tema mais escolhido por estes.

TURMA D

| Temas preferidos dos Rapazes | N.º | % |
|-------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 4 | 44% |
| DST | 3 | 34% |
| DST e Métodos | 2 | 22% |
| Total | 9 | 100% |

Quadro 78 - Dados dos Rapazes da Turma D da Questão 6.5.

| Temas preferidos das Raparigas | N.º | % |
|---------------------------------------|------------|----------|
| Todos | 3 | 34% |
| DST e Métodos | 1 | 11% |
| DST e Gravidez | 4 | 44% |
| Não Respondeu | 1 | 11% |
| Total | 9 | 100% |

Quadro 79 - Dados das Raparigas da Questão 6.5.

Na turma D, verificamos que os rapazes preferem ver abordado, em educação sexual, as doenças sexualmente transmissíveis e os métodos contraceptivos. Quanto às raparigas as doenças sexualmente transmissíveis, a gravidez e a sexualidade são os temas mais seleccionados por estas.

No que concerne aos temas a serem abordados em educação sexual verificamos que os temas preferidos, quer pelos rapazes quer pelas raparigas correspondem aos que são propostos pelo Grupo de Trabalho em Educação Sexual, na medida em que este propõe como conteúdos a abordar em educação para o ensino secundário: “*(...) tendências na idade de início das relações sexuais, métodos contraceptivos disponíveis e utilizados, razões do seu falhanço e não uso, evolução e consequências nas taxas de gravidez e aborto, aspectos relacionados com a incidência e sequelas das infecções sexualmente transmissíveis (incluindo a infecção por VIH e HPV, sua prevenção e suas consequências*” (R.F.2007:22). E com os que são propostos na Lei n.º 120/99, que reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva, que aborda temas tais como: a promoção da educação sexual e saúde reprodutiva, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, planeamento familiar e interrupção voluntária da gravidez.

Questão 3- Achas que a educação sexual deveria ser obrigatória ou facultativa?⁶⁵**Dados Globais**

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|-----------------------|------------|----------|
| Facultativa | 53 | 58% |
| Obrigatória | 36 | 40% |
| Não Respondeu | 2 | 2% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 80 - Dados dos Alunos da Questão 6.6.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Facultativa | 30 | 57% |
| Obrigatória | 22 | 42% |
| Não Respondeu | 1 | 2% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 81 - Dados dos Rapazes da Questão 6.6.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Facultativa | 23 | 61% |
| Obrigatória | 14 | 37% |
| Não Respondeu | 1 | 3% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 82 - Dados das Raparigas da Questão 6.6.

Os dados expressos nos quadros 80, 81 e 82 mostram que 58% dos alunos inquiridos gostariam que a educação sexual fosse facultativa. Quanto à obrigatoriedade da disciplina, averiguamos que é maior a percentagem dos rapazes (42%) do que das raparigas (37%). Com estes resultados constatamos que a opinião dos alunos, não está de acordo com a proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação Sexual, pois este propõe que a educação para a saúde seja uma área de carácter obrigatório desde o 2.º ciclo até à conclusão do Secundário (GTES, 2007,36).

⁶⁵ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.6. Achas que a Educação Sexual deveria ser obrigatória ou facultativa? Porquê?

Questão 4 - Se a educação sexual fosse facultativa, qual era a tua opção? Porquê?⁶⁶**Dados Globais**

| Rapaz/ Rapariga | N.º | % |
|------------------------|------------|----------|
| Sim | 58 | 64% |
| Não | 9 | 10% |
| Não Sei | 9 | 10% |
| Não Respondeu | 15 | 16% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 83 - Dados dos Alunos da Questão 6.7.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 30 | 57% |
| Não | 8 | 15% |
| Não Sei | 8 | 15% |
| Não Respondeu | 7 | 13% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 84 - Dados dos Rapazes da Questão 6.7.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 27 | 71% |
| Não | 1 | 3% |
| Não Sei | 2 | 5% |
| Não Respondeu | 8 | 21% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 85 - Dados das Raparigas da Questão 6.7.

Face aos dados expressos nos quadros 82, 83 e 84 verificamos que, caso a educação sexual fosse uma disciplina facultativa, a maioria (64%) dos alunos inquiridos frequentariam a mesma. De realçar que a percentagem de raparigas (71%) que frequentariam a disciplina é muito maior relativamente à dos rapazes (57%).

⁶⁶ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.7. Se a Educação Sexual fosse facultativa, qual era a tua opção? Porquê?

Questão 5 - Achas que deveria existir uma disciplina só para tratar da educação sexual?**Sim? Não? Porquê?**⁶⁷**Dados Globais:**

| Rapaz/ Rapariga | N.º | % |
|------------------------|------------|----------|
| Sim | 70 | 77% |
| Não | 19 | 21% |
| Não Respondeu | 3 | 3% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 86 - Dados dos Alunos da Questão 6.8.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 36 | 68% |
| Não | 15 | 28% |
| Não respondeu | 2 | 4% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 87 - Dados dos Rapazes da Questão 6.8.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 34 | 89% |
| Não | 4 | 11% |
| Não respondeu | 1 | 3% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 88 – Dados das Raparigas da Questão 6.8.

Os dados expressos nos quadros 86, 87 e 88 mostram que uma grande parte dos alunos inquiridos (77%), reivindicam uma disciplina para abordar a temática da educação sexual. Sendo que a maioria (89%) das raparigas inquiridas responderam afirmativamente a esta questão. Verificamos que a opinião dos alunos não é partilhada com a do Grupo de Trabalho de Educação Sexual, pois estes propõem que a educação sexual seja incluída, obrigatoriamente, numa área mais vasta, Educação para a Saúde, que deverá ser incluída nas áreas curriculares não disciplinares (Área de Projecto, Formação Cívica, Estudo Acompanhado ou Opção de Escola).

⁶⁷ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.8. Achas que deveria existir uma disciplina só para tratar da educação sexual? Sim? Não? Porquê?

Questão 6- Achas que a educação sexual deve estar incluída no programa de outra disciplina? Sim? Não? Porquê?⁶⁸

Dados Globais:

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|-----------------------|------------|----------|
| Sim | 25 | 27% |
| Não | 62 | 68% |
| Não Respondeu | 4 | 4% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 89 - Dados dos Alunos da Questão 6.9.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 15 | 28% |
| Não | 35 | 66% |
| Não respondeu | 3 | 6% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 90 - Dados dos Rapazes da Questão 6.9.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 10 | 26% |
| Não | 27 | 71% |
| Não respondeu | 1 | 3% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 91 - Dados das Raparigas da Questão 6.9.

Os dados expressos nos quadros 89, 90 e 91 mostram que uma grande parte dos alunos (68%) discorda da inclusão da educação sexual numa outra disciplina, sendo novamente a percentagem das raparigas (71%) superior à dos rapazes (66%).

⁶⁸ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.9. Achas que a educação sexual deve estar incluída no programa de outra disciplina? Sim? Não? Porquê?

Questão 7- Consideras suficiente a proposta da criação de Gabinetes de Atendimento e Apoio aos alunos, em parceria com os centros de saúde? (proposta do Ministério da Educação).⁶⁹

Dados Globais:

| Rapaz/Rapariga | N.º | % |
|-----------------------|------------|----------|
| Sim | 40 | 44% |
| Não | 46 | 51% |
| Não Respondeu | 5 | 5% |
| Total | 91 | 100% |

Quadro 92 - Dados dos Alunos da Questão 7.

| Rapaz | N.º | % |
|---------------|------------|----------|
| Sim | 27 | 51% |
| Não | 23 | 43% |
| Não respondeu | 3 | 6% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 93 - Dados dos Rapazes da Questão 7.

| Rapariga | N.º | % |
|-----------------|------------|----------|
| Sim | 13 | 34% |
| Não | 23 | 61% |
| Não respondeu | 2 | 5% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 94 - Dados das Raparigas da Questão 7

Face a esta questão verificamos que metade (51%) dos alunos inquiridos não considerou suficiente a proposta do Ministério da Educação. De referir que a percentagem nas raparigas (61%) é bastante superior à dos rapazes (43%).

⁶⁹ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: 7. O Ministério da Educação pretende abordar a educação sexual nas escolas numa perspectiva de Educação para a Promoção da Saúde. E para o ensino Secundário prevê apenas a criação de Gabinetes de Atendimento e Apoio aos alunos, em parceria com os centros de saúde. 7.1. Consideras esta medida do Ministério da Educação suficiente?

Questão 8 - O que achas que podes ganhar com uma boa educação sexual na escola?⁷⁰**Dados Parciais:**

| Rapazes | N.º | % |
|----------------------------------|------------|----------|
| Preparar contra as DST | 12 | 23% |
| Não Respondeu | 11 | 21% |
| Informado para não correr riscos | 10 | 19% |
| Muito | 7 | 12% |
| Preparar para os problemas | 5 | 9% |
| Nada | 4 | 8% |
| Futuro melhor | 1 | 2% |
| Aprender mais | 1 | 2% |
| Evitar gravidez | 1 | 2% |
| Ensinar os filhos mais tarde | 1 | 2% |
| Total | 53 | 100% |

Quadro 95 - Dados dos Rapazes da Questão 6.10.

| Raparigas | N.º | % |
|--|------------|----------|
| Informada contras as DST, métodos e gravidez | 16 | 42% |
| Preparar para a vida | 10 | 26% |
| Não Respondeu | 7 | 18% |
| Aprender mais | 2 | 5% |
| Mais segurança | 1 | 3% |
| Não cometer erro | 1 | 3% |
| Saúde | 1 | 3% |
| Total | 38 | 100% |

Quadro 96 - Dados das Raparigas da Questão 6.10.

Os dados expressos nos quadros 94, 95 e 96 mostram que os alunos consideraram importante ter uma boa educação sexual na escola. Afirmando-se que se sentem mais informados relativamente as doenças sexualmente transmissíveis e aos métodos contraceptivos. Consideraram-se ainda melhor preparados para enfrentar os problemas relativos à sexualidade, e deste modo, futuramente correrão menos riscos e terão um futuro melhor. De realçar que dos 53 rapazes inquiridos 11 não responderam a esta questão.

Recorda-se no final deste capítulo que, toda pesquisa empírica foi organizada de modo a dar resposta a um conjunto de itens estruturantes, nomeadamente à problemática da educação sexual na

⁷⁰ Nota: Estes resultados correspondem à seguinte questão do questionário: Questão 6.10. Para a tua vida, o que achas que podes ganhar com uma boa educação sexual na escola?

escola pública portuguesa e ao objectivo central desta pesquisa que era: recolher dados empíricos que permitissem compreender e analisar a temática da educação sexual na escola pública portuguesa a partir dos relatos e das perspectivas de um grupo de alunos do 10.º ano de escolaridade, bem como na procura de resposta às questões orientadoras da investigação.

Assim, podemos inferir que os resultados de investigação respondem claramente ao problema de investigação, na medida em que da análise dos questionários (ou seja, da análise dos discursos dos actores), efectuado aos 91 alunos, do 10.º ano, de uma escola pública portuguesa, foi possível reconhecer algumas posições dos alunos inquiridos, que serão expostas de seguida. Os alunos vêem a sexualidade como um dos problemas que têm que enfrentar nos dias de hoje. Consideram de todo importante, que se aborde a temática da educação sexual na escola pública portuguesa. A maioria dos alunos inquiridos, lamentou a falta de conhecimentos, informação, nomeadamente sobre os métodos contraceptivos e sobre as doenças sexualmente transmissíveis; bem como a ausência de diálogo por parte dos pais. Uma grande parte dos alunos considerou que a escola deve desempenhar um papel fundamental na área da educação sexual. Alguns alunos reconhecerem que não se sentem à vontade para falar sobre esta temática com os seus pais. Outros referiram que os pais não falam, porque não querem não querem ou porque também, por vezes, não têm tempo para conversarem com os filhos.

Quanto, à idade em iniciar a educação sexual, apuramos que, se situa, numa grande parte, com a entrada no 2.º ciclo (5.º ano de escolaridade), pois segundo eles é nesta fase que começam a ter problemas com a sexualidade, nomeadamente com a entrada na adolescência. Constatamos ainda que os jovens querem que a educação sexual seja implementada nas escolas como uma disciplina de carácter facultativo.

A resposta à primeira questão⁷¹, confirma que, efectivamente, faz todo o sentido trabalhar na escola pública a temática da educação sexual, uma vez que é essa a vontade dos alunos inquiridos, e também pelo facto de estes acharem-na benéfica nas escolas (ver resultados das questões: três, cinco, seis da dimensão um).

No que concerne à resposta à segunda questão orientadora⁷², permite-nos confirmar que na realidade o que é proposto, pelo Ministério da Educação, em matéria de educação sexual, para a escola pública portuguesa, nomeadamente os conteúdos a abordar, estão de acordo com os problemas

⁷¹ Faz sentido trabalhar a educação sexual na escola pública portuguesa?

⁷² Existe alguma correspondência entre os programas e as orientações oficiais (Ministério da Educação) para a educação sexual na escola pública portuguesa e os problemas evidenciados pelos alunos?

mencionados pelos jovens inquiridos (ver resultados das questões um e dois da dimensão um e as questões cinco e seis da dimensão um).

A resposta à terceira questão orientadora⁷³ confirma que, na realidade, os alunos inquiridos concordam com a inclusão curricular da educação sexual na escola pública portuguesa, pois quase a totalidade, considerou importante ter educação sexual, dado que esta os informa e os prepara para os problemas que possam vir a ter nesta matéria, designadamente na prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e no conhecimento dos métodos contraceptivos. E também, pelo facto de estes considerarem que com a educação sexual na escola, alguns jovens possam vir a ter ajuda nesta temática, pois segundo eles existem casos em que os jovens não têm a ajuda dos pais ou estes não se sentem a vontade para falar com os seus filhos sobre esta temática. Quanto, à inclusão da educação sexual na escola pública, os alunos pretendem ser ouvidos na escolha dos assuntos a abordar em educação sexual. Esta deve ser implementada como uma disciplina, de carácter facultativo. Relativamente, à inclusão da educação sexual no programa de outra disciplina, verifica-se através das respostas dos alunos, que uma grande parte dos alunos discorda dessa opinião.

No que concerne à participação dos encarregados de educação na escolha dos assuntos a abordar em educação sexual, verificamos também, que os alunos estão divididos, sendo superior à percentagem de alunos que concorda com a participação dos mesmos relativamente à que discorda (ver resultados das questões um, dois, três, quatro, cinco, seis da dimensão quatro).

A resposta à quarta questão orientadora⁷⁴ permite-nos confirmar que os jovens, ao longo da sua escolaridade, tiveram alguma experiência lectiva em matéria de sexualidade na escola pública portuguesa. Assim, abordaram alguns conteúdos de educação sexual, nomeadamente nas disciplinas de Ciências e nas Áreas Curriculares Não Disciplinares e no 6.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade (ver resultados das questões um, dois, três, da dimensão dois).

⁷³ O que pensam os jovens sobre a implementação curricular da educação sexual na escola?

⁷⁴ Qual é a experiência lectiva desses jovens nesta matéria ao longo da sua escolaridade?

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

Uma vez finalizado este trabalho de investigação impõe-se traçar de algumas conclusões que, embora parciais, serão as possíveis dentro das várias limitações impostas a um trabalho desta natureza, englobando também restrições de ordem pessoal.

Uma primeira conclusão possível deste trabalho de investigação é a consensualidade, por parte dos alunos inquiridos, sobre a necessidade, dentro da escola pública portuguesa, da abordagem da educação sexual. Opinião que é partilhada pelo Grupo de Trabalho de Educação Sexual, que refere, no Relatório Preliminar, a importância da Promoção e Educação para a Saúde na escola do 1.º ao 12.º ano de escolaridade e que a Educação para a Saúde deve ser obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino, integrando o Projecto Educativo da Escola.

Através dos discursos dos jovens verificamos ainda que existe uma relação entre o que é efectivamente proposto pela tutela, Ministério da Educação, para abordagem da educação sexual na escola pública, nomeadamente nos conteúdos abordar e os conteúdos que os jovens pretendem ver abordado em educação sexual. Constatamos ainda que, no discurso dos jovens existiu uma contradição, na medida em que, na sua maioria, reivindica uma disciplina para abordar a educação sexual nas escolas, mas quando questionados sobre a obrigatoriedade da mesma, constatamos que apenas 40% dos alunos inquiridos, querem que a educação seja de carácter obrigatório.

Deste estudo parece ficar bem claro que os jovens ao longo do seu percurso escolar, na escola pública portuguesa, tiveram alguma experiência lectiva em matéria de educação sexual, e é no 6.º e 9.º ano de escolaridade que se verificou uma maior incidência. Relativamente às disciplinas, em que os alunos abordaram esta temática, verificamos que é sem dúvida, nas disciplinas de Ciências da Natureza e nas Áreas Interdisciplinares. As doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos, a gravidez e a sexualidade são os temas que os alunos mais abordaram, ao longo do seu percurso escolar. De uma forma geral, gostaram de todos os temas que abordaram na escola, sendo, no entanto as doenças sexualmente transmissíveis e os métodos contraceptivos, são tema que mais agradou, quer os rapazes quer as raparigas.

Uma outra conclusão possível é de que a leccionação da educação sexual na escola é fundamental no desenvolvimento dos adolescentes, na construção da identidade, na medida em que facilita uma melhor socialização e também uma melhoria nas relações interpessoais e familiares. Pode também promover uma melhor e mais saudável vivência da sexualidade, em virtude de que a educação sexual promove o desenvolvimento de competências essenciais nos adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da execução deste trabalho deparei-me com certos constrangimentos entre o projecto de dissertação e a vida profissional, na medida em que as mudanças ultimamente introduzidas no sistema de ensino em Portugal requerem cada vez mais o professor a tempo inteiro na escola. E também pelo facto de me encontrar em início da carreira e de ter que leccionar em mais do que uma escola constituiu um entrave na elaboração deste projecto.

Recorda-se igualmente que tratando-se de um estudo de caso os seus resultados não podem ser estatisticamente generalizados ao conjunto dos adolescentes portugueses. Admite-se, no entanto, a possibilidade de que a realidade retratada nesta pesquisa pode ser partilhada nos vários contextos sociais e culturais em que se movem os adolescentes.

Na minha perspectiva, os resultados de investigação fundamentam as seguintes implicações: em termos de políticas educacionais deve-se sem dúvida, em Portugal, apostar na educação sexual, pois os dados obtidos demonstraram, por parte dos alunos, certas carências em alguns conhecimentos relacionados com esta temática. Em termos pedagógicos, os resultados apontam para que efectivamente se aposte na formação dos professores, nos métodos e técnicas em tornar a educação sexual numa área interessante para os alunos, e também se deve ter em conta a participação dos pais de modo a melhorar o relacionamento entre os pais e os filhos.

Termino o trabalho com a convicção de que continua a ser importante realizar mais pesquisa e investigação sobre esta temática em Portugal, nomeadamente na investigação sobre os problemas que a modernidade coloca à juventude em relação à sexualidade. Importante também seria fazer um estudo sobre o posicionamento dos pais, fazendo distinção entre os diferentes tipos de famílias e classes sociais, relativamente à educação sexual. Igualmente seria de todo importante a realização de um inquérito por questionário a nível nacional a todos os jovens sobre a educação sexual. Por fim, também a realização de um estudo sobre o papel da família na formação sexual dos seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, E., LUCAS, A. P.** (1995) *A sexualidade na adolescência*. Revista Servir, 49, 165-171.
- ALMEIDA, J. P.** (1994). *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Universidade Aberta.
- ALMEIDA, J. M.** (1987). *Adolescência e Maternidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALLEN GOMES, A. & MIGUEL, N.** (2000). *Educação Sexual Só para jovens*. Lisboa: Texto Editora.
- BELL, J.** (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BAUER, Martin W. & GASKELL, George** (2003). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som*. Petrópolis: Editora Vozes.
- BOGDAN, R. & BIKLEN, S.** (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.
- CANO, M., FERRIANI, M., GOMES, R.** (2000). *Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico*. In Revista Latino – Americana de Enfermagem, vol. 8, n.º2, Abril de 2000
- COMUNIDADES EUROPEIAS** (1995) – Comissão. Projecto Rede Europeia de Escolas Promotoras de Saúde (1995) – Promover a saúde da juventude Europeia - educação para a saúde nas escolas: manual de formação para professores e outros profissionais que trabalham com jovens. Lisboa. Direcção Geral da Saúde, Divisão de Educação para a Saúde, Divisão de Saúde Escolar, Ministério da Educação, Programa de Promoção e Educação para a Saúde.
- CORTESÃO, I., SILVA, M. A., TORRES, M, A.**(1989) *Educação para uma sexualidade humanizada*. Porto, Afrontamento.
- CHIZZOTTI, António** (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez Editora.
- CLAES, M.** (1985). *Os problemas da adolescência*, Lisboa: Verbo,
- DELAMONT, S.** (1985). *Os Papeis Sexuais e a Escola*. Lisboa: Livros Horizonte.
- DIAS, A. et al.** (2002). *Educação da sexualidade no dia-a-dia da prática educativa*. Braga: Edições Casa do Professor.
- ENDERELE, C.**(1988). *Psicologia da adolescência, uma abordagem pluridimensional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FERNANDES, E.** (1990). *Psicologia da Adolescência e da Relação Educativa*. Rio Tinto: Edições Asa.
- FONSECA, H.** (2005). *Comprender os Adolescentes, um Desafio para Pais e Educadores*. Lisboa: Editorial Presença.
- FRADE, A. et al.** (1999). *Educação Sexual na Escola. Guia para Professores, Formadores e Educadores*. Lisboa: Texto Editora.

- GALVÃO, J.** (2000). *Um olhar sobre A Sexualidade Humana para uma paternidade responsável*. Lisboa: Paulinas.
- GIDDENS, A.** (1996). *Transformações da Intimidade – Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, A.** (1997). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GIDDENS, A.** (2002). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GOMES, Carlos** (1998). *Conflito e cooperação na Escola Secundária Portuguesa. Uma Análise Sociológica da Interação na Sala de Aula*. Dissertação de Doutoramento (Policopiado). Braga: Universidade do Minho.
- HAGUETTE T. M. F.** (1990). *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- HILL, M. M. & HILL, A.** (2002). *Investigação Por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- HOZ, V. G.** (1999). *Educação da Sexualidade*. Lisboa: DIEL.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA** (1998). *Inquérito à Fecundidade e Família: Resultados Preliminares*. Lisboa: INE.
- IRWIN, C. E.; SHAFER, M. A.** (1995) *Problemas de Saúde do Adolescente - Abordagem do paciente adolescente* /n HARRISON Medicina Interna 13ª ed. Vol. 1. Macgraw Hill. Interamericana, pp. 24-31.
- LESSARD-HÉBERT, M. & GOYETTE, G. & BOUTIN, G.** (2005). *Investigação Qualitativa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LÒPEZ, F. & FUERTES, A.** (1999). *Para compreender a sexualidade*. Lisboa: Associação para o Planeamento Família.
- LÒPEZ SANCHES, A.** (1990). *Educación Sexual*. Madrid: Fundación Universidad Empresa.
- LOURO, G.** (2000). *Currículo, Género e Sexualidade*. Porto: Porto Editora.
- LUDKE, M. & ANDRÉ, M. E. D. A.** (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Lda.
- MARQUES, A. M., VILAR, D., FORRETA, F.** (2002) *Educação Sexual no 1.º ciclo. Um Guia para Professores e Formadores*. Lisboa: Texto Editora.
- MELGOSA, J.** (1999). *Para Adolescentes e Pais*. Madrid: Safeliz, S.L.
- MESQUITA, R., DUARTE, F.** (1996). *Psicologia Geral e Aplicada*. Lisboa: Plátano Editora.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL** (1984). *Família e Educação Sexual*. Lisboa: Ministério do Trabalho e Segurança Social.
- MOORE, S.** (2002). *Sociologia*. Nem Martins: Publicações Europa-América.

- NODIN, N.** (2000) *A saúde sexual e reprodutiva - Um novo enfoque sobre sexualidade*. in III Congresso Nacional de Psicologia da Saúde - psicologia da saúde nas doenças crónicas – Actas, ISPA, Lisboa, pp. 607-617.
- NODIN, N.** (2001) *Os Jovens e a Sexualidade em Finais do Século XX*. Lisboa: Associação para o Planeamento da Família.
- PAIS, J.M. et al.** (1999) *Traços e Riscos de Vida*. Porto: Ambar.
- PAIVA, J. & PAIVA, J.** (2002). *Sexualidade e Afectos*. Lisboa: Plátano Editora.
- PEREIRA, M. M. & FREITAS, F.** (2002) *Educação Sexual: Contexto de Sexualidade e adolescência*. Porto: Edições Asa. 3.ª edição.
- RIBEIRO, P.** (1990). *Educação Sexual Além da Informação*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- ROCHA, F.** (1996). *Educar em valores*. Aveiro: Estante Editora.
- SAMPAIO, M. M.**(1987.). *Escola e educação sexual*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SPRINTHALL, N. A., COLLINS, W. A.** (1994). *Psicologia do Adolescente - Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (1.ª Edição).
- SPRINTHALL, N. A., COLLINS, W. A.** (2003). *Psicologia do Adolescente- Uma abordagem desenvolvimentista*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SUPLICY, M.** (1995). *Sexo para Adolescentes*. Porto: Edições Afrontamento. (2.ª Edição).
- VAZ, J. M.** (1996). *Educação Sexual na Escola*. Lisboa: Universidade Aberta.
- VILAR, D.** (2003). *Falar Disso. A Educação Sexual nas Famílias de Adolescentes*. Porto: Edições Afrontamento.
- VILAR, D** (2003). Questões Actuais sobre a Educação Sexual num contexto de mudança. *In* Fonseca, L. e Soares e Vaz, J. (coord.). *A Sexologia – perspectiva multidisciplinar II*. Coimbra: Quarteto Editora.
- VILAR, D.**(1990). “*As encruzilhadas da educação sexual*”. Revista Planeamento Familiar. Lisboa. 47/48, pp. 6-8.
- VILAR, D.** (2005). “*A Educação Sexual Faz sentido no Actual contexto de Mudança?*”. Revista *Educação Sexual em Rede*. Lisboa. 1, pp. 8-14.
- QUIVY, R. & CAMPENHOUDT, L. V.**(1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda.
- WEREBE, M. J.**(1977). *A Educação Sexual na Escola*. Braga: Morães Editores.
- WALL, W.D.** (1983). *Educação Construtiva para Adolescentes - I*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.

OUTRA DOCUMENTAÇÃO

1. Legislação Consultada

1.1. Leis

Lei n.º 3/84, de 24 de Março

Educação sexual e Planeamento Familiar.

Lei n.º 4/84, de 5 de Março

Protecção da Maternidade e Paternidade.

Lei n.º 6/84, de 11 de Maio

Exclusão de ilicitude em alguns casos de interrupção voluntária da gravidez.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro

Lei de Bases do Sistema Educativo.

Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto

Reestruturação Curricular.

Lei n.º 48/90, de 24 de Agosto

Lei de Bases da Saúde.

Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto

Reforça as garantias do Direito à Saúde Reprodutiva.

Lei n.º 259/2000, de 17 de Outubro

Regulamenta a Lei n.º 120/99, de 11 de Agosto fixando condições de promoção da educação sexual e de acesso dos jovens a cuidados de saúde no âmbito da sexualidade e do planeamento familiar.

Lei n.º 12/2001, de 29 de Maio

Sobre contracepção de emergência.

Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril

Exclusão da Illicitude nos casos de Interrupção Voluntária da Gravidez.

1.2. Despachos

Despacho n.º 9/ME/86

Determina que qualquer acção a realizar nas escolas no âmbito da educação sexual carece de prévia articulação entre os Conselhos Directivos, Associação de Pais e Inspeção-geral de Ensino.

Despacho n.º 172/ME/93, de 13 de Agosto

Criação do Programa de Promoção e Educação para a Saúde (PPES).

Despacho Conjunto n.º 271/98, de 15 de Março

Sobre a Reorganização do Centro de Apoio Nacional (CAN) à Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS).

Despacho n.º 12 782/98, de 24 de Julho

Determina o funcionamento de consultas de Planeamento Familiar em todos os hospitais que possuam serviços de ginecologia/obstetrícia.

Despacho n.º 15 587/99, de 12 de Agosto

Criação da Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde (CCPES).

Despacho conjunto n.º 734/2000

Alargamento da Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (RNEPS).

Despacho n.º 5944/2003, de 26 de Março

Cessação de funções de coordenação da CCPES da Doutora Isabel Loureiro.

Despacho n.º 12 702/2003, de 2 de Julho

Delega na Secretaria de Estado da Educação a competência para decidir todos os assuntos relativos à Comissão de Coordenação da Promoção e Educação para a Saúde.

Despacho n.º 15846/2004, de 5 de Agosto

Criação da Comissão de Acompanhamento ao Plano Nacional de Saúde.

Despacho n.º 19 737/2005, de 13 de Junho

Cria o Grupo de Trabalho independente para a Área da Educação Sexual.

Despacho n.º 25 995/2005, de 16 de Dezembro

Aprova o Modelo para a Promoção da Saúde.

1.3. Decretos-Lei

Decreto-Lei n.º 300 de 1997

Que vem criar a carreira de psicólogo dos serviços de psicologia e orientação no âmbito do Ministério da Educação.

Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de Maio

Aprova o regime de autonomia, administração dos estabelecimentos públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.

Decreto-Lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro

Organização e Gestão Curricular.

1.4. Portarias

Portaria n.º 52/85, de 26 de Janeiro

Aprova o regulamento das consultas de planeamento familiar e centros de atendimento para jovens.

Portaria n.º 370/A/98, de 1 de Junho

Institucionalização da linha telefónica de informação aos jovens sobre educação sexual.

1.5. Resolução de Ministros/Assembleia da República

Resolução de Ministros n.º 17/90, de 21 de Abril

Reforça o Programa Nacional de Combate à Droga.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/98, de 21 de Outubro

Aprova o Relatório interministerial para a elaboração de um Plano de Acção em Educação Sexual e Planeamento Familiar.

Resolução da Assembleia da República n.º 51/98, de 2 de Novembro

Referente à Educação Sexual e Planeamento Familiar.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/99, de 9 de Fevereiro

Aprovação do Plano para uma Política Global de Família.

Resolução da Assembleia da República n.º 28, de 19 de Março de 2004

Medidas de Prevenção no âmbito da interrupção voluntária da gravidez.

1.6. Outra Legislação

Decisão n.º 1786/2002/CE, de 9 de Outubro

Aprova um “Programa de Acção Comunitária no domínio da saúde pública (2003-2008)”.

Decreto Regulamentar n.º 17/2004, de 28 de Abril

As actividades desenvolvidas pela Comissão de Coordenação e Promoção e Educação para a Saúde passaram a pertencer à Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

Parecer n.º 6/2005, de 24 de Novembro

Parecer sobre o modelo de Educação Sexual nas Escolas, em vigor desde o ano 2000

2. Outra Bibliografia Consultada

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (1988). *Pareceres e Recomendações 1988/89*, Vol II.

Lisboa: CNE.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (2005). *Educação Sexual nas Escolas*. Lisboa: CNE.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1976). Coimbra: Atlântida Editora.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (1982). Coimbra: Livraria Almedina.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2002). Coimbra: Livraria Almedina.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL (1973). *A reforma do Sistema Educativo. Supervisão de Coordenação de Rita Pinto Leite*. Lisboa: ME.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1990). *Do Projecto Viva a Escola ao Programa de Promoção e Educação para a Saúde – Relatório Síntese, 1990 – 1994*. Lisboa: PES/ME.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1992). *Formação Pessoal e Social/ Desenvolvimento Pessoal e Social – Avaliação de uma Experiência - Relatório Preliminar*. Lisboa: ME/Instituto de Inovação Educacional.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1999). *Orientações Técnicas sobre Educação Sexual em meio escolar – Contributos das Equipas de projecto*. Lisboa: PPES/APF/DGS.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MINISTÉRIO DA SAÚDE (2000). *Educação Sexual em Meio Escolar – linhas orientadoras*. Lisboa: ME.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Novas Áreas Curriculares*. Lisboa: ME/DEB.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2005a). *Educação Sexual em Meio Escolar – Tratamento Estatístico dos Dados de Inquérito aplicado em 2003*. Lisboa: ME/ DGIDC.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2005b). *Relatório Preliminar – Grupo de Trabalho de Educação Sexual*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2007). *Relatório Final – Grupo de Trabalho de Educação Sexual*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2007). *Relatório de Progresso – Grupo de Trabalho de Educação Sexual*. Lisboa: Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (2004). *Plano Nacional de Saúde 2004-2010.: mais saúde para todos*. Vol I e II. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.

PROGRAMA DE PROMOÇÃO E EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE – ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA – DIRECÇÃO GERAL DA SAÚDE (PPES – APF – DGS) (1999). *Orientações Técnicas sobre Educação Sexual em Meio Escolar – contributos das equipas do projecto*. Lisboa.

Anexos I – Guião do Inquérito por Questionário

Universidade do Minho

Instituto de Educação e Psicologia

Mestrado em Educação: Sociologia da Educação e Políticas Educativas

Projecto de Investigação: A Educação Sexual na Escola Pública Portuguesa: um olhar sociológico a partir da experiência de alunos do 10º ano.

QUESTIONÁRIO

(guião)

1. Dados de Caracterização

Idade: _____

Género:

Rapaz

☐

Rapariga

☐

Data de nascimento: ____/____/____

Local

de

Residência

(concelho/freguesia):

Pai

Nível

de

Instrução

Profissão

Mãe

Nível

de

Instrução

Profissão

2. Problemas Actuais dos Jovens

2.1. Em tua opinião quais são os principais problemas enfrentados pelos jovens (rapazes e raparigas) nos dias de hoje?

2.2. Em tua opinião, a sexualidade é um desses problemas? Sim? Não? Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

3. Opinião sobre importância e utilidade da Educação Sexual

3.1. Achas que é importante ter Educação Sexual? Sim? Não? Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

3.2. Em tua opinião, a partir de que idade se deveria começar a ter educação sexual? Porquê?

Idade: _____

3.3. A educação sexual pode ajudar a evitar problemas como, por exemplo, a gravidez na adolescência **bem como doenças sexualmente transmissíveis** Concordas com esta afirmação? Sim? Não? Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

4. Fontes de Informação sobre Sexualidade

Actualmente os jovens têm fácil acesso a muitas fontes de informação sobre temas ligados à sexualidade:

4.1. Aponta, por favor, algumas fontes que tenhas utilizado ou ainda utilizes para ter acesso a informação sobre assuntos ligados à sexualidade (ex. colegas, amigos, televisão, internet, **livros**, revistas, etc.).

4.2. Qual (ou quais) destas fontes de informação tem mais interesse (ou importância) para ti? Porquê?

5. **Família e Educação Sexual**

5.1. Os teus pais já alguma vez te falaram sobre assuntos ligados à educação sexual? Sim?
Não?

Sim ☐

Não ☐

5.2. Os teus pais concordam com a educação sexual na escola? Sim? Não? Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

5.3. Achas que os pais/encarregados de educação deviam ser ouvidos para a escolha dos assuntos a tratar na educação sexual? Sim? Não? Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

6. **A Educação Sexual na Escola**

6.1. Já alguma vez abordaste temas de Educação Sexual na Escola?

Em que ano de escolaridade? _____

Que disciplina? _____

De que temas te falaram? _____

6.2. Que temas gostaste mais? Porquê?

6.3. Achas importante que se fale sobre educação sexual na escola? Sim? Não? Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

6.4. Achas que os alunos deviam ser ouvidos para a escolha dos assuntos a tratar na educação sexual?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

6.5. Que temas gostarias de ver abordados em Educação Sexual? Porquê?

6.6. Achas que a Educação Sexual deveria ser obrigatória ou facultativa? Porquê?

Obrigatória ☐

Facultativa ☐

Porquê? _____

6.7. Se a Educação Sexual fosse facultativa, qual era a tua opção? Porquê?

6.8. Achas que deveria existir uma disciplina só para tratar da educação sexual? Sim? Não?
Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

6.9. Achas que a educação sexual deve estar incluída no programa de outra disciplina? Sim?
Não? Porquê?

Sim ☐

Não ☐

Porquê? _____

6.10. Para a tua vida, o que achas que podes ganhar com uma boa educação sexual na escola?

7. O **Ministério da Educação** pretende abordar a **educação sexual** nas escolas numa **perspectiva de Educação para a Promoção da Saúde**. E para o **ensino Secundário prevê apenas a criação de Gabinetes de Atendimento e Apoio aos alunos**, em parceria com os centros de saúde.

7.1. Consideras esta medida do Ministério da Educação suficiente?

Sim

☐

Não

☐

Porquê? _____

Uma vez mais, muito obrigado pela tua colaboração.